

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DISCURSOS E PRÁTICAS DO MOVIMENTO FEMINISTA
EM PORTO ALEGRE (1975-1982)**

(Dissertação de Mestrado em História)

NATALIA PIETRA MÉNDEZ

Orientadora Professora Dra. Cláudia Wasserman

Porto Alegre, fevereiro de 2004.

**DISCURSOS E PRÁTICAS DO MOVIMENTO FEMINISTA EM PORTO
ALEGRE (1975-1982)**

(Natalia Pietra Méndez)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora Profa. Dra. Claudia Wasserman

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rachel Soihet

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Prof. Dr. César Augusto B. Guazzelli

Porto Alegre, fevereiro de 2004.

Agradecimentos

O processo de escrita de uma dissertação é solitário. Após meses de leituras e pesquisa, chega o momento em que nos encontramos frente à frente com o teclado e o monitor. Então, começa a longa procura pela inspiração, pelas palavras adequadas, a difícil missão de passar para o papel tudo aquilo que planejamos. Contudo, não é possível chegar até este momento e conseguir vencer os obstáculos sem a colaboração de professores, colegas, amigos e familiares. Para minha sorte, muitas pessoas estiveram ao meu lado nesta trajetória.

Primeiramente, quero agradecer minha orientadora, Professora Claudia Wasserman, porque desde os primeiros momentos, quando esta dissertação não passava de um projeto, acreditou na sua viabilidade. Sua orientação foi criteriosa e exigente, mas ao mesmo tempo expressou uma grande confiança em meu trabalho, concedendo liberdade para escolher os caminhos que julguei corretos. Destaco a importante colaboração dos professores do Programa de Pós-Graduação em História: César Guazzelli, Silvia Petersen e Temístocles Cezar, que proporcionaram durante as disciplinas do mestrado espaços de reflexão que contribuíram para este trabalho. Agradeço também a todos os colegas de mestrado, turma 2002, pelos agradáveis momentos compartilhados.

Não posso deixar de citar a importante experiência e o conhecimento adquirido durante os três anos em que trabalhei na Coordenadoria Estadual da Mulher, bem como agradecer às colegas e a todas as pessoas do movimento feminista do Rio Grande do Sul que muito me ensinaram. Um especial agradecimento à amiga, Professora Teresinha Vergo, por dividir comigo de forma muito generosa seu conhecimento. Ela é uma das principais culpadas pela minha escolha no estudo desta temática. E à minha grande amiga Ana Elisa Prates, pela presença fundamental e pelos conselhos sempre sábios e generosos. Também agradeço a gentileza de Luciane Boeira de Jesus pelo auxílio como tradutora para a língua inglesa.

Algumas pessoas entraram na minha vida recentemente. E estas novas convivências, porém intensas, fizeram com que em pouco tempo se tornassem muito importantes. Muito obrigada à Adriana Fraga da Silva, pois sua parceria e amizade foram importantes na fase final deste trabalho. A Artur Barcelos, pelo apoio e pelos momentos que me

proporcionaram alegria e descontração. A Leandro Boeira de Jesus, que com a sua presença e o seu amor, me ajudou a chegar até o final desta caminhada. Espero que este seja apenas um pequeno trecho de longos percursos que certamente faremos juntos.

Outras pessoas fazem parte da minha vida há muitos anos, acompanharam toda minha formação e não podem deixar de ser lembradas. Agradeço à Sandra Artigas pela grande amizade, o afeto verdadeiro, bem como à pequena Júlia, que tantas alegrias me proporciona. Ao amigo Daniel Sebastiani, pelo apoio na escolha da profissão. Minha gratidão também a todos amigos que fazem parte da minha vida desde os tempos da graduação. Em especial a Gerson Wasen Fraga, com quem tive a felicidade de cursar também este mestrado e a quem muitas vezes passei a ingrata tarefa de ler monografias e rascunhos desta dissertação, e a Vanderlise Machado Barão. Obrigada pela amizade que demonstraram nos momentos mais difíceis destes dois anos. Agradeço com muito carinho a uma pessoa fundamental, Carlos Etchichury, pelo seu companheirismo incondicional, e porque não teria chegado até aqui sem o seu apoio. À Raquel Sebastiani, com quem compartilhei aquelas angústias que só quem está escrevendo uma dissertação compreende, e por toda a amizade e solidariedade nas horas mais problemáticas. Obrigada também aos amigos Édison Borges, Marialda Bueno e Zadelene Zaro por todo o apoio. Não posso esquecer de dizer "muchas gracias" aos Méndez, que mesmo à distância estiveram sempre na torcida. E aos Pietra, especialmente à minha prima Veronica, que apesar da geografia que nos separa, ela em Montevideu e eu em Porto Alegre, foi uma grande parceira.

Por último, dedico este trabalho à minha pequena, mas incomensurável, família. Ao meu irmão Guilherme, sempre carinhoso e solidário. E aos meus pais Mariza Méndez e José Pietra, que souberam entender tantas ausências e, principalmente, me proporcionaram um exemplo de vida marcado pela persistência e a luta constante por seus objetivos, sem jamais abrir mão dos ideais. Para vocês, com todo meu carinho.

Prefácio

Todo trabalho tem uma pequena história para contar, que envolve o interesse de seu autor, neste caso da autora, com o objeto de estudo. Apesar da distância temporal que me separa dos grupos feministas pesquisados nesta dissertação, possuo uma significativa identificação com este movimento. Nasci em 1978, ano em que o feminismo mundial estava em pleno auge. Sendo assim, não vivenciei diretamente nenhum dos acontecimentos que fazem parte desta história. Entretanto, considero que minha geração está intimamente relacionada a este movimento. São inúmeras as relações que podem ser feitas, desde a forma diferenciada com que fomos educados e educadas pelos nossos pais, o acesso facilitado à educação universitária, a liberdade com que hoje podemos escolher nossos caminhos profissionais ou pessoais. Se é verdade que muitas destas conquistas se devem ao movimento feminista, também o é o fato de que nem todas as mulheres tem acesso de forma igualitária a estes direitos e que ainda há muito para avançar. A partir desta percepção da realidade ocorreu meu interesse pelos estudos de gênero na história e uma aproximação com o movimento feminista.

Recentemente, participei da comissão de organização do 14º Encontro Nacional Feminista, que ocorreu de 13 a 16 de novembro de 2003 em Porto Alegre. Foi um momento marcante, que reuniu feministas de todo o país, de diferentes gerações e espaços de atuação. Lá estavam acadêmicas, mulheres dos movimentos populares, rurais, sindicais, negras, índias, militantes de partidos políticos, da livre orientação sexual, demonstrando a pluralidade que compõe este movimento. No dia 14, realizamos um ato no centro da cidade, a "Caminhada Feminista". Para minha surpresa, enfrentamos uma grande hostilidade do público transeunte. Foram vaias, palavrões, rótulos que eu imaginava que só existiam no passado mas que pelo visto ainda estão muito presentes na cultura da maioria da população. Percebi que a palavra feminismo, no século XXI, ainda assusta e incomoda muita gente. Talvez este seja o maior sintoma de que vivemos em uma sociedade discriminatória, em que as relações de poder ainda oprimem uma grande maioria, que são as mulheres. Não é por acaso que a Organização das Nações Unidas reconheceu que a população feminina

representa mais de 70% dos habitantes do planeta que atualmente vivem abaixo da linha da pobreza. Mas há exemplos mais próximos. Na região metropolitana de Porto Alegre as mulheres recebem em média 70% do salário dos homens e sua concentração no mercado de trabalho ocorre nos empregos mais precários.¹

Para enfrentar estas e outras realidades específicas da população feminina, em 1999, o governo da Frente Popular assumiu o estado do Rio Grande do Sul e uma das novidades desta gestão foi a implementação da primeira Coordenadoria Estadual da Mulher, órgão articulador de políticas públicas para as mulheres, através de ações afirmativas com o objetivo de atender as necessidades específicas da população feminina. Trabalhei neste órgão durante três anos, e procurando compreender melhor a realidade que enfrentava enquanto assessora governamental, passei a estudar teóricas feministas e a me interessar pela trajetória deste movimento em nosso estado e no Brasil. Fruto desta necessidade, comecei, ainda durante a graduação no curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a elaborar o projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação. Em 2002, quando ingressei no mestrado, passei a me dedicar integralmente à realização desta pós-graduação. Todavia, continuei minhas atividades junto ao movimento feminista enquanto ativista.

Assim, minha pequena trajetória acadêmica está intimamente vinculada à experiência enquanto militante feminista e socialista. Tentei, ao longo de toda minha formação universitária, fugir de dogmatismos e verdades absolutas e transformar meu engajamento político em uma fonte de inquietação e questionamentos. A atuação enquanto historiadora ou professora, embora seja profissional, acaba sendo influenciada pela atuação enquanto militante e, vice-versa. Por isso, existe uma relação dialética entre estes dois aspectos, o engajamento político propicia problemas para a história e o estudo acadêmico formula questionamentos para minha atuação militante. Conforme Hobsbawm, o engajamento dos historiadores pode servir para "contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro, (...) a tendência a desenvolver engenhosidade intelectual por ela mesma, o auto-isolamento da academia."²

¹ Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre(FEE-Dieese/2002)

² HOBBSAWM, Eric. Engajamento. In: **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 154.

Tendo em vista que a neutralidade não existe, creio que reconhecer a relação entre a produção acadêmica e a atividade política seja a melhor forma de enfrentar possíveis subjetividades que certamente estão presentes neste trabalho. Contudo, as paixões e as convicções sempre farão parte do trabalho de um historiador, ou, no caso aqui presente, de uma historiadora. Portanto, elas não são exclusividade de quem assume publicamente uma militância social. A história nasce a partir dos questionamentos que fazemos ao passado e estes sempre têm como base nossa vida presente, não são obras do acaso. Assim, não foi por acaso que resolvi pesquisar este tema tão polêmico que é o movimento feminista. Polêmico, principalmente porque é vivo. As questões que ele suscita ainda são objeto de estudo e discussão e muitas pessoas que participaram dele em Porto Alegre atualmente são protagonistas do cenário político, no próprio movimento feminista, em sindicatos, em partidos políticos, nas universidades, em cargos públicos em diversos espaços do estado. Por esta razão, se torna ainda mais sério o compromisso de tentar mediar minhas convicções pessoais e subjetividades e escrever um trabalho de caráter científico, mas com paixão. Pois é este sentimento que torna possível ficar dois ou mais anos procurando documentos, passar horas intermináveis em frente de um computador, e, principalmente, abandonar aquelas pessoas mais queridas e nosso lazer para dedicar mais horas ao trabalho. A partir do compromisso maior com história, com a profissão que escolhi, busquei interpretar, da forma mais veraz possível, os discursos e práticas do movimento feminista porto-alegrense para responder aos questionamentos traçados no decorrer da pesquisa.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo I - Mulheres: temas recorrentes, tendências e debates na historiografia brasileira.....	20
Capítulo II -Do lar para as ruas: novas trajetórias, vida pública e feminismo.....	61
Capítulo III – Feminismo(s): discursos e práticas militantes.....	87
Feminismo e transformação social.....	94
Ser mulher e ser feminista.....	104
A opressão individual é política.....	103
Anexos.....	140
Fontes.....	156
Referências Bibliográficas.....	157

Introdução

A segunda metade do XX foi marcada por rápidas transformações econômicas e culturais com alcance global. Na esfera econômica, observamos que após a Segunda Guerra Mundial as potências capitalistas implementaram o Estado de Bem Estar Social. Este modelo pretendia amenizar as enormes distorções na distribuição da riqueza, garantir o pleno emprego, o acesso dos trabalhadores a serviços públicos qualificados e aos bens de consumo. O Estado de Bem Estar foi uma necessidade histórica frente à organização crescente dos trabalhadores, visivelmente inspirados nas conquistas socialistas do Leste Europeu. Diante do fortalecimento das economias socialistas e das constantes notícias sobre os ganhos sociais e econômicos dos trabalhadores nestes países, o capitalismo necessitou dar respostas às demandas dos trabalhadores a fim de evitar seu colapso total. A aparente democratização dos bens de produção ocorreu paralelamente à instalação de indústrias em países do chamado Terceiro Mundo, nos quais as leis trabalhistas e as facilidades fiscais permitiam aumentar a margem de lucros das empresas multinacionais.

A melhoria significativa da qualidade de vida dos trabalhadores europeus possibilitou o aumento de sua presença (ou de seus filhos) nas universidades. Conforme Eric Hobsbawm, antes da Segunda Guerra Mundial, países como a Alemanha, França e Grã-Bretanha não tinham, juntos, mais do que 150 mil universitários, o que representava um décimo de 1% de suas populações somadas. Este contingente passou a multiplicar-se entre 1960 e 70, sendo que a partir de 1980 os estudantes passaram a representar mais de 2,5% da população total.³ Um número significativo destes universitários era composto de mulheres, que em 1980 já eram metade ou mais do contingente total de estudantes universitários em todo o mundo.⁴

Parece razoável afirmar que a situação mais favorável dos trabalhadores europeus pode ter contribuído para a organização de segmentos que não viam suas demandas

³ HOBBSAWM. Eric. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX(1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 292.

⁴ Idem. p. 305.

contempladas pelo Estado. Os operários encontraram boa parte de suas demandas atendidas após as conquistas econômicas e de direitos assegurados pela social-democracia.⁵ Contudo, no decorrer dos anos 1960, outras contradições afloraram pois o capitalismo não se mostrou capaz de resolver questões como a garantia de direitos iguais para homens e mulheres, gerações, raças e etnias. Como exemplo, verificamos o fortalecimento do movimento estudantil, movimentos feministas e movimento pela ecologia que possuíam em comum a defesa de uma nova cultura social. O radicalismo destas lutas expressou-se nos movimentos de maio de 1968, que significou uma resistência aos padrões econômicos e culturais do capitalismo. Mais do que isto, as lutas desencadeadas em 1968 representaram uma nova forma de discutir as relações de poder, levando para o cenário político demandas como a liberdade sexual (o que passa pelo reconhecimento da livre orientação sexual), o direito de livre expressão, a contestação aos valores de consumo, de competitividade e a luta pela permanência dos direitos sociais já conquistados. Assim, questões que antes eram consideradas individuais se tornaram pauta de lutas políticas coletivas. Perry Anderson destacou a relevância e o ineditismo destes movimentos: “Poderia haver uma irrupção mais espetacular de sujeitos individuais e coletivos do que a revolta de estudantes, trabalhadores e tantos outros em 1968?”⁶

No continente latino-americano também se verificou um aumento do acesso à instrução, inclusive universitária. A partir da década de 1930, o crescimento urbano e o processo de industrialização exigiram uma maior qualificação da mão-de-obra. Além disso, a educação formal passou a ser vista pelos governos populistas como um instrumento disciplinador da população. Através da escola e das Universidades o Estado formaria cidadãos capacitados para o trabalho e para a obediência civil. Paulatinamente as mulheres também passaram a ter acesso ao ensino, pois era preciso educar as futuras mães de acordo com os preceitos morais e cívicos do Estado. Além do acesso à educação, a presença da população feminina cresceu significativamente no mercado de trabalho, especialmente em

⁵ Em princípios dos anos 70, a classe trabalhadora passa a questionar a suposta estabilidade econômica das sociais-democracias européias. Perry Anderson destaca a relevância das revoltas de massa que se seguiram ao maio de 1968: “A explosão de Maio na França foi a mais espetacular delas, seguida pela onda de militância industrial na Itália em 1969, pela decisiva greve dos mineiros na Inglaterra, que derrubou o governo conservador em 1974, e em poucos meses depois pela sublevação em Portugal, com sua rápida radicalização para uma situação revolucionária do tipo mais clássico”. Ver: ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p-p. 21-22.

⁶ Idem, p. 44.

ocupações consideradas femininas: professoras, operárias, trabalhadoras do comércio, empregadas domésticas, entre outras. No Brasil, estima-se que na década de 1970 as mulheres já representavam 18,5% da População Economicamente Ativa. Em 1985 a porcentagem alcançava 36,9%. Em uma década o contingente de mulheres trabalhadoras triplicou, passando de 6 milhões em 1970 para 18,5 milhões em 1985.⁷

No aspecto das relações políticas, boa parte dos países latino-americanos vivenciou na década de 1970 regimes autoritários. Suas marcas foram a cassação dos direitos civis e políticos, a perseguição aos espaços tradicionais de representação da sociedade civil (partidos e sindicatos), o controle ideológico através da educação e dos órgãos de censura, e uma política econômica voltada para a inserção dos países da América Latina no capitalismo internacional. No decorrer dos anos 1980, a maioria dos países latino-americanos transitava para a construção de regimes democráticos. Contudo, os impactos da transnacionalização da economia e da Revolução Tecnológica contribuíram para agudizar o grau de dependência ao sistema financeiro internacional. Isto significa dizer que apesar da aparente face democrática, os Estados latino-americanos passaram a desenvolver políticas de ajuste econômico que aumentaram o fosso entre ricos e pobres e diminuíram os investimentos em prestação de serviços públicos essenciais.

Neste contexto surgiram os novos movimentos sociais, que apesar das diferentes especificidades, têm em comum o fato de se constituírem como alternativas de organização para as demandas populares. Os novos movimentos sociais caracterizam-se pelo questionamento aos partidos políticos como espaços genuínos de representação. Conforme Calderón e Jelin, diversos estudos demonstraram que os movimentos sociais criticaram a noção de representação formal ou vanguarda revolucionária, percebida como elitista e associada à figura de intelectuais, burocratas ou políticos profissionais.⁸ Outra explicação possível para o distanciamento entre movimentos e partidos está na dificuldade destes em absorver as pautas dos novos atores sociais. Para citar um exemplo, questões como a livre orientação sexual, a juventude e a ecologia são normalmente relegados a “departamentos” ou setoriais de discussão que dificilmente conseguem incidir nos debates centrais ou nas direções partidárias. Cabe lembrar que no momento em que os movimentos sociais se

⁷ Fonte: Censo Demográfico de 1985 e PNAD 1986.

⁸ CALDERÓN, Fernando. JELIN, Elizabeth. **Clases y Movimientos Sociales en América Latina: perspectivas y realidades**. Centro de Estudios de Estado y Sociedad. Buenos Aires, 1987. p. 38

organizam na América Latina, a maioria dos países viviam em regimes autoritários. Portanto, os partidos políticos de esquerda estavam proibidos de atuar e alguns encontravam-se totalmente desestruturados.

O movimento feminista pode ser compreendido como parte integrante dos novos movimentos sociais surgidos na América Latina e em outros continentes a partir da década de 1970 pois incorporou algumas características comuns a outros movimentos: a contestação às formas tradicionais de representação política (partidos e sindicatos); sua articulação ocorre a partir de novas demandas sociais que trazem para a esfera pública problemas do mundo privado, portanto sua luta pela transformação social não se limita ao aspecto econômico; por último, verificamos que assim como em outros movimentos, os grupos feministas pretendiam constituir organizações participativas, combatendo a idéia de uma “direção” ou “quadros” dirigentes.

Apesar das características comuns, o movimento feminista possui suas especificidades. Luta contra um tipo de opressão, que se origina na diferença entre os sexos e não é fruto apenas de um sistema econômico determinado ou da ação do Estado. Em decorrência, a preocupação com a discriminação da mulher não é um fenômeno localizado apenas a partir da década de 1970. No Brasil, desde o século XIX verificamos a presença de mulheres que lutavam pela sua emancipação, exigindo o reconhecimento de sua cidadania, o acesso à instrução, o direito ao trabalho, ao voto e à participação política. Entre os anos de 1930 e 1940 as reivindicações feministas centraram-se na aprovação de leis de proteção ao trabalho e o direito ao voto, conquistado em 1932 através de decreto presidencial. O atendimento parcial das pautas feministas acabou por desmobilizar o movimento que ressurgiu no Brasil apenas a partir de 1970, com um novo conteúdo.

O “novo” feminismo passou a combater a origem da opressão das mulheres, identificada, segundo a tradição marxista, no estabelecimento de uma divisão sexual do trabalho.⁹ Aos homens cabia sustentar e prover a família enquanto as mulheres seriam responsáveis pela reprodução da vida, reduzindo sua atuação social ao âmbito doméstico. Entretanto, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não foi suficiente para reordenar as formas tradicionais de esta divisão do trabalho. As mulheres passaram a

⁹ Sobre este tema ver: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. e PEREIRA, Otaviano. **Sobre a Mulher – Marx, Engels e Lenin**. São Paulo: Global, 1979.

acumular o trabalho formal e a responsabilidade sobre o lar. Além disso, a consolidação dos papéis sexuais diferenciados serviu para justificar o estabelecimento de profissões ditas femininas que coincidiam com as piores remunerações e as relações de trabalho mais precárias.¹⁰

Contudo, o movimento feminista não se limitou a criticar as relações de gênero no âmbito do trabalho. A possibilidade de viver a sexualidade com mais liberdade concretizou-se com a popularização, na década de 1970, da pílula anticoncepcional. O feminismo contestou os padrões morais da sociedade ocidental que destinavam a mulher a praticar sua sexualidade como uma obrigação conjugal e para fins reprodutivos. Questionando a exigência social da virgindade, as feministas passaram a exigir o controle sobre o próprio corpo, o que significava poder manter relações sexuais livres das amarras matrimônios e decidir se queriam ou não gerar filhos. A defesa da legalização do aborto vinha ao encontro das aspirações de liberdade e igualdade das feministas. Apesar dos argumentos contrários da Igreja, do Estado e de parcelas significativas da sociedade, alguns países europeus e os Estados Unidos conseguiram a legalização do aborto entre os anos 1970 e 80. O mesmo não ocorreu nas sociedades latino-americanas, que também pela grande influência da Igreja Católica, demonstraram-se mais conservadoras e resistentes às demandas do movimento.

No Brasil, a luta feminista expandiu-se para a esfera dos direitos civis. O movimento passou a exigir a revisão do código civil que admitia o assassinato de adúlteras por legítima defesa da honra. Reivindicou mudanças na legislação trabalhista que proibia o trabalho noturno e que exigia a autorização do marido para que as mulheres pudessem trabalhar.

Em síntese, podemos afirmar que no Brasil, assim como em outros países da América Latina, as lutas feministas não se limitaram a reivindicações pontuais. A principal característica do movimento era o questionamento às relações econômicas, políticas e culturais que mantinham as mulheres relegadas à situação de inferioridade. Esta suposta incapacidade das mulheres em relação aos homens assentava-se em um discurso misógino, enraizado nas concepções eclesiásticas, na permanência de leis discriminatórias, na

¹⁰ Refiro-me aqui ao grande contingente feminino concentrado em ocupações como magistério, empregadas domésticas, comerciárias, secretárias e outras, bem como da dificuldade em ascender a posições de chefia.

diferença de papéis sexuais no mundo do trabalho, nas ações paternalistas e assistencialistas do Estado e na dificuldade de incorporação das pautas feministas por parte de partidos políticos e organizações sindicais. A atuação do movimento feminista colocaria em xeque a estabilidade das relações sociais de gênero, que perpassavam os espaços de poder na esfera privada e pública.

Para Céli Pinto, a especificidade do movimento feminista em relação a outros movimentos sociais está no fato de que o feminismo não possui uma natureza reivindicatória *stricto sensu* pois não se organiza a partir de demandas específicas ao estado. A citação a seguir ilustra a complexidade de relações que permeiam a atuação do movimento:

A condição de não reivindicatório do movimento feminista está calcada na natureza de exclusão que ele explicita. Enquanto os movimentos reivindicatórios se constituem ao redor de uma exclusão específica, sem-terra, sem-teto, etc., o movimento feminista constitui-se em torno de uma condição de exclusão dispersa e, ao mesmo tempo, onipresente no sentido de perpassar todas as posicionalidades do sujeito em sua vida cotidiana. O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias, etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo.¹¹

Neste sentido, as transformações exigidas pelo movimento feminista questionam um dos pilares da sociedade ocidental que consiste na afirmação das diferenças entre homens e mulheres como um dado natural e imutável.

O movimento feminista contribuiu para o engajamento das mulheres em outras esferas de poder, nas universidades, nos poderes legislativos, executivo e judiciário, bem como em outros movimentos sociais. A ampliação da participação das mulheres na vida pública tornou mais visíveis outras contradições que perpassam as relações de gênero, como as relações raciais e étnicas, a classe social e a orientação sexual.

¹¹ PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Carlos Chagas, Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. p. 132

No caso brasileiro, o feminismo passou a ocupar um papel importante enquanto movimento organizado a partir da segunda metade dos anos 70, coincidindo com a declaração do Ano Internacional da Mulher por parte da Organização das Nações Unidas. A partir desta data, surgiram em todo o país organizações de caráter autônomo – sem vínculos partidários - que possuíam como principal bandeira a luta contra a opressão da mulher. Os grupos feministas dedicaram-se a diversas frentes de atuação, destacando-se a discussão sobre a situação desigual das mulheres no mercado de trabalho e o trabalho doméstico, a luta contra a violência doméstica, sexualidade, discriminação e/ou legalização do aborto, planejamento familiar, saúde, educação, entre outros temas. Desta forma, percebemos que o movimento feminista afirmou o caráter transversal da discriminação sexista, apontando se tratar de um tipo de relação de poder que perpassa diferentes instâncias da sociedade. Conforme Eleni Varikas:

A força desse movimento residia principalmente na sua insistência sobre o caráter estrutural da dominação que se manifesta nas relações da vida cotidiana, dominação cuja natureza política tinha sido justamente negada. Não se tratava de opor as “mentalidades” às “instituições”, mas muito mais de demonstrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e reproduzida pelo intermédio de poderosas instituições tais como a família, a separação sexuada entre público e privado, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuada do trabalho e do emprego, etc.¹²

Referente à constituição dos movimentos feministas no Brasil, percebe-se que entre suas integrantes há um predomínio do que se convencionou chamar classes médias (intelectuais, universitárias, profissionais liberais, professoras, etc.). Sem dúvida, a educação universitária facilitou o acesso às produções teóricas de intelectuais como Alexandra Kollantai, Clara Zetkin, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, entre outras que contribuíram para a formação do pensamento feminista. As integrantes do movimento não faziam parte, na sua maioria, de uma elite econômica, mas constituíam uma elite cultural, o que indica que – como mulheres - alcançaram uma inserção social diferenciada da maioria da população feminina de sua época, ainda restrita ao âmbito do lar. Ao ingressar em uma

¹² VARIKAS, Eleni. Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, Vol. 4 n° 1/96.

universidade, passaram a integrar um espaço de produção do conhecimento, o que lhes possibilitou desconstituir os saberes que justificavam a desigualdade de gênero. Além do acesso à literatura feminista, a instrução universitária poderia garantir postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados. Entretanto, muitas destas conquistas não refletiram a construção de relações igualitárias. As mulheres ainda enfrentavam discriminações: no mercado de trabalho, nas relações afetivas e na falta de representatividade política. Discriminações estas que não estavam vinculadas à sua situação de classe, mas eram decorrentes das relações de gênero.

A partir dos anos 1970, o feminismo enquanto movimento social não se limitou a exercer reivindicações por direitos civis ou outras questões pontuais passando a combater o discurso que naturalizava as diferenças entre os sexos e fixava papéis sociais masculinos e femininos. Nesse sentido, é importante destacar a importância da produção intelectual feminista para a formulação de um contra-discurso. Tratava-se de desmistificar as relações entre homens e mulheres, demonstrando sua construção como histórica, social e cultural. Para superar as desigualdades entre homens e mulheres era necessário desconstruir os saberes que sustentavam esta relação.

O objetivo deste trabalho é examinar o discurso político e a prática militante do movimento feminista como um instrumento de oposição às concepções misóginas que sustentavam as desigualdades entre homens e mulheres. Pretende-se verificar se estas práticas e discursos foram ou não capazes de articular um projeto de transformação social e quais eram os principais aspectos levantados pelo movimento ao reivindicar o papel transformador do feminismo. A elaboração de um discurso que contrariava os paradigmas que sustentavam os papéis sociais destinados aos homens e as mulheres foi fundamental para a estratégia de luta dos diversos grupos feministas. Este fato pode ser verificado pela preocupação destes grupos com a publicação de panfletos, cadernos de estudos e a tradução de textos e documentos de militantes estrangeiras, e, principalmente, a criação de uma imprensa feminista. Entretanto, cabe discutir até que ponto o discurso do movimento feminista dos anos de 1970 e 1980 ficou apenas no nível da denúncia - desafiando a sociedade a discutir os diferentes fatores de discriminação contra a mulher - ou de fato conseguiu articular um projeto de transformação social. Nossa análise será centrada nos grupos feministas de Porto Alegre que surgiram entre 1975 e 1982. Não se pretende aqui

fazer uma cronologia do movimento feminista. O caráter fragmentado das fontes documentais, reflete, em última instância, as discontinuidades inerentes ao movimento feminista porto-alegrense durante a década analisada. Até o momento, temos o levantamento de sete grupos feministas autônomos: Costela de Adão, Grupo de Mulheres de Porto Alegre, Movimento da Mulher pela Libertação, Ação Mulher, Liberta, SOS Mulher e Acorda Maria. Através das fontes pesquisadas, percebemos que estes grupos estavam em contato com outras organizações feministas atuantes em nível nacional.¹³ Entretanto, a bibliografia sobre o movimento feminista no Brasil praticamente desconhece a existência do movimento no Rio Grande do Sul, limitando-se principalmente ao registro dos grupos existentes em São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁴

Ao analisar o discurso político do movimento de Porto Alegre, pretende-se verificar as condições de sua produção, a sua importância para a formulação de um projeto político e da consciência feminista. Ainda que não seja o propósito central, buscaremos analisar a repercussão do movimento, a partir das fontes jornalísticas da época. Diante da complexidade e diversidade de temáticas que compõem o discurso do movimento, nesta dissertação optaremos por centrar nossa análise em três temas recorrentes no discurso feminista: **feminismo e transformação social, ser mulher e ser feminista, a opressão individual é política**. Esses temas serão analisados, através da documentação no capítulo III. A seguir, indico, breve e preliminarmente, quais os meus objetivos ao elaborar estas temáticas presentes no discurso feminista.

Feminismo e transformação social

As mulheres não pedem nada menos que a transformação total do mundo ¹⁵.

¹³ As fontes da pesquisa são panfletos, jornais e documentos elaborados pelos grupos relacionados. Também estão sendo utilizadas entrevistas de militantes e grupos feministas a jornais de Porto Alegre.

¹⁴ Refiro-me aqui, por exemplo, a três publicações sobre o movimento feminista no Brasil: MORAES, Maria Lygia Quartim. **Mulheres em Movimento**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. SEGATTO, José Antônio (coord.). **A participação da Mulher na Sociedade Brasileira**. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

¹⁵ Manchete do Jornal do Grupo Feminista Germinal, setembro de 1982, Santa Maria/RS.

No presente trabalho, o interesse é analisar a existência de um projeto de transformação social expresso no discurso feminista. A necessidade de construir mudanças estruturais na sociedade foi manifestada pela maioria dos grupos feministas. Entretanto, o caráter destas transformações não era consensual, ao contrário, foi objeto de debate e disputa dentro do movimento. Por isso é importante atentar para possíveis homogeneidades no discurso dos diferentes grupos, bem como as divergências presentes. No caso dos movimentos feministas que se organizaram no Brasil nas décadas de 1970 e 80, o pensamento em torno de uma proposta de transformação estava vinculado diretamente ao contexto político geral do país. Tratava-se, no fim dos anos 70, de um período de abertura política, após mais de vinte anos de ditadura militar que havia praticamente aniquilado os movimentos da oposição. Os sindicatos, os partidos e organizações de esquerda, começavam a se rearticular em torno da luta pela anistia e a democracia, após 25 anos de ditadura militar. É possível perceber que a disputa sobre qual o projeto das feministas para a sociedade passou, em parte, pela discussão sobre a participação destas mulheres no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Neste sentido, é preciso destacar o debate presente em boa parte do movimento feminista porto-alegrense a respeito das contradições entre o engajamento feminista nas lutas gerais da sociedade e a luta pelas questões específicas das mulheres. A documentação analisada permite afirmar que este foi um dos pontos de maior tensionamento dentro do movimento, pois precisou afirmar a importância de suas demandas específicas num contexto em que as forças políticas de caráter progressistas estavam totalmente engajadas na luta pela abertura política e consideravam as questões femininas irrelevantes.

Ser mulher e ser feminista

Somos solidárias com as domésticas enquanto mulheres, mas não cabe ao feminismo lutar por elas. As domésticas é que têm que lutar por condições melhores.(...) Para nós, a questão da mulher se fixa na opressão à sexualidade e isto tem reflexos econômicos e sociais. Entendemos que as mulheres, no caso

das proletárias, devem tomar consciência de sua situação, mas nos preocupamos com outro aspecto da vida da mulher ¹⁶.

A tomada de consciência é outra questão amplamente abordada no discurso feminista. A partir das fontes analisadas percebe-se que para as feministas a consciência não era inerente a todas as mulheres, mas sim àquelas que conseguiam perceber a sua situação de oprimidas e lutar para libertar-se. Igualmente, é possível identificar a preocupação do movimento em dialogar com “as outras mulheres”. Estas podiam ser as operárias, as mulheres das vilas, as empregadas domésticas, as vítimas de violência, enfim, mulheres que – segundo o movimento – não possuíam uma consciência de sua opressão e necessitavam ser esclarecidas. A composição majoritária do movimento por mulheres de classe média demonstra um certo afastamento em relação às mulheres da classe operária. Este distanciamento não ocorria no plano teórico, pois na produção intelectual das feministas brasileiras a preocupação com a situação de opressão das mulheres proletárias é bastante evidenciada. Contudo, durante a década analisada o movimento permaneceu majoritariamente composto por mulheres que tiveram acesso a um nível elevado de instrução e pertencentes à classe média porto-alegrense. As operárias, donas de casa, empregadas domésticas, não foram incorporadas ao movimento. A análise do discurso político pode contribuir para compreender como o movimento – que lutava pela libertação de todas as mulheres – se relacionou com aquelas que não estavam em suas fileiras.

A opressão individual é política

Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, “objetiva”. Desta forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública.¹⁷

¹⁶ Coojornal, matéria intitulada “Costela de Adão, um grupo feminista com nome de homem”, 1980, Acervo Carmen da Silva, Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.

¹⁷ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 8.

O feminismo trouxe para a esfera política a discussão sobre o caráter social e cultural das relações hierárquicas vivenciadas no cotidiano das mulheres. Tratava-se de discutir que a opressão que muitas mulheres sofriam na sua vida privada não era um problema individual. Era fruto de uma estrutura social que definia papéis sociais diferenciados para homens, destinados à vida pública, e para mulheres, voltadas para a vida privada e para o âmbito doméstico. Nesse sentido, a discussão sobre a sexualidade feminina e sobre o prazer, a divisão sexual do trabalho doméstico, a educação com os filhos, foi fundamental para transformar estes temas em objeto da política. Ao defender o debate em torno destas questões, pensava-se em demonstrar o caráter coletivo - e portanto político - das opressões que as mulheres viviam no mundo privado. Elas eram consequência das relações de poder estabelecidas socialmente entre homens e mulheres. Assim, verificamos a preocupação dos materiais produzidos pelos diversos grupos feministas em apresentar depoimentos de mulheres que sofreram algum tipo de discriminação no seu dia-a-dia. O leque de situações é extremamente amplo e há relatos de violência doméstica, mulheres que ao tentar tomar uma cerveja no bar ouviram “que naquele estabelecimento não vendiam bebida para mulher”, limitações impostas pelo código civil, a ausência de creches, etc. Ao que tudo indica, os grupos feministas constituíram-se como espaços nos quais as mulheres discutiam não apenas “a transformação total do mundo” mas igualmente as discriminações ocorridas no cotidiano.

A partir dos três aspectos elencados, pretendo analisar como o discurso feminista articulou um projeto de transformação da sociedade, apontando para a necessidade de mudanças nas relações sociais nas esferas estruturais econômicas e políticas, mas igualmente no cotidiano das mulheres. Conforme Chartier, a diferença sexual é construída a partir de discursos:

Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual é sempre construída pelos discursos que a fundam e a legitimam. Mas estes se enraízam em posições e interesses sociais que, no caso, devem garantir o assujeitamento de umas e a dominação dos outros. A história das mulheres, formulada nos termos de uma história das relações entre os

sexos, ilustra bem o desafio maior lançado hoje em dia aos historiadores : relacionar construção discursiva do social e construção social dos discursos.¹⁸

Nesse sentido, a proposta deste trabalho pode contribuir para compreender como este movimento articulou um discurso de oposição às concepções misógenas postas na sociedade e, ao mesmo tempo, articulou um projeto político de transformação social.

Ao elaborar um estudo sobre o discurso do movimento feminista é preciso apresentar – ainda que de forma breve - alguns conceitos e problemas metodológicos presentes neste campo de pesquisa.

O discurso feminista pode ser compreendido a partir de dois aspectos. Por um lado, suas condições de produção, e por outro, o seu conteúdo político. Estes dois pontos de partida podem contribuir para elucidar a relação entre o discurso e a formulação de um projeto de transformação social feminista. Por condições de produção, entendo o quadro institucional e ideológico no qual o discurso se insere, as representações que este sustenta, a conjuntura política, as relações de força e os seus efeitos estratégicos.¹⁹ Desta forma, é preciso analisar o discurso feminista compreendendo seus vínculos com o contexto político, econômico, intelectual e social vivenciado pelas mulheres.

Ao mesmo tempo, o discurso assume para este movimento social um caráter estruturador de uma identidade. A produção textual das feministas possibilitou propagandear suas idéias, aglutinar mulheres em torno de seu projeto político e inserir a discussão sobre a igualdade entre os sexos em diferentes esferas da sociedade. Neste sentido, o discurso não é um mero reflexo das condições de produção, embora ele não possa ser compreendido descolado delas. O discurso possui uma autonomia pois é através dele que a realidade assume significados sociais:

Esta emancipação em relação ao autor encontra o seu paralelo do lado daquele que recebe o texto. Diferentemente da situação dialogal, em que o frente a frente é determinado pela própria situação de discurso, o discurso escrito chama a si um público que se estende virtualmente a quem quer que saiba ler. É aqui que a escrita encontra o seu efeito mais considerável: a emancipação da coisa escrita em relação à condição dialogal do discurso; daí

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A história entre narrativa e conhecimento*, In: **Á beira da falésia. A história entre certezas e inquietude**, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.96

¹⁹ Ver sobre este tema: DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

resulta que a relação entre escrever e ler já não seja um caso particular da relação entre falar e ouvir.²⁰

Há dois pressupostos que podem guiar uma análise sobre o discurso feminista. O primeiro, é que o discurso possui uma autonomia, no sentido de que a partir dele é possível apreender uma determinada realidade social. O discurso não é portanto determinado mecanicamente pelo contexto. De acordo com Paul Ricoeur, a linguagem escrita assume uma autonomia em relação ao seu autor. Ao mesmo tempo, a análise do discurso não pode limitar-se a um estudo do texto em si. Por esta razão, não é o propósito deste trabalho fazer um exame detalhado da composição estrutural e lingüística dos textos e sim fazer da análise do discurso um instrumento para compreender melhor as problemáticas levantadas a respeito do movimento feminista. Assim, o segundo pressuposto é que o estudo das condições de produção podem fornecer instrumentos importantes para entender não apenas o contexto da elaboração discursiva, mas principalmente como o feminismo, através do seu discurso, estava inserido neste contexto. Desta forma, é preciso rejeitar uma análise que considere o contexto como um “pano de fundo” a partir do qual o discurso é projetado. Ao analisar o discurso do movimento feminista, é fundamental atentar para as relações de reciprocidade entre contexto histórico e produção discursiva. Nesse sentido, a elaboração discursiva é dialética pois ao mesmo tempo que seu ponto de partida encontra-se em uma determinada realidade, cria o real através dos significados que o discurso assume para o receptor.

Como metodologia, diante da infinidade de questões que podem ser discutidas a partir do discurso do movimento feminista, optei selecionar deste discurso três eixos temáticos que parecem fundamentais para compreender este movimento social nas décadas de 1970 e 1980: **feminismo e transformação social, ser mulher e ser feminista** e por último, **a opressão individual é política**. Conforme Laurence Bardin, o tema é a unidade de significação que se liberta de um texto analisado segundo os critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura:

Fazer uma análise temática, consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. O tema, enquanto

²⁰ RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Portugal: Rés Editora, 1986, p. 119.

unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido, e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível da análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades lingüísticas.²¹

Por último, apresentarei de forma sintética algumas discussões que estarão integradas ao exame do discurso feminista. Partimos do pressuposto de que o discurso feminista é estruturado, e ao mesmo tempo, estruturante, de múltiplas relações sociais. Como já foi exposto anteriormente, a maioria das feministas porto-alegrenses eram oriundas das classes médias, possuíam acesso à educação universitária e profissões que lhes possibilitavam um diferencial em relação às mulheres das classes populares. Apesar de constatar que existiam elementos comuns na experiência de classe e gênero²², observa-se que não havia uma homogeneidade no discurso feminista, não existindo um único projeto político feminista, existindo inúmeras disputas entre os diferentes grupos e vertentes de pensamento. A partir desta perspectiva, entendo que a elaboração do discurso feminista foi permeada pelas experiências de classe e gênero das mulheres protagonistas, contribuindo para a configuração social deste movimento.

Assim, um dos objetivos deste trabalho é demonstrar a existência de uma multiplicidade de conflitos, que aparecem expressos no discurso feminista. Conflitos estes que ocorriam entre os próprios grupos, na tentativa de estabelecer um projeto político hegemônico, e, ao mesmo tempo, com outros movimentos sociais e partidos políticos, que consideravam a questão da mulher irrelevante frente à luta de classes e à necessidade de redemocratizar o estado brasileiro. Ao mesmo tempo, a análise do discurso feminista pode possibilitar compreender a relação entre feministas e “as outras mulheres”, que – de acordo com o próprio movimento – não possuíam uma consciência da sua opressão específica. Parece fundamental, para esta proposta de trabalho, articular o conceito de classe ao de

²¹ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977, p-p 105-106.

²² O conceito de gênero exprime as relações sociais entre os sexos. Ver: SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Julho/Dezembro/1995. MORAES, Maria Lygia. Usos e limites da categoria gênero; RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero; MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In: **Cadernos Pagu, Trajetórias do gênero, masculinidades**, Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP, Campinas, São Paulo, n° 11, 1998.

gênero, possibilitando pensar nas relações entre a dimensão simbólica e subjetiva do poder com as relações sociais de produção e reprodução estruturadas na sociedade.²³

O tema escolhido para esta dissertação pode ser situado dentro do campo da história das mulheres, que a partir dos anos 1980, muito avançou na historiografia brasileira. Em um primeiro momento as historiadoras dedicadas ao tema pretendiam resgatar a participação feminina em nossa história, dando “voz” e enaltecendo as mulheres. Durante este período, o aumento significativo de uma produção acadêmica voltada para a compreensão da situação social da mulher esteve vinculado à estreita relação das historiadoras²⁴ com o feminismo. A história buscava então suprir os silêncios sobre a participação feminina na sociedade, compreender as origens da opressão, demonstrar os movimentos de resistência, a atuação de heroínas e mulheres que se opuseram à dominação masculina.

Louise Tilly classifica estes primeiros esforços em construir uma história das mulheres como “descritivos e interpretativos” por não se tratar de uma produção voltada para a resolução de problemas teóricos.²⁵ Uma história que se pretenda analítica deve contribuir para compreender as implicações sociais do ser mulher, desvendar os diferentes significados que a identidade feminina adquire, ou seja, o ser mulher precisa ser historicizado.

Neste sentido, pretendo problematizar o discurso feminista a partir de suas condições de produção. Parto da hipótese de que o movimento feminista veio a preencher uma lacuna no cenário político do país, após a desarticulação dos partidos políticos, sindicatos e movimento estudantil. Estes atores tiveram um papel fundamental no combate à ditadura militar e na defesa de um projeto político de esquerda. Após o fim da década de 1960, a repressão estatal logrou a desarticulação destes grupos, enfraquecendo visivelmente a esquerda brasileira. É neste contexto, de esvaziamento dos espaços tradicionais de participação popular, que o movimento feminista começou a se organizar, adquirindo um

²³ Para esta análise contribuem as discussões sobre o conceito de classe apresentadas por Thompson em **A Formação da Classe Operária Inglesa**.

²⁴ Utilizo esta palavra no feminino pelo fato de que a maioria dos pesquisadores que estudam as relações de gênero na história é constituída ainda por mulheres, sem com isto desconhecer a importante e crescente preocupação de historiadores com esta temática.

²⁵ TILLY, Louise. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994, p. 60.

duplo papel na sociedade brasileira. Primeiramente, criou um espaço de participação política das mulheres para debater e lutar por suas demandas específicas. Mas ao mesmo tempo, o feminismo se constituiu como um canal privilegiado de denúncia ao regime militar e de defesa dos direitos civis. Parece razoável afirmar que esta característica diferencia o movimento feminista brasileiro das versões européias e norte-americanas, já que para estes últimos o enfrentamento a um estado autoritário não estava em pauta. Esta dupla função do movimento está explícita na contradição vivenciada pelos grupos feministas em definir uma maior participação nas lutas gerais ou dedicar-se às questões específicas das mulheres. Cabe aqui discutir em que medida a existência do regime militar influenciou a constituição de certas características do movimento a partir de 1975. Como exemplo, observa-se que neste período os poucos grupos existentes no Brasil assumiram um caráter quase clandestino, realizando reuniões em residências particulares e apenas com pessoas convidadas.

Outro problema colocado a partir do discurso feminista é como este contribuiu para a estruturação de uma identidade feminista, possibilitando o reconhecimento da situação de opressão vivida pelas mulheres. A resposta para esta questão passa por analisar qual (ou quais) o projeto político de transformação social expresso no discurso feminista, e se este projeto era capaz de aglutinar as mulheres em torno de uma luta comum. Neste sentido, uma questão que se destaca no discurso feminista é a tentativa de trazer para o cenário político a opressão vivenciada no cotidiano e o questionamento das relações de poder nas diferentes esferas da sociedade. Contudo, esta vivência da opressão não era igual para todas as mulheres. Percebe-se no discurso do movimento uma clara divisão entre as mulheres que possuem consciência de sua opressão (as feministas) e aquelas que ainda se encontram - de acordo com o movimento - alienadas. Através de um discurso próprio o movimento articulou uma identidade feminista que aglutinava as mulheres em um movimento pela sua emancipação e, ao mesmo tempo, as diferenciava de outras mulheres ativistas de outras organizações sociais.

Para atingir os objetivos aqui propostos, a dissertação será dividida em três capítulos. O primeiro será dedicado a discutir as tendências da historiografia brasileira na produção de uma história das mulheres e, especificamente, de uma história do movimento feminista. Verificaremos que em que pese a grande quantidade de trabalhos dedicados à

história das mulheres, o movimento feminista ainda é um objeto de estudo pouco abordado. O objetivo deste primeiro capítulo não é rever todas as obras que marcaram a produção historiográfica brasileira a partir dos anos de 1980 na temática das mulheres. Pretendo apenas observar algumas tendências que exemplificam a trajetória deste campo intelectual intitulado história das mulheres, na qual este trabalho está inserido. Esta necessidade de revisitar alguns trabalhos e tendências se faz necessária tendo em vista que a configuração de um campo de pesquisas intitulado 'história das mulheres' está intimamente relacionado com o próprio movimento feminista, e a sua crescente influência na academia brasileira a partir do final dos anos de 1970.

No segundo capítulo, analisarei o discurso feminista a partir de suas condições de produção. Interessa observar como o feminismo surgiu no Brasil e em Porto Alegre, no contexto de um regime autoritário, e passou a estabelecer-se como um canal de participação política das mulheres. Para tanto, é importante realizar uma retomada da história do feminismo, verificando se é possível afirmar que o movimento surgido a partir dos anos de 1970 representa um movimento social do tipo "novo" ou é uma continuidade do feminismo que se manifestou no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Outra polêmica presente nas discussões sobre feminismo refere-se à relação entre o surgimento do capitalismo e a crescente emancipação feminina. Seria o movimento feminista um resultado direto do avanço do modo de produção capitalista que permitiu às mulheres o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no mundo público? Estas discussões são importantes pois contribuem para situar quais as condições de emergência do movimento feminista nos anos de 1970 e sua repercussão na sociedade. Sendo assim, embora não seja o objetivo principal deste trabalho, neste capítulo II pretendo brevemente examinar um pouco da repercussão do discurso feminista na sociedade porto-alegrense, no período de 1975 a 1982, através das fontes jornalísticas. Trata-se de dimensionar qual o alcance das idéias e propostas do movimento e como estas foram recebidas pela imprensa gaúcha.

O terceiro capítulo será dedicado à análise do projeto político expresso no discurso feminista. Para fins metodológicos, dividi o discurso deste movimento em três temáticas que aparecem como questões centrais para todos os grupos pesquisados: **feminismo e transformação social**, onde tratarei de analisar a articulação - através do discurso e das práticas militantes - de um projeto de transformação social feminista; **ser mulher e ser**

feminista, onde vou tratar da relação das feministas com “as outras mulheres” e a relevância dos discursos e práticas para a formulação de uma consciência feminista; o último tema, **a opressão individual é política**, analisarei como o discurso feminista tentou buscar legitimar as diferentes formas de discriminações cotidianas como um aspecto central da luta política. Entretanto, cabe destacar que esta divisão em três temas é uma questão metodológica pois ao longo do trabalho será possível verificar que há uma relação permanente entre o feminismo e a transformação social, que pautava a relevância de discutir os aspectos cotidianos da opressão vivenciada pelas mulheres, com a identificação das mulheres enquanto feministas, já que o movimento almejava que todas as mulheres reconhecessem sua situação enquanto sexo oprimido. Por esta proximidade e dificuldade em trabalhar estes três temas de forma separada, que optei em integrá-los em um único capítulo da dissertação.

As fontes utilizadas neste trabalho são artigos e reportagens de jornais que trazem entrevistas e depoimentos de feministas. Igualmente, constituem fontes desta pesquisa materiais produzidos pelos grupos feministas, tais como, cadernos de estudo, jornais, boletins e panfletos. Assim, tratam-se de dois tipos de fonte diferenciados pois no primeiro caso o discurso encontra-se mediado por um veículo de comunicação não feminista. Já no segundo caso, temos acesso a produções textuais de autoria do próprio movimento. Embora mais escassas, estas fontes são relevantes para as finalidades deste trabalho. Através das produções textuais dos próprios grupos e de matérias jornalísticas, buscarei analisar os discursos e as práticas do movimento feminista porto-alegrense no período de 1975 a 1982. Devido ao caráter fragmentado deste movimento, bem como ao fato de que muitas documentações não foram apropriadamente conservadas (em arquivos) este trabalho teve que mediar vazios cronológicos, principalmente nos anos de 1975 a 1978, e as lacunas de documentação dos grupos que certamente permitiriam uma análise muito mais aprofundada das temáticas levantadas. Todavia, a utilização de documentações pertencentes a outros grupos feministas do Brasil, e as referências encontradas em jornais de Porto Alegre e

Para finalizar, cabe destacar que a opção por este tema ocorreu ao perceber que diferentemente de outros movimentos sociais (como os camponeses, estudantes, sindicalismo, etc.) existem poucas abordagens históricas sobre o feminismo brasileiro. Pesquisas com esta temática podem contribuir para compreender as transformações

ocorridas na vida das mulheres nas últimas décadas do século XX. A ampliação da participação de mulheres no mundo do trabalho, na esfera política, nas universidades é apenas uma face desta mudança. Mais do que garantir direitos e espaços de poder, o feminismo, através do seu discurso e ação política, contribuiu para uma profunda mudança cultural pois colocou em xeque os saberes, científicos ou religiosos, que perpetuavam a inferioridade feminina como uma verdade inquestionável.

Capítulo I - Mulheres: temas recorrentes, tendências e debates na historiografia brasileira

A história das mulheres é um campo de estudos que vem conquistando espaço significativo na produção historiográfica brasileira. A partir da década de 1980 multiplicaram-se trabalhos que pretendiam aprofundar as análises sobre a mulher na sociedade. Seguindo uma forte influência da produção acadêmica dos Estados Unidos e da Europa, as universidades brasileiras passaram a criar centros de estudos sobre a mulher. Em 1981 a PUC-RJ instalou o primeiro Núcleo de Estudos da Mulher do Brasil. O surgimento de novas abordagens teóricas, que visavam estudar a vida cotidiana e as formas de organização e resistência das camadas populares abriram caminho para o aumento da produção historiográfica sobre as mulheres.

Isto não significa que antes dos anos oitenta inexistissem obras que tratassem sobre a mulher. Ao contrário, a historiografia tradicional contribuiu para assentar uma visão sobre as mulheres na História do Brasil. *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, é um exemplo da concepção dual construída sobre as mulheres ao longo da história: as sinhás brancas, destinadas ao casamento, à maternidade e donas absolutas da Casa Grande, e as negras escravas – sedutoras, imorais, cujos corpos serviam o homem branco. Era com as negras que os senhores de escravos e seus filhos poderiam realizar-se sexualmente, já que as mulheres brancas eram santificadas, e a relação sexual com as esposas possuía o único fim da reprodução da espécie e a perpetuação da família e da propriedade.

O trabalho pioneiro de Gilberto Freyre sobre a família patriarcal pode ser interpretado como uma representação de concepções sobre a mulher que foram produzidas

na sociedade colonial. Relatos de viajantes, documentos eclesiásticos, processos da inquisição ilustram que o homem branco idealizou um modelo feminino, caracterizado pela mulher branca, esposa, mãe, católica, dedicada e submissa. O contraponto eram as mulheres públicas, amancebadas, concubinas, escravas e índias. Verifica-se assim, que esta historiografia tradicional, da qual Freyre é representante, contribuiu para plasmar uma concepção sobre a mulher na história brasileira. A desconstrução desta imagem foi parcialmente feita por estudos posteriores que surgiram principalmente a partir da década de 1980.

Com o surgimento de um campo de estudos sobre a mulher na História, a partir da década de 1980, a visão dual sobre as mulheres passou a ser reinterpretada. Historiadores que estudaram o período colonial dedicaram-se a reexaminar as fontes da época, estudar a composição das relações familiares, os discursos sobre o corpo feminino, sobre a sexualidade, e a maternidade. Na primeira parte deste trabalho, buscaremos identificar em algumas obras que são referência no estudo sobre a mulher as diversas formas de relações sociais vivenciadas pela população feminina, do período colonial até o século XIX. Verificaremos o distanciamento entre o ideal feminino propagado pela Igreja Católica e a vida real das mulheres do Brasil Colônia. Contudo, percebe-se que as temáticas abordadas por esta "nova" historiografia está relacionada aos estudos do cotidiano. Desta forma, a imagem da mulher sobre este período permanece vinculada, principalmente, ao mundo privado.

Também examinarei brevemente dois trabalhos que enfatizam o cotidiano feminino no processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do acesso à instrução pública foi decisiva para que as mulheres passassem a estabelecer novas relações sociais. Os trabalhos selecionados permitirão observar as contradições presentes em uma sociedade que pretende consolidar o capitalismo – e para tanto era necessário utilizar-se de toda a mão-de-obra disponível – mas que preservava valores tradicionais quando o tema era a família, a sexualidade, o casamento e a maternidade. Talvez, por acompanharem a trajetória das próprias mulheres, se percebe que os trabalhos que tratam do final do século XIX e princípios do século XX começam a matizar a divisão entre mundo privado e mundo público.

As discussões em torno das tendências da produção historiográfica que surge a partir dos anos de 1980 são importantes para a realização deste trabalho por algumas razões. A primeira delas é que, como já foi dito, a própria inserção do tema 'mulheres' na academia é em parte fruto do movimento feminista. A necessidade de incluir na história a existência das mulheres, valorizar sua participação, é uma constante nestes primeiros trabalhos.

Igualmente, a História das Mulheres é permeada por discussões conceituais e metodológicas que ainda estão em aberto. Entre as diferentes correntes do pensamento feminista, há duas que obtiveram maior relevância para as discussões historiográficas. Assim, pretende-se apresentar o debate entre historiadoras filiadas ao pós-estruturalismo e aquelas relacionadas à história social influenciada pelo marxismo britânico. Estas duas vertentes possuem pontos em comum, como a adoção do conceito de gênero enquanto categoria de análise capaz de explicar a dimensão das relações sociais entre os sexos. Entretanto, divergem sobre os usos e apropriações do conceito. A partir deste debate, observa-se que a história das mulheres é um campo fértil para discutir o papel dos sujeitos na história, a construção de identidades fixas, a superação da oposição entre feminino e masculino, a utilização de outras categorias de análise e a possibilidade de escrever uma história do gênero nos marcos atuais da disciplina histórica. A consolidação de um campo de estudos sobre a mulher na história passa igualmente pelas reflexões sobre a utilização de fontes e métodos que permitam ao historiador focar as relações sociais de gênero. Questões como estas podem contribuir para pensar as problemáticas específicas da pesquisa, tais como a fragmentação e a dificuldade de acesso às fontes.

Em um segundo momento deste capítulo, discutiremos a produção de trabalhos cujo objeto de estudo é o movimento feminista e a participação política das mulheres a partir dos anos de 1960. Este tema tem sido pouco percorrido pela historiografia brasileira. Entretanto, é fundamental fazer um levantamento dos trabalhos que buscaram analisar a participação política feminina no Brasil pois eles são o ponto de partida para uma nova visão das mulheres na história. Já não se trata mais das mulheres a partir de uma visão dual (santas ou pecadoras - como fazia Freyre) nem tampouco presas a uma vida cotidiana. Os estudos que analisam a participação política feminina no Brasil buscam ressaltar as mulheres enquanto protagonistas, sujeitos de uma transformação social. Os estudos aqui

elencados pertencem mais ao campo da sociologia e da ciência política. Mesmo que algumas obras aqui selecionadas não tenham sido produzidas por historiadores, seu caráter analítico fornece instrumentos para que possamos observar quais as tendências dos estudos sobre movimento feminista no Brasil.

Ao observar os temas abordados na produção historiográfica brasileira sobre a mulher verificou-se que há três temáticas que concentram um grande número de trabalhos – as mulheres no período colonial, o cotidiano feminino no processo de urbanização e industrialização e o movimento feminista. Diante da impossibilidade de englobar todas as produções existentes sobre cada temática, foi feita uma seleção de trabalhos que se tornaram referência dentro de cada tema, correndo-se o risco de excluir alguma obra relevante. O objetivo deste capítulo inicial não é realizar um levantamento completo da produção historiográfica ou dos debates conceituais que envolvem o tema da história das mulheres. Meu propósito é apontar tendências, verificar como a história, através da escolha de temáticas e abordagens, contribuiu, ao longo do século XX construir imagens sobre as mulheres. Se em um primeiro momento, a historiografia tradicional fazia uma espécie de julgamento moral das mulheres a partir da ótica dominante, ao longo dos anos 1980 os estudos inspirados nas discussões feministas contribuíram, para de modo mais contundente, resgatar outras práticas femininas de resistência vivenciadas no cotidiano. Ao mesmo tempo, tratarei de demonstrar a importância de trabalhos sobre o feminismo, e não sobre a mulher, pois o tema da mulher acaba, em muitos casos, relegando a existência feminina ao mundo privado, ao cotidiano. Já os trabalhos sobre o feminismo, demonstram as relações sociais de dominação e resistência vividas por mulheres de diferentes épocas, mas que encontraram formas de protagonizar transformações, ao trazer para a esfera pública o debate sobre a condição feminina.

O surgimento de novos campos teóricos que enfatizaram o estudo do cotidiano das camadas populares e segmentos excluídos a partir dos anos 1980 influenciou a realização de uma produção historiográfica sobre a vida das mulheres no período colonial. Os diversos modos de casamentos e uniões, a sexualidade feminina, o exercício da maternidade, a participação das mulheres na economia são alguns dos temas percorridos pela historiografia

brasileira. Este marco temporal corresponde ao estabelecido pela maioria dos estudos sobre a mulher, que identificam no século dezenove um conjunto de mudanças estruturais na sociedade brasileira, o fim da escravidão, a proclamação da república, o início do processo de urbanização e a industrialização ainda incipientes. Estas transformações modificariam também a realidade cotidiana das mulheres. O acesso à educação, bem como a absorção da mão-de-obra feminina através do trabalho assalariado, configuraram novos padrões de relações sociais. Nesse sentido, a maioria dos autores analisados observou uma relativa continuidade na situação das mulheres do período colonial até o século XIX.

Durante os três séculos que se seguiram à colonização do Brasil, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na tentativa de regulamentar as relações familiares da colônia, afirmando o casamento monogâmico cristão como a única forma aceitável de união entre homens e mulheres. O modelo feminino ideal propagado pela Igreja era o da mulher casta, boa filha, branca, desposada até os quinze anos e que a partir do matrimônio passava a viver para perpetuar a família e a propriedade. A mulher tinha um papel importante na estruturação da família patriarcal. De sua fidelidade, da domesticação de sua sexualidade para fins reprodutivos, dependia a sobrevivência dos padrões sociais senhoriais. Esta análise – presente em obras da historiografia tradicional – passou a ser mediada pela produção de historiadores brasileiros a partir dos anos 1980. O matrimônio oficial e a construção da família patriarcal passaram a ser confrontados com outras formas de relacionamento entre homens e mulheres, principalmente das camadas populares.

A importância do casamento monogâmico foi verificada através de análise documental realizada por autores como Mary Del Priore e Ronaldo Vainfas. Este último afirma que a política matrimonial da Coroa portuguesa foi guiada por razões de interesse de estado²⁶ combinado à ação da Igreja, que perseguia amancebados e concubinos.

Para Mary Del Priore, o casamento cristão foi um dos resultados da importação da metrópole de um discurso moralizador sobre os usos do corpo com o objetivo de difundir a fé católica e constituir contingentes populacionais que habitassem as novas terras. Dentro

²⁶ Tratava-se do interesse no povoamento e manutenção da Segurança. Ver VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 104

deste modelo, a família era primordial para consolidar a moral cristã e o sistema mercantil.²⁷

Contudo, a peculiaridade das relações sociais estabelecidas na sociedade colonial por vezes confrontou-se ao ideal feminino almejado pelos discursos oficiais. Um dos problemas verificados pela historiografia foi a desproporção entre homens e mulheres de ascendência européia, sendo que os primeiros existiam em maior número.

A falta de mulheres brancas com as quais fosse possível constituir matrimônio foi uma das causas apontadas pelos historiadores para explicar a proliferação de relações inter-raciais no Brasil Colônia.

E na falta de mulheres brancas, fossem para casar, fossem para fornicar – pois sempre escassearam as Nóbregas e as Baldayas do Reino – caberia mesmo às mulheres de cor o papel de meretrizes de ofício ou amantes solteiras em toda a história da colonização. Nos séculos vindouros, à degradação das índias e à sua reificação como objeto sexual dos portugueses somar-se-iam as das mulatas, das africanas, das ladinas e das caboclas – todas elas inferiorizadas por sua condição feminina, racial e servil no imaginário colonial.²⁸

Além da exploração sexual explicitada, os homens raramente se casavam com as mulheres de cor. Preferiam o concubinato, pois o casamento inter-racial era sinal de vergonha e perda de status social para o homem e para seus descendentes. A Igreja condenava estes relacionamentos tendo em vista que afrontavam diretamente o casamento tradicional. Além disso, a miscigenação da população não era vista com bons olhos pelas autoridades.

Apesar da oposição eclesiástica, a análise da historiografia permite observar que a prática do concubinato foi usual durante o período colonial. Para as camadas populares, o concubinato era uma prática freqüente, talvez em decorrência dos entraves burocráticos e financeiros exigidos para consumir a união religiosa. Segundo Mary Del Priore o concubinato era uma organização familiar típica das camadas populares que podia reunir homens e mulheres solteiros, ou existir concomitante ao casamento formal. A autora afirma

²⁷ DEL PRIORE, Mary. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 15, 16.

²⁸ Vainfas, R. Op.cit., p. 73

que o concubinato era também uma alternativa de união para mulheres casadas que abandonavam seus maridos e passavam a viver com outro homem. Em que pese à repressão da Igreja, práticas como o concubinato, o amancebamento, e o adultério estavam presentes na sociedade instituindo relações entre homens e mulheres discrepantes do modelo cristão. A Igreja também foi palco de transgressões ao casamento monogâmico, a notar-se o úmero de casos amorosos entre padres e mulheres registrados em documentos eclesiásticos:

Neste vaivém de sobrevivências múltiplas, as distâncias eram passíveis de serem quebradas, e o envolvimento de padres com mulheres era fonte permanente de queixa das autoridades eclesiásticas. No norte da colônia, reclamava D. Frei João de São José Queiróz, bispo do Pará em 1760: “antes, recebiam –se quatorze moedas para repor corrente os papéis de um ordenado, outros roubos precisos para sustentar amigas que ainda estando presas eram de noite visitadas.”²⁹

Estes relacionamentos eram mais comuns com mulheres das camadas populares, que estabeleciam com os padres favorecimentos sexuais em troca de bens para sua sobrevivência. Mas também foram conhecidas uniões estáveis, inclusive com a presença de filhos. A historiografia registrou que as mulheres de padres eram acometidas de preconceitos e perseguições pois praticavam um duplo pecado: viver fora das leis conjugais e desviar homens de fé do caminho da religião.

Ao constatar a existência de relações conjugais que fogem ao padrão imposto pela Igreja e o Estado, não se pretende negar a relevância do discurso religioso sobre a vida das mulheres. O casamento religioso era muito praticado, principalmente entre a elite. Estas uniões ocorriam em geral entre os quatorze e dezesseis anos de vida da mulher, com homens geralmente mais velhos. Nossa historiografia é unânime em constatar que se tratava de casamentos arranjados pela família. Portanto, as mulheres da elite eram em sua maioria submissas à figura masculina, primeiramente do pai e posteriormente do marido. Conforme Vainfas, os casamentos arranjados não eram exclusividade das elites. Entre as camadas populares, os pais também procuravam casar suas filhas com homens da mesma condição social³⁰, afinal, uma filha pobre não casada significava prejuízo econômico para

²⁹ Del Priore, M. Op.cit. p. 39.

³⁰ Vainfas, R. Op. cit. p. 131

toda a família ou a desmoralização de submetê-la a trabalhos não gratos. Se não configurava uma ascensão econômica, o casamento para as mulheres pobres era garantia de um *status* social. Em casos mais raros, há registros de casamentos formais entre escravos, normalmente promovidos pela Igreja e senhores com o intuito de propagar a fé cristã e combater as uniões informais. Apesar das transgressões, o casamento de acordo com os preceitos católicos era uma instituição presente na vida de diferentes segmentos sociais. Ronaldo Vainfas, ao analisar depoimentos registrados em documentação inquisitorial dos séculos XVI ao XVIII afirma que o casamento constituía uma obrigação para as mulheres:

Já do lado feminino, vimos quão poucas vontades se poderiam realizar em matéria de casamento. Quando instadas a falar sobre isso, as mulheres simplesmente aludiam às decisões do pai, da família, do senhor e, nos casos em que tomaram a iniciativa, à necessidade de remediar uma vida difícil.³¹

A relação sexual deveria ocorrer com a única finalidade de reprodução. A historiografia registra que setores da Igreja eram complacentes com a prostituição, entendendo que esta prática contribuía para o controle da vida sexual no matrimônio. Conforme Mary Del Priore a idéia de que a prostituição, apesar de transgressora, era necessária para uma boa ordem familiar é herança da Península Ibérica, onde os homens “pacificavam seus ânimos” em bordéis.

No Brasil, no entanto, as características que a tornavam um “mal necessário”, vão misturar-se com outras práticas consideradas pelas autoridades como transgressoras, fazendo com que a Igreja enxergasse em cada mulher que infringisse as normas, uma prostituta em potencial.³²

A partir deste breve apanhado sobre o casamento e suas transgressões podemos pensar que na sociedade colonial exerceram-se diversas formas de relacionamento conjugal

³¹ Vainfas, R. Op. cit. p. 133

³² Del Priore, M. Op.cit. p. 22. Conforme a autora, eram denunciadas como prostitutas mulheres com relações extraconjugais. A autora salienta também que a prostituição de escravas era uma prática comum por parte de seus senhores, bem como mulheres que prostituíam suas filhas.

e extra-conjugal. O casamento formal era um dos arranjos possíveis, mais comum entre as elites, com a finalidade de propagar a moral cristã e sobretudo a preservação da família e da propriedade.

Para as mulheres, o casamento formal significava ascender socialmente ao *status* de mulher casada, que de acordo com o discurso eclesiástico, era a única forma de vida honesta. Contudo, a história das mulheres vêm demonstrado que com frequência os relacionamentos transgrediram às normas conjugais impostas pela Igreja e pelo Estado. Ser concubina ou amante representava uma alternativa para mulheres que não podiam (ou não queriam) casar-se formalmente e que, mesmo assim, pretendiam ter um relacionamento conjugal. Ao examinar as obras aqui elencadas, percebe-se que as mulheres casadas formalmente eram na sua maioria brancas e pertencentes à elite e as que praticavam outros tipos de união eram majoritariamente indígenas, negras ou mestiças. Esta constatação confirma que a divisão social no Brasil estava profundamente marcada pelas diferenças raciais e étnicas. Portanto, a oportunidade do casamento como forma de ascensão social era uma possibilidade real para mulheres brancas ricas e em menor grau para as brancas pobres, para negras (escravas, forras ou libertas) e mestiças. A existência de relações conjugais não formais, a prática do adultério, a prostituição e toda forma de transgressão às normas eclesiásticas foram interpretadas como condutas desviantes, libertinas e imorais pela Igreja, pelo Estado, e pela intelectualidade da época. Em contraposição à historiografia tradicional – que consolidou a visão dual sobre a mulher – os trabalhos aqui analisados buscam compreender a diversidade de uniões e vínculos entre homens e mulheres como resultado da multiplicidade de relações sociais de gênero, classe e raça estabelecidas a partir do período colonial.

No Brasil Colonial, os discursos religioso e médico estabeleceram uma vinculação direta entre a sexualidade feminina e o exercício da maternidade. Diversos historiadores chegaram a estas conclusões examinando tratados sobre a sexualidade e a maternidade produzidos por médicos e documentos eclesiásticos que ilustram a tentativa de normatização sobre o corpo feminino. Neste tópico, a temática será examinada a partir dos estudos de Mary Del Priore - *Magia e Medicina na Colônia: O Corpo Feminino* - e de Emanuel Araújo, *A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia*. Ambos fazem

parte do livro *História das Mulheres no Brasil*, que reúne uma coletânea de artigos diversificados sobre o tema.

Diferentes trabalhos sobre as mulheres no período colonial demonstram que as leis do Estado e da Igreja, bem como a família, os costumes e a tradição pretendiam exercer o controle da sexualidade feminina. Segundo historiadores, o mito de Eva justificaria a condenação de comportamentos sexuais pelas instituições eclesiásticas. As mulheres, portadoras da semente do pecado original, eram instruídas a seguir o exemplo da Virgem Maria, e não o de Eva. Emanuel Araújo cita um escrito eclesiástico que ilustra esta concepção:

Quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia; nem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; mas que se ornem, ao contrário, com boas obras, como convém a mulheres que se professam piedosas. Durante a instrução, a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que, com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade.³³

É possível observar que durante o período colonial, o conhecimento médico sobre o corpo feminino ainda era produzido com fundamento nas crenças religiosas. A idéia de que a maternidade era a única finalidade da atividade sexual feminina foi reafirmada pelo discurso médico, que passou a concentrar-se no estudo do útero (ou *madre*, como era conhecido na linguagem médica da época). Segundo Mary Del Priore, o saber médico também era influenciado pelas práticas milenares da magia e da feitiçaria. Havia, no entanto, uma diferença crucial entre estes dois saberes. O conhecimento mágico e a feitiçaria pertenciam por tradição ao universo feminino. Parteiras, feiticeiras e curandeiras produziram um conhecimento informal transmitido de geração em geração. Para Mary Del Priore, o saber médico, dominado pelos homens, pretendia substituir o conhecimento de cura das mulheres. Por esta razão, foram comuns durante o período colonial processos inquisitórios contra feiticeiras e curandeiras.

³³ ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia. IN: História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997 (p. 46)

Curandeiras e benzedoras que curavam com ‘orações, benzimentos, rezas, e palavras santas’, pertencentes ao monopólio eclesiástico, passaram a ser sistematicamente perseguidas, pois as palavras que empregavam eram consideradas, sobretudo pelos inquisidores do Santo Ofício, de inspiração diabólica.(...) Médicos e religiosos, apoiados no pressuposto de que a comunicação com o sobrenatural constituía privilégio de poucos, lançavam mão de recursos que eram condenados quando utilizados por curandeiras e benzedoras.³⁴

Este saber popular exercido pelas mulheres precisava ser desconstituído para que houvesse um controle efetivo sobre o corpo feminino. A vocação natural para a maternidade, tão insistentemente apregoada pela Igreja, passou a ser reiterada pelo discurso científico. Todas as doenças e distúrbios comportamentais manifestados pelas mulheres eram atribuídos ao funcionamento uterino. A não regularidade do fluxo menstrual, a realização de práticas sexuais que contrariassem a função reprodutiva, poderia ocasionar enfermidades crônicas, como a melancolia, a histeria e a ninfomania.³⁵

Para que as normas sexuais pregadas pela Igreja e pela medicina fossem adotadas, era necessário disciplinar a sexualidade feminina. E este “adestramento” ocorria através da família e do acesso (ainda que precário) à educação formal. Emanuel Araújo informa que a instrução recebida pelas mulheres era precária, limitando-se aos conhecimentos necessários para administrar a casa: alfabetização, costura, bordado e outros afazeres domésticos. Percebe-se que a educação feminina resumia-se a duas questões fundamentais: preparação para o casamento e para a maternidade. A partir desta constatação a historiografia tradicional produziu uma visão sobre a mulher no período colonial: submissa ao pai e ao marido, vítima da família patriarcal. Embora esta concepção não esteja incorreta, ela não expressa a complexidade das relações sociais estabelecidas pelas mulheres no período colonial. Estudos recentes demonstram que apesar da tentativa de normatização da sexualidade feminina no período colonial, as mulheres encontraram formas de resistência e expressão da sua sexualidade que questionavam a Igreja, o discurso médico e a família tradicional.

³⁴ DEL PRIORE, Mary. Magia e Medicina na Colônia: O corpo feminino. IN: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. (p. 81)

³⁵ Op. cit. p. 83

No artigo intitulado *Homoerotismo feminino e o Santo Ofício*, Ronaldo Vainfas apresenta as dificuldades da Igreja Católica em julgar casos de homossexualidade feminina. Na primeira visita do Santo Ofício da Inquisição no Brasil – ocorrida em 1590 – vinte e nove mulheres foram acusadas de práticas homossexuais. A existência de documentos e processos eclesiásticos sobre este tema comprova que o relacionamento sexual entre mulheres constituía um problema presente na sociedade colonial.³⁶

Os casos de adultério também não eram raros – apesar das severas punições impostas às adúlteras.³⁷ Emanuel Araújo afirma que o adultério era praticado em todas as camadas sociais e em diferentes ocasiões. Por exemplo, na ausência dos maridos, as mulheres eram seduzidas por padres ou por viajantes estrangeiros. As festas populares eram momentos propícios ao adultério pois “os festejos e todo tipo de reunião ou ajuntamento de pessoas também davam ocasião para o começo de uma peripécia fora do leito conjugal”³⁸

As mulheres utilizaram-se igualmente de mecanismos legais para acabar com casamentos indesejados, o que era permitido se o cônjuge era violento ou comprovava-se o adultério masculino. Seria necessário um maior aprofundamento sobre este tema, mas ao que tudo indica a anulação de casamentos era uma exceção. Entretanto, o fato de existirem casos documentados de esposas que utilizaram este expediente, é um indício de contestação à autoridade masculina.

Verifica-se que as pressões das convenções sociais impostas pela Igreja, pelo discurso médico e pela família, não foram suficientes para impedir que as mulheres infringissem as práticas sexuais socialmente aceitas. Mas ser mãe e esposa era o destino “naturalmente” esperado para todas as mulheres e aquelas que fugiam a estes padrões eram acusadas de anormais, imorais, enfermas ou prostitutas. Os estudos recentes sobre a sexualidade feminina permitiram observar com mais atenção as contradições da sociedade colonial. A diversidade de fontes documentais que tratam da sexualidade feminina – documentos eclesiásticos, manuais médicos, sátiras, processos criminais – permitiram que os historiadores questionassem o grau de aceitação das normas sexuais impostas e

³⁶ IN: História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 115-140.

³⁷ As legislações civis e eclesiásticas permitiam a punição do adultério feminino com morte. Ver LIMA, Lana Lage da Gama. **Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira**. RJ: Dois Pontos, 1987.

³⁸ ARAÚJO, Op. cit. p. 62

enfatassem as formas de resistência e transgressão vivenciadas pelas mulheres. Para além da História das Mulheres, outros campos têm contribuído para compreender as relações de gênero na sociedade colonial. Conforme Rachel Soihet, a história da família contribuiu para um melhor conhecimento acerca da posição da mulher nesta instituição: “Embora reconhecendo os privilégios do marido no modelo patriarcal, pesquisas recentes têm relativizado a sujeição feminina, ao trazer à tona algumas de suas rebeldias e transgressões.”³⁹

Os estudos de gênero não podem ser interpretados como uma forma de “dar voz” às mulheres, mas sim como uma possibilidade analítica. Nas leituras percebemos que as mulheres e os homens estabeleceram meios de transgredir as normas morais socialmente aceitas, adotando comportamentos sexuais, uniões conjugais e formas de sobrevivência que desafiavam os padrões da época. Entretanto, não se pode subestimar o poder do discurso eclesiástico, que aliado ao interesse do Estado em transformar a família no núcleo civilizador da sociedade colonial, instituiu normas morais determinantes para a sociedade brasileira. Ainda neste primeiro capítulo, percebemos a influência foucaultiana em alguns trabalhos que abordaram as práticas disciplinadoras da Igreja e da medicina sobre o corpo feminino. Contudo, a normatização imposta pelos discursos eclesiástico e médico à vida das mulheres não era intransponível.

É interessante notar ainda que as transgressões femininas aos comportamentos que eram moralmente aceitos são interpretadas por vários historiadores como formas de resistência. Esta resistência não se refere necessariamente a movimentos organizados ou reivindicatórios. Trata-se de observar que no seu cotidiano as mulheres encontraram formas de sobreviver, experimentar a sexualidade, estabelecer relacionamentos amorosos que enfrentavam os poderes institucionais.

O ideal de mulher produzido pela sociedade colonial restringia sua vida ao espaço doméstico, ao cuidado com os filhos, o marido e a casa. As atividades econômicas pertenciam ao universo masculino. A única exceção referia-se às escravas, mão-de-obra utilizada em toda a sociedade colonial. Mesmo assim, a escravidão instituiu uma divisão

³⁹ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 290.

sexual do trabalho, cabendo à maioria das escravas ocupações domésticas e aos escravos atividades relacionadas à produção.

A partir da década de 1980 alguns estudos passaram a focar a inserção das mulheres na economia durante o período colonial. Em geral excluídas dos meios de produção⁴⁰ e do trabalho formal, mulheres sós, viúvas, abandonadas pelos maridos, solteiras, brancas, negras e indígenas, escravas e libertas encontraram formas de sobrevivência material à margem da economia agrária exportadora.

Um dos artigos que discute esta temática é *Mulheres nas Minas Gerais*, de Luciano Figueiredo, que discute o cotidiano de proprietárias de terras, quitandeiras e vendeiras. Seu estudo – apesar de localizado em uma região do país – pode contribuir para pensar a relação das mulheres com o mundo do trabalho durante o período colonial. Para o autor, a divisão de papéis sociais adotados na colônia foi uma herança da Península Ibérica. No Brasil, verificou-se a ausência de mulheres em ofícios mecânicos. As mulheres concentravam-se em atividades tradicionalmente femininas como padeiras, costureiras, lavadeiras, cozinheiras e parteiras. A distribuição de terras não fugia à regra. Conforme o autor, entre 1728 e 1745, para cada 35 homens proprietários de sesmarias nas Minas Gerais, havia apenas uma mulher. Quanto às pequenas propriedades, as mulheres possuíam entre 10 e 20 por cento. Mas a maior concentração de mulheres ocorreu no comércio informal. A exploração das minas de ouro, com a conseqüente aglomeração de escravos, forros e população pobre que passou a trabalhar nas minas, possibilitou a proliferação de quitandas, vendas e vendedoras ambulantes que abasteciam a população com alimentos, fumo e bebida.

O comércio informal foi duramente combatido pela Coroa pois muitos destes estabelecimentos sonegavam impostos, contribuía para a fuga de escravos e forneciam gêneros alimentícios para os quilombos. Além disso, a prática de comércio por parte das mulheres era considerada imoral, e confundia-se com a prostituição.

Toda a complexidade da presença de mulheres nessas ocupações onde se entrelaçam a importância econômica do abastecimento, o perigo social que proporcionavam e a suposta imoralidade com que atuavam ganha representação

⁴⁰ Conforme Stuart Schwartz, as mulheres eram proprietárias de 20% dos engenhos de açúcar baianos durante o período colonial. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. p. 361.

através do mais importante documento (...). Ali se afirma: “Os moradores, em grande número, têm casas de vendas de comer e beber, onde põem negras suas para convidarem os negros a comprar (...) Muitas vezes sucedem retirarem-se os senhores das casas das vendas, dando os passeiros, (...) para darem lugar a que as negras fiquem mais desembaraçadas para o uso de seus apetites.”⁴¹

Outro trabalho significativo para a historiografia brasileira é de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. A autora descortina o cotidiano das mulheres pobres no incipiente processo de urbanização da cidade de São Paulo, destacando as formas de sobrevivência encontradas através da produção e do comércio informal de gêneros alimentícios. Para Maria Odila, os papéis sociais femininos e as ocupações econômicas menos prestigiadas confundiam-se na cidade de São Paulo. Assim como no caso de Minas Gerais, a proliferação de um comércio autônomo de gêneros alimentícios gerou conflitos entre as mulheres e as autoridades paulistas:

A sua presença na cidade caracterizou-se por um permanente estado de tensão com relação às autoridades, por força das próprias contradições estruturais da sociedade colonial: por vezes, relativamente esquecidas, num processo de mútua distância e de tolerância relativa das autoridades. Outras, mais ostensivamente agressivas e incômodas, em confronto mais aberto, chegando quase à contestação e à violência.⁴²

Um dos mais inusitados confrontos ocorreu em 1744, quando as padeiras de São Paulo recusaram-se a participar de um dos eventos tradicionais da cidade, a procissão de Corpus Christi.⁴³

As personagens de *Quotidiano e Poder*, assim como as de *Mulheres nas Minas Gerais* são mulheres pobres, algumas delas que possuem poucos escravos, outras de origem ainda mais humilde (escravas forras, libertas, moradoras urbanas) que se estabeleceram como padeiras, quitandeiras, vendedoras ambulantes para driblar a cobrança de impostos. É possível verificar que estas mulheres protagonizaram uma dupla resistência.

⁴¹ O grifo refere-se a trechos da carta de Manuel Afonseca de Azevedo ,secretário do governo de Minas, encaminhada ao Rei em 1732. IN: *Mulheres nas Minas Gerais*, p. 150

⁴² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 44.

⁴³ Em protesto contra a prisão de escravas de padeiras, multas por vender o pão fora do preço estabelecido pelas autoridades, as padeiras se recusaram a apresentar sua dança e foram presas. DIAS, Maria Odila, Op. cit. pp. 47-48.

Primeiramente, enfrentaram o ideal feminino da época ao incorporar-se ao mundo do trabalho. Depois, resistiram ao poder político e econômico institucional ao sonegarem impostos e exercer atividades econômicas irregulares.

Os dois trabalhos aqui selecionados – apresentados de forma muito sintética – contribuem para pensar os limites e as possibilidades das produções historiográficas sobre a mulher no período colonial. Os autores pesquisaram um tema que não é muito comum em nossa historiografia. Isto se deve ao fato das mulheres ocupar uma posição marginal na economia agrária-exportadora, modelo vigente no Brasil até 1930. Até então, as mulheres desempenhavam papéis relevantes apenas no trabalho informal, na produção e comercialização de gêneros alimentícios para consumo interno. É compreensível, portanto, que a historiografia tradicional, preocupada com as grandes contradições sociais decorrentes do modelo econômico escravista colonial, não tenha se detido a examinar a participação feminina na economia.

De fato, os dois estudos aqui relacionados possuem alguns limites. Tratam-se de pesquisas localizadas – Minas Gerais e São Paulo - que não permitem uma apreciação geral da inserção das mulheres na economia brasileira. Mas certamente não era este o objetivo dos autores, visivelmente inspirados na possibilidade de escrever uma história do cotidiano, que enfatizasse modos de organização e resistência dos diferentes sujeitos sociais. Seus trabalhos contribuem para a historiografia na medida em que permitem questionar os papéis que as mulheres assumiram ao longo da história, mostrando a complexidade das suas relações de sobrevivência e resistência.

Durante o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o crescente processo de urbanização e industrialização provocou mudanças significativas nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira. A crise do sistema agrário exportador fez com que muitos trabalhadores do campo, na sua maioria imigrantes, viessem para as cidades em busca de trabalho. A consolidação do sistema capitalista repercutiu diretamente na vida das mulheres. Estas passaram a ser vistas como mão-de-obra em potencial, fosse nas terras como trabalhadoras diárias⁴⁴ ou nas fábricas como operárias.

⁴⁴ Sobre este tema ver: SILVA, Maria Aparecida Moraes. De Colona a Bóia-fria. In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

Entretanto, a incorporação definitiva das mulheres no processo produtivo não significou uma conquista de igualdade nas relações entre homens e mulheres. Ao contrário, os conceitos misóginos apregoados pela religião, pela ciência e pela família contribuíram para a consolidação de papéis sociais diferenciados no mundo do trabalho.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho explicitou os antagonismos de gênero e classe social que já estavam presentes na sociedade brasileira desde o período colonial. Estas contradições passaram a ser objeto de estudo da historiografia brasileira, desdobrando-se em temas como a realidade das famílias operária e burguesa, o estabelecimento de profissões ditas femininas - como o magistério - e a produção de um discurso religioso, médico e operário sobre a mulher ditando normas morais e sociais de comportamento.

O trabalho de Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar* marcou a historiografia brasileira. Trata-se de um estudo sobre a cultura popular da classe operária durante a República Velha, seu protagonismo social, as relações de poder inter-classe e as formas de disciplina e controle do Estado e do poder privado sob os operários. Sua originalidade reside em munir-se de contribuições teóricas diferenciadas (de E. P. Thompson a Michael Foucault) para traçar um panorama do cotidiano operário do final do século XIX a 1930. O capítulo intitulado *A Colonização da Mulher* trata das contradições entre o modelo feminino idealizado pela burguesia e a realidade das mulheres trabalhadoras. Segundo a autora, em meados do século XIX o modelo normativo de mulher pregava novas formas de comportamento e etiqueta, dirigidas inicialmente para as mulheres de elite e paulatinamente às das classes trabalhadoras. Tratava-se de exaltar as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Quanto mais a mulher escapava da vida doméstica para ocupar espaços no mercado de trabalho, mais a sociedade burguesa cobrava a permanência no lar, o cuidado com o marido e os filhos, convocando a população feminina a assumir seu verdadeiro papel. Havia portanto uma contradição entre a necessidade econômica da mão-de-obra feminina e a moral burguesa:

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do

país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.⁴⁵

Uma das tentativas de normatização do comportamento feminino operava através do convencimento de que as mulheres eram dotadas de uma vocação natural para a maternidade. Conforme Margareth Rago, o discurso médico procurava, através de teses e campanhas, persuadir as mulheres - tanto da classe alta como das camadas populares - a assumir sua função natural de criação e educação dos filhos. A autora cita um trecho da tese de conclusão do curso de medicina de Vitorino Assunção intitulada *Garantia Sanitária da Prole*, de 1909: “ A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que obrigam-na a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade”.

Ao mesmo tempo, o movimento operário via no trabalho da mulher uma ameaça ao emprego masculino, além de um elemento desagregador da família. Segundo a autora, a imprensa operária denunciava o problema moral e sexual da exploração do trabalho feminino, já que muitas mulheres sofriam com o assédio sexual dos patrões. O discurso operário tendia a fragilizar as mulheres, mostrá-las desprotegidas e acuadas pelos patrões no universo das fábricas. Quando as mulheres operárias protagonizavam movimentos de protesto contra a exploração que sofriam nas fábricas, os líderes do movimento operário ressaltavam o despreparo e a desorganização das trabalhadoras, consideradas inaptas para o trabalho e para a organização do movimento sindical. O lugar natural das mulheres era a “retaguarda”, a reprodução e o cuidado com os homens que um dia fariam a revolução:

Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido. Fenômeno que evidentemente não consideramos específico do movimento operário que se constitui no Brasil, nem deste momento histórico.⁴⁶

⁴⁵ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 62.

⁴⁶ RAGO, Margareth. Op.cit. p. 68

Apesar da convergência de discursos entre o poder político institucional e o movimento operário, Margareth Rago demonstra que no interior do operariado surgiram posições divergentes quanto aos papéis sociais femininos. Muitas lideranças anarquistas – na sua maioria mulheres – passaram a questionar a reclusão feminina ao lar e à maternidade. Entre os anarquistas, havia defensores ferrenhos da educação feminina, considerada uma arma para a libertação: “a educação da mulher trabalhadora aparece como instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado”⁴⁷ O trabalho de Margareth Rago é pertinente ao demonstrar a complexidade da dominação sofrida pelas mulheres, já que havia uma convergência do Estado, da Igreja, do discurso médico e do próprio movimento operário demonstrando a inferioridade da condição feminina.

O papel de mãe e esposa, responsável pelo cuidado com os filhos, foi paulatinamente sendo associado ao papel de educadora. Esta é a tese central do trabalho de Guacira Lopes Louro intitulado *Mulheres na Sala de Aula*, que demonstra o processo de feminilização do magistério a partir do fim do século XIX com a abertura das primeiras escolas normais para formação de docentes. Estas escolas, conforme Guacira, passaram a receber e formar mais mulheres que homens. O fato dos homens abandonarem o magistério estava vinculado ao processo de urbanização e industrialização que possibilitava outras oportunidades de trabalho para a população masculina.

A participação das mulheres no magistério foi contestada pela sociedade burguesa. De acordo com Guacira Louro, havia opiniões contrárias que consideravam uma insensatez entregar às mulheres – com cérebros menos desenvolvidos que os homens – a responsabilidade pela educação das crianças. Contudo, o argumento de que o magistério não subvertia a função natural da mulher, educar os filhos e filhas, passou a justificar o abandono da docência por parte dos homens. Mas o exercício do magistério, assim como toda e qualquer ocupação feminina fora do espaço doméstico, precisava ser normatizado:

Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da

⁴⁷ RAGO, Margareth. Op.cit. p. 97.

vida familiar, dos deveres domésticos ,da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade.⁴⁸

A partir destes dois trabalhos, que expressam uma parte pequena mas representativa da produção historiográfica sobre as mulheres durante o processo de urbanização e industrialização, é possível perceber as contradições de uma sociedade que necessita incorporar as mulheres no mundo do trabalho, mas que teme a desagregação moral e sexual da população feminina. As mulheres das classes populares necessitavam trabalhar, mas conviviam com a culpa de não cumprir com seu verdadeiro papel, de mãe e esposa. O estabelecimento de ocupações *ditas* femininas contribuiu para apaziguar este conflito, permitindo que muitas mulheres pudessem desempenhar funções no mercado de trabalho, desde que estas fossem compatíveis com o casamento e a maternidade.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX consolidou-se um modelo de divisão sexual do trabalho que relegou as ocupações femininas a atividades secundárias, complementares da renda familiar, menos importante, por isso menos remuneradas. A propagada incapacidade natural feminina para o trabalho justificava a desigualdade salarial entre mulheres e homens. Apesar da massiva presença de mulheres em determinados segmentos da produção (como nas tecelagens, por exemplo), elas constituíam uma minoria entre as lideranças sindicais, fato determinante para que as reivindicações femininas fossem menosprezadas nas lutas operárias.

A importância de pesquisas que tragam à luz a participação das mulheres no processo de urbanização e industrialização consiste em demonstrar que a mão-de-obra feminina foi fundamental para a consolidação do capitalismo no Brasil. A dupla exploração das mulheres – de classe e de gênero – era justificada através da moral burguesa e da produção de um discurso científico que foram absorvidos por boa parte do movimento operário. Verifica-se, por intermédio da historiografia acerca da situação da mulher na transição ao capitalismo no Brasil, que o discurso moralizador da família burguesa

⁴⁸ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 453.

chocava-se com as necessidades de utilização da força de trabalho feminina. Ao mesmo tempo, as mulheres oriundas do proletariado necessitavam trabalhar para sobreviver. Outras mulheres, das camadas sociais mais abastadas, buscavam no exercício profissional uma forma de driblar a dominação familiar. Havia, portanto, uma contradição entre as necessidades reais da população feminina que integrava cada vez mais o mercado de trabalho e a moral burguesa, defensora de que o lar constituía o espaço genuíno das mulheres. Estas contradições passam a ficar mais latentes com o surgimento das primeiras manifestações propriamente feministas, nas primeiras décadas do século XX. Tratarei, mais adiante, alguns trabalhos relevantes para realizar uma retrospectiva dos estudos sobre movimentos feministas no Brasil.

A partir da abertura de novas possibilidades teóricas, como a história do cotidiano, a história social e a história cultural os historiadores passaram a se debruçar novamente sobre temas tradicionais da historiografia brasileira – como o Brasil Colônia, República Velha - para descortinar a participação de novos sujeitos sociais, entre eles as mulheres. Existe um vínculo entre esta produção acadêmica e a organização do movimento feminista no Brasil, pois a preocupação em tornar relevante a atuação das mulheres na história vai ao encontro das aspirações feministas em questionar os papéis sociais - sempre secundários - atribuídos a população feminina. Mais do que incorporar as mulheres à história, os trabalhos aqui sintetizados tiveram a importância de demonstrar a necessidade de romper com visões simplificadas e duais sobre as relações sociais. Todavia, em que pese o esforço dos historiadores em rediscutir a ação das mulheres ao longo da história, verifica-se que parte significativa dos trabalhos inscritos dentro do campo da História das Mulheres dedicou-se ao estudo da vida familiar, da sexualidade, da maternidade. Logo, também se limitaram a transitar em um espaço da sociedade que culturalmente é interpretado como sendo genuinamente feminino.

Porém, os trabalhos dedicados ao período colonial utilizam-se especialmente de documentos eclesiásticos, ou seja, baseiam-se na documentação produzida por uma instituição que pretendia estabelecer um controle sobre as mulheres. Aqui se encontra uma questão metodológica importante: como enxergar a realidade feminina quando esta se apresenta mediada pelas vozes masculinas? É possível pensar então que na maioria dos estudos se chega à história das mulheres através de uma leitura da realidade que era feita

pelos homens da época? Apesar deste paradoxo, as leituras das fontes feitas pelos historiadores e historiadoras, têm permitido alcançar informações interessantes acerca da trajetória e resistências femininas na sociedade.

A consideração de que o gênero é um aspecto presente em todas as esferas da vida social conduz os historiadores a pensar uma metodologia que busque encontrar nos vestígios do passado, informações que permitam interpretar como as relações entre os sexos foram construídas e vivenciadas. Dentro desta perspectiva, a ausência ou a fragmentação da documentação pode se transformar em uma barreira para o desenvolvimento de uma pesquisa.

Conforme Michelle Perrot, durante o século XIX evidenciou-se uma divisão social dos sexos que restringiu o espaço das mulheres ao mundo privado e garantiu aos homens a presença no mundo público:

Em suma, a observação das mulheres em outros tempos obedece a critérios de ordem e de papel. Ela diz respeito mais aos discursos que às práticas. Ela se detém pouco sobre as mulheres singulares, desprovidas de existência, e mais sobre “a mulher”, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados.⁴⁹

De acordo com a autora seria necessário um percurso dos historiadores à fontes alternativas como os arquivos privados “na medida em que as mulheres neles se exprimiam de forma bem mais abundante, e, até mesmo, foram as produtoras desses arquivos”.⁵⁰ A posição da autora remete à preocupação de escrever uma história das mulheres enfatizando suas ações enquanto sujeitos. Nesse sentido é importante destacar o crescente número de pesquisas que se utilizam da biografia para tentar – através das histórias de vida – reconstituir as experiências históricas das mulheres.

Para algumas historiadoras, no entanto, o problema não está na ausência de fontes, mas na capacidade do pesquisador em preencher lacunas, observar o que o próprio silêncio dos documentos pode ter a dizer sobre as relações de gênero. Conforme Maria Izilda de

⁴⁹ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, n° 18, São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 10.

⁵⁰ Idem, p. 11.

Matos a fragmentação da documentação requer uma busca paciente de indícios, sinais e sintomas para descortinar a vida das mulheres.⁵¹

A tentativa de buscar novas fontes que elucidassem as relações de gênero no passado aproximou a história de outras áreas do conhecimento como a antropologia, a literatura, lingüística e psicologia. A utilização de fontes orais, em temas contemporâneos como é o caso de alguns trabalhos sobre a participação das mulheres na luta armada no Brasil, é um exemplo de um método apropriado da antropologia e que vem sendo difundido nas pesquisas históricas.

Para além do problema das fontes, é necessário, antes de tudo, que as relações de gênero sejam uma questão relevante para os historiadores. O feminismo, a partir dos anos de 1960, passou a incorporar-se enquanto uma teoria dentro das discussões acadêmicas. A história foi uma das disciplinas que primeiramente recebeu esta influência, passando a reivindicar a construção de um campo de investigação dedicado à história das mulheres.

Nas décadas de 1960 e 1970 a produção do conhecimento histórico passou por inúmeras transformações. As reflexões advindas principalmente da história social e da história cultural evidenciaram a necessidade de estudos que incorporassem a ação de novos sujeitos, até então marginalizados pelas análises dos historiadores. Ao mesmo tempo, o fortalecimento do movimento feminista em todo o mundo ocidental impulsionou o surgimento de pesquisas que objetivavam “dar voz” às mulheres na história. Durante este período, o aumento significativo de uma produção acadêmica voltada para a compreensão da situação social da mulher esteve vinculado à estreita relação das historiadoras⁵² com o feminismo. A história buscava então suprir os silêncios sobre a participação feminina na sociedade, compreender as origens da opressão, demonstrar os movimentos de resistência, a atuação de heroínas e mulheres que se opuseram à dominação masculina.

Louise Tilly classifica estes primeiros esforços em construir uma história das mulheres como “descritivos e interpretativos” por não se tratar de uma produção analítica, voltada para a resolução de problemas’ teóricos.⁵³ Esta crítica foi enfatizada entre as

⁵¹ MATOS, Maria Izilda S. 2000, Op. Cit. p. 22.

⁵² Utilizo esta palavra no feminino pelo fato de que a maioria dos pesquisadores que estudam as relações de gênero na história é constituída ainda por mulheres, sem com isto desconhecer a importante e crescente preocupação de historiadores com esta temática.

⁵³ TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994, p. 60.

historiadoras feministas a partir da década de 1980, quando passaram a ser questionados os limites e possibilidades dos parâmetros teóricos existentes para a elaboração de uma história das mulheres. As pesquisadoras apontavam que a construção do saber histórico não era neutra. Ao contrário, ele era permeado por relações de poder que estabeleceram a figura do Homem como o sujeito universal e legítimo da história. Apesar do crescente número de trabalhos que passaram a incorporar as mulheres como sujeito, constatou-se que as relações entre homens e mulheres construídas social e culturalmente haviam logrado apenas um lugar periférico na preocupação dos historiadores. Em que pese os limites identificados por Tilly no caráter descritivo de muitas obras pioneiras sobre as mulheres, é importante reconhecer que estas tiveram o mérito de questionar o papel dos sujeitos na história. Seu caráter reivindicatório demonstrou que a participação das mulheres havia sido esquecida ou menosprezada pelo discurso historiográfico. Para Joan Scott a exigência das mulheres em integrar a história contraria as próprias definições da disciplina:

A solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informações sobre as mulheres sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial.⁵⁴

É plausível então falar em uma história das mulheres ou na história das relações sociais de gênero como um campo consolidado dentro da história? Para responder, é necessário primeiramente esclarecer se de fato este constitui um campo. A própria denominação de “histórias das mulheres” implica em identificar que não há uma história, mas sim várias. Ao contrário dos primeiros esforços feministas em construir uma identidade única – um ser mulher – em oposição à figura do homem universal, os estudos recentes buscam enfatizar a inexistência da mulher enquanto categoria de análise.

No V Encontro Fazendo Gênero, a pesquisadora Jussara Prá apresentou um painel sobre a história do feminismo e a participação política da mulher no Brasil. Ao final, uma

⁵⁴ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 79.

ativista do movimento de mulheres negras questionou sobre a necessidade de explicitar a história de quais mulheres ela havia apresentado, pois as mulheres negras não se sentiam parte integrante do segmento da população feminina que protagonizou o movimento feminista na década de 1970. Acrescentou ainda que para a maioria esmagadora das mulheres negras as conquistas advindas do feminismo ainda estavam muito distantes de sua realidade. Este pequeno exemplo representa parte dos impasses que inviabilizam a utilização do termo "mulher" como uma categoria capaz de dar significado a uma identidade única e invariável, a não ser que se compreenda apenas o sentido biológico do termo. Mas já em 1949, Simone de Beauvoir afirmava que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Aqui se encontra um importante ponto de reflexão para uma história analítica das mulheres: compreender as implicações sociais do "ser mulher", desvendar os diferentes significados que o ser mulher adquire, ou seja, o ser mulher precisa ser historicizado. Para tanto, é necessário partir do princípio de que o "ser mulher" se estabelece a partir de uma relação com o homem, e sendo assim só adquirem sentido histórico se analisados de forma relacional.

A partir da elaboração do conceito de gênero – compreendido como a relação social construída entre os sexos – foi possível ampliar os horizontes teóricos da história para análises que superassem uma tarefa descritiva sobre a atuação das mulheres nos diferentes processos históricos. O conceito gênero, embora amplamente utilizado por historiadoras de diferentes correntes teóricas, não facilitou a identificação de um campo de estudos sobre as mulheres. Isto porque os usos do gênero como categoria analítica foram apropriados de forma distinta. Um dos vários debates sobre a utilização do gênero na história envolve, de um lado, as pesquisadoras vinculadas ao pós-estruturalismo, e do outro as identificadas com a história social influenciada pelo marxismo britânico.

A utilização do conceito gênero pela teoria pós-estruturalista enfatiza antes de tudo a compreensão dos saberes produzidos sobre as diferenças sexuais. A apropriação do pós-estruturalismo pela teoria feminista enfatiza a impossibilidade de buscar na história identidades fixas, apontando para os diferentes significados produzidos sobre o ser masculino e feminino:

O pós-estruturalismo insiste em que as palavras e os textos não possuem um significado fixo nem intrínseco; em que não há uma relação transparente nem

evidente entre eles, sejam coisas ou idéias, nem tampouco uma correspondência básica ou última entre a linguagem e o mundo. Portanto, as perguntas que são respondidas por estas análises são: como e em quais contextos específicos, entre quais comunidades específicas de pessoas e mediante que processos sociais ou textuais se adquire o sentido? Como mudam os significados? Como emergiram certos significados considerados normativos e outros foram ocultados até, às vezes, desaparecer por completo? O que estes processos revelam sobre a forma como se constrói e opera o poder?⁵⁵

Margareth Rago também enfatiza a importância de perceber a natureza histórica das subjetividades para compreender a dimensão das relações sociais entre os sexos. A autora destaca a relevância das contribuições de Foucault para a elaboração de uma teoria feminista:

O deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual, um novo olhar se construía. Foucault preparara o terreno radicalmente, ao questionar a naturalização do sujeito e as objetivações operadas pelas práticas discursivas dominantes.⁵⁶

A utilização do conceito de gênero através do pós-estruturalismo pressupõe a necessidade de repensar questões presentes nas pesquisas sobre a história das mulheres tais como a permanente oposição binária homem/mulher, a identificação de uma cultura feminina em oposição a uma cultura dominante masculina e as tentativas de construir através da história uma identidade comum às mulheres. Neste sentido, Scott critica o uso que muitas historiadoras fazem da história social como campo privilegiado para as pesquisas sobre gênero. Para Scott, as categorias de análise pertencentes ao campo da história social - como experiência, identidade e classe - precisam ser questionadas pois partem de uma idéia pré-concebida da existência de sujeitos femininos e masculinos. A crítica à história social, permite, conforme Scott, refletir sobre o caráter subjetivo das identidades e pensar o gênero como um aspecto geral da organização da sociedade:

⁵⁵ SCOTT, Joan. Desconstruir igualdad versus diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. **Revista Feminaria**, Ano VII, n° 13, Buenos Aires, 1994, p. 01.

⁵⁶ RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**(11), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1998, p. 92.

A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres, e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos. Se as identidades mudam ao longo do tempo e em relação a diferentes contextos, não podemos utilizar modelos simples de socialização que vêm gênero como um produto mais ou menos estável da educação na primeira infância, na família e na escola. Devemos deixar de lado também a tendência a compartimentalizar, de boa parte da história social, que relega sexo e gênero à instituição da família, associa classe com o local de trabalho e a comunidade e aloca a guerra e os temas constitucionais exclusivamente no domínio da “alta política” do governo e do estado.(...) O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processos estudados como história.⁵⁷

A crítica do pós-estruturalismo à história social remete-se igualmente ao uso que esta faz do gênero como uma categoria secundária, apontando que muitas historiadoras adotaram o gênero em suas análises com a condição de manter a primazia do conceito de classe. Dentro do quadro da história social, o gênero apareceria ainda como um sub-produto das estruturas econômicas.

Por outro lado, no campo da história social, diversas pesquisadoras têm procurado demonstrar a viabilidade de elaborar uma história das mulheres de caráter analítico, que incorpore a categoria gênero juntamente com outras categorias de análise estabelecendo um vínculo entre gênero e história geral. Ao contrário das análises pós-estruturalistas que problematizam a constituição de identidades, a relação entre gênero e história social procura enfatizar a construção social do sujeito mulher. Louise Tilly, em artigo já mencionado, afirma que as mulheres existem socialmente: “são pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.”⁵⁸ A aceitação da mulher como sujeito histórico não deve ser confundida com a aplicação do termo enquanto categoria de análise. Tilly critica alguns trabalhos que pretenderam – a partir de estudos localizados – afirmar a existência de uma cultura

⁵⁷ SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994, p. 19.

⁵⁸ TILLY, Louise, 1994, Op.cit. p. 31

feminina, já que as relações de classe e raça contestam uma visão simplista que pretenda estabelecer uma única identidade feminina.

Para Eleni Varikas, o conceito de gênero é fundamental porque permite estudar não apenas novas experiências históricas das mulheres, mas também observar a dinâmica das relações de poder que as tornam possíveis. Contudo, a autora defende que no terreno da história social são realizados estudos que consideram o gênero não como um conceito secundário mas como um aspecto fundamental que possibilitou analisar o sujeito em todas as dimensões de sua existência:

Esta prática da história não eclipsou a importância do estrutural, por exemplo, das relações de produção; mesmo que isto tenha sido sempre teorizado nestes termos, ela nos fez lembrar, sobretudo, que estas relações não se estabeleciam num domínio outro que o da atividade humana, assim como suas percepções e interpretações pelos atores históricos não eram epifenômenos das relações de produção, mas parte integrante deste mesmo domínio da atividade humana, expressa e transformada na e pela linguagem. Assim fazendo, esta prática da história parecia indicar uma via para a solução da velha oposição entre “realidade” e “consciência, entre “determinação” e “ação humana.”⁵⁹

O uso do gênero dentro da perspectiva da história social procura evidenciar os mecanismos de dominação e resistência a partir dos quais as identidades de gênero são construídas e vivenciadas pelos sujeitos. De acordo com Eleni Varikas, a tradição thompsoniana possibilitou observar as diferentes experiências dos homens e das mulheres como uma dimensão constitutiva dos seus conceitos de classe, de consciência de classe, de política ou de identidade operária.⁶⁰

As críticas ao pós-estruturalismo residem principalmente na problemática da desconstrução das identidades. Para as historiadoras sociais o exercício contínuo da desconstrução levaria a subestimar a ação dos sujeitos na história e a conferir uma importância relativa ao tempo e ao contexto nos quais se estabelecem as relações de poder. Conforme Louise Tilly, ao enfatizar o método e o texto o pós-estruturalismo subestima a

⁵⁹ VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994, p. 76

⁶⁰ VARIKAS, Eleni, 1994, Op. Cit. p. 73.

ação humana e faz pender a balança na direção de uma super-estimação da coerção social.⁶¹

A mesma crítica é realizada por Eleni Varikas ao trabalho de Joan Scott:

Com efeito, se no centro da sua teoria da produção do sentido e da formação do gênero se encontram relações conflitantes em confronto permanente, os atores deste conflito são “as forças de significação”, “oposições fixas”, “duplas oposicionais” ou “procedimentos de diferenciação” que – como no tempo em que os preços dos cereais faziam a história – fazem desaparecer do nosso horizonte as pessoas implicadas nesses “jogos de poder e de saber que constituem a identidade e a experiência”.⁶²

Desta forma, a história das mulheres vinculada à história social pretende destacar a importância analítica do gênero para compreender as relações de dominação e resistência social vivenciadas por homens e mulheres. Estuda os aspectos discursivos que contribuem para a formação das identidades de gênero, apontado para seu caráter transitório e mutável. Vincula as relações de gênero a outras categorias de análise como classe, raça, nacionalidade, para reconstruir as experiências das mulheres no passado.

Maria Izilda de Matos destaca a importância da história social para a produção historiográfica brasileira, pois possibilitou um olhar mais atento às ações das mulheres nas diferentes esferas da sociedade:

Nesse sentido, os estudos como os de E.P. Thompson foram inspiradores para trazer luzes sobre o que poderíamos chamar de uma ‘cultura de resistência’, em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência.⁶³

As críticas mútuas entre historiadoras vinculadas à história social e ao pós-estruturalismo demonstram a impossibilidade de pensar a história das mulheres como um campo homogêneo do conhecimento histórico. Apesar do relativo consenso quanto à utilidade do gênero para a análise histórica, as apropriações e os lugares do conceito são transformados de acordo ao olhar de quem realiza a pesquisa. Neste ponto, é preciso recorrer a uma idéia muito utilizada inclusive pelas teóricas do feminismo: não existem

⁶¹ TILLY, Louise, 1994, Op. Cit. p. 50

⁶² VARIKAS, Eleni, 1994, Op.Cit p. 78

⁶³ MATOS, Maria Izilda S. **Por uma História da Mulher**. Bauru: EDUSC, 2000. p.p. 13-14.

saberes neutros, estes precisam ser confrontados com a subjetividade do pesquisador e com seus contextos de produção.

Assim sendo, o debate entre pós-estruturalistas e historiadoras sociais ocorre no âmbito das discussões candentes dentro do movimento feminista. As questões teóricas pretendem elucidar a relação entre o gênero e a história, mas também entre história, gênero e as ações políticas do presente. Trata-se de discutir qual a teoria feminista que melhor atende as perspectivas das lutas das mulheres. A crítica ao pós-estruturalismo sobre a invisibilidade dos sujeitos vem ao encontro da necessidade de muitas historiadoras e militantes em afirmar o lugar das mulheres na história, sem vitimá-las ou exaltá-las, sem reivindicar uma identidade unívoca. No diálogo com as estruturalistas, as historiadoras sociais perceberam a necessidade de superar estas simplificações e avançar para perspectivas que ressaltassem a diversidade das experiências das mulheres em relação aos processos gerais da história. No entanto, para Scott esta visão aceita tacitamente a identidade e a experiência das mulheres, ao contrário da abordagem pós-estruturalista que “relativiza a identidade e a priva de suas bases em uma ‘experiência’ essencializada, ambos elementos cruciais, na maior parte das definições padronizadas de política, para a mobilização dos movimentos políticos.”⁶⁴ Frente à crítica de que o pós-estruturalismo reduziria a história das mulheres ao âmbito das análises discursivas, Scott afirma que teoria e política são esferas intrinsecamente vinculadas, portanto todas as questões teóricas podem ser úteis para o movimento feminista.

Retomando a questão inicial sobre a possibilidade de analisar a história das mulheres como um campo específico do conhecimento histórico, percebe-se que nas últimas décadas as historiadoras voltaram suas preocupações para a problematização de conceitos que se demonstravam insuficientes para a compreensão da dimensão social da relação entre os sexos. A adoção do conceito de gênero por pesquisadoras de diferentes correntes evidenciou a necessidade de uma epistemologia feminista que ultrapassasse os marcos teóricos já existentes do conhecimento histórico. As inquietações das pesquisadoras, embora por rumos diferenciados, caminham para uma formulação teórica que possibilite a inserção da problemática de gênero na história como uma questão central a ser pensada por todos os historiadores.

⁶⁴ SCOTT, Joan, 1992, Op.cit. p.p. 91-92.

O debate entre história social e pós-estruturalismo demonstra que a história das mulheres, assim como toda a história, é um campo em construção. Não há respostas para todos os questionamentos, mas as perspectivas aqui analisadas convergem sobre a necessidade de elaborar um conhecimento que contribua para integrar as análises de gênero ao conjunto dos estudos históricos. Apesar dos avanços das últimas décadas, percebe-se que a história vista pela perspectiva de gênero não é amplamente veiculada fora dos núcleos e grupos de pesquisadores especializados. Isto significa dizer que as relações de gênero ainda não foram alçadas ao estatuto de uma categoria de análise capaz de possibilitar a compreensão dos diferentes processos e esferas da vida social.

Contudo, é importante destacar que as preocupações teóricas acerca da história das mulheres são uma questão recente para as próprias pesquisadoras envolvidas com o tema. Como já foi mencionado, os primeiros estudos históricos sobre as mulheres eram dotados de um caráter descritivo. Tratava-se de um esforço em “dar voz” às mulheres e resgatar seu papel nos processos de transformação da sociedade. É possível afirmar que a partir dos anos de 1990 as historiadoras passaram a enfatizar a necessidade de discutir pressupostos teóricos capazes de amparar os estudos de gênero.

A intensificação dos debates sobre o conceito de gênero e outras querelas teóricas contribuíram para qualificar e complexificar os estudos sobre as mulheres. A história não é feita apenas nos arquivos. O ofício do historiador deve abranger necessariamente o aprofundamento de questões teóricas que envolvem seu objeto de estudo. O confronto dos objetos de pesquisa com as problemáticas do conhecimento histórico pode até não encontrar imediatamente caminhos e conceitos seguros. Mas pode contribuir para o reconhecimento das limitações que são próprias do trabalho do historiador como um primeiro esforço para superá-las.

O movimento feminista é ainda um tema pouco abordado pela historiografia brasileira. A pouca incursão dos historiadores nesta temática talvez se explique pelo fato de que a formação de grupos feministas organizados é um fenômeno recente, da segunda metade do século XX. Há uma resistência por parte dos historiadores em dedicar-se a temas tão contemporâneos, embora o historiador Eric Hobsbawm tenha afirmado que toda história

é história contemporânea disfarçada.⁶⁵ No campo dos estudos feministas, esta resistência pode ser compreendida pela necessidade de afirmar a cientificidade dos estudos de gênero, o que por vezes implicou em um afastamento das historiadoras em relação ao movimento feminista. Desta forma, apenas estudos mais recentes passaram a incorporar o movimento feminista posterior à década de 1970 como um objeto de estudo.

De fato, a luta das mulheres pela sua emancipação é um pouco mais antiga. Desde as últimas décadas do século XIX registra-se a existência de uma imprensa feminina dedicada a propagar a defesa da educação para as mulheres, o direito ao voto e até mesmo ao divórcio. Entre estes jornais, destacaram-se *O Sexo Feminino*, de Minas Gerais, publicado em 1873; *O Eco das Damas* (lançado em 1879 no Rio de Janeiro) e *A Família*, publicado em São Paulo em 1888.⁶⁶ Na ausência de estudos mais aprofundados, é possível afirmar que a luta pela emancipação feminina durante o século XIX limitou-se a uma pequena parcela de mulheres, na sua maioria pertencentes à elite, que concentrava-se na tentativa de reconhecer os direitos civis da população feminina dentro dos marcos legais existentes.

A partir dos anos 1920, as influências do feminismo inglês e norte-americano chegaram ao Brasil. Em 1919, um grupo de mulheres fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Esta organização, liderada por Bertha Lutz, transformou-se em 1922 na Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) que caracterizou-se pela reivindicação do direito ao voto e de leis que protegessem o trabalho feminino.⁶⁷ Conforme Rachel Soihet, o feminismo da década de 1920 deve ser compreendido como parte de diversos movimentos de questionamento à República, tais como o Tenentismo, o surgimento do Partido Comunista e o Modernismo:

Em suma, foi um momento de grande efervescência e busca de soluções para os problemas do Brasil nos mais diferentes âmbitos, observando-se o empenho de inúmeros intelectuais em dar ao país uma face nacional e moderna através da

⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. O Presente como História. IN: **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶⁶ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. pp. 33-36.

⁶⁷ Sobre a atuação de Bertha Lutz ver: SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher**. Mestrado em História. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1974.

valorização de uma cultura que integrasse as diversidades. E o movimento em busca do reconhecimento de direitos das mulheres inseria-se neste bojo.⁶⁸

A atuação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino marcou uma primeira fase do movimento feminista no Brasil. De acordo com Céli Pinto, a ação da FBPF poderia ser caracterizada como um feminismo "bem comportado" em oposição ao feminismo "mal comportado" das anarquistas que na mesma época pautavam discussões feministas apontando a centralidade da questão do trabalho para a emancipação feminina e a opressão como decorrência do poder masculino:

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais. (...) Aí reside um paradoxo: é nesses espaços revolucionários, não feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição de explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina.⁶⁹

A atuação da FBPF encerrou-se na década de 1940. O atendimento de parte das demandas femininas pelo governo Getúlio Vargas é apontado como fator de refluxo das organizações feministas. Igualmente, a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, os movimentos relacionados à esquerda passam a ser reprimidos pelo governo de Vargas. As organizações sindicais são duramente atingidas pela instalação do sistema corporativista, que visava a cooptação dos trabalhadores e sindicatos através da promulgação de leis trabalhistas, cobrança do imposto sindical e a proibição de greves. Estas ações repercutiram também na desarticulação dos movimentos feministas de caráter mais radical. Ainda nos anos de 1950, a criação da Federação de Mulheres do Brasil - ligada ao PCB -

⁶⁸ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n° 15, Editora Autores Associados, 2000.

⁶⁹ PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p-p 26 e 34

foi fundamental para a mobilização das mulheres e sua participação na vida política. Através da FMB, as mulheres atuaram contra a carestia de vida, em defesa da paz mundial, contra a guerra atômica, em defesa da anistia e da democracia. Entretanto, a FMB não possuía um caráter feminista, já que as reivindicações específicas das mulheres não eram o foco de sua atuação. Faltam estudos mais aprofundados que possam sinalizar a atuação feminista no cenário político nacional durante as décadas de 1950 e 1960.

A partir da década de 1970, inaugurou-se uma nova fase do movimento feminista, que passou a intervir de forma mais organizada na sociedade brasileira. Fortemente influenciados pela atuação das feministas nos Estados Unidos e na Europa, os grupos brasileiros questionaram a subordinação da mulher nos aspectos culturais, políticos e econômicos. O feminismo passou a dialogar com outros setores da sociedade, como partidos políticos, movimentos sindicais e de trabalhadores rurais, repercutindo igualmente na produção acadêmica, com o surgimento no Brasil de diversos campos de estudos sobre a mulher.

A bibliografia que dispomos sobre o feminismo pós 1970 está vinculada majoritariamente a outros campos das ciências humanas, principalmente a sociologia e a ciência política. Temos ainda a presença de alguns trabalhos que podem ser caracterizados como tentativas de realizar um balanço do feminismo, escritos na sua maioria por militantes com uma atuação significativa no movimento durante as décadas de 1970 e 1980.

Por força do crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho, e também pela influência de teóricas feministas ligadas ao marxismo, a realidade das mulheres no mundo do trabalho é um tema bastante percorrido, principalmente pela sociologia. Assuntos como a violência doméstica e a saúde da mulher também mereceram uma atenção especial de cientistas sociais, da psicologia e outras áreas. O feminismo contribuiu para incorporar os estudos sobre a mulher nas ciências humanas, multiplicando o número de publicações, dissertações e teses com enfoque de gênero. Realizar um levantamento da totalidade desta produção é uma tarefa que extrapola as possibilidades do presente trabalho, razão pela qual restringiremos nossas observações a algumas produções cujo objeto de estudo é o próprio movimento feminista.

A maioria dos trabalhos sobre movimento feminista no Brasil não foram produzidos por historiadores. Coube a outras ciências sociais, como a sociologia e a ciência

política, estudar o fenômeno do feminismo no Brasil. Boa parte desta produção enfatiza a importância do movimento feminista para a discussão sobre a participação política da mulher na sociedade através da luta pelo aumento da representatividade feminina nos poderes executivo e legislativo e do acesso às políticas públicas. Assim, tratam da capacidade de inserção social do movimento feminista, da sua articulação com outros atores sociais e da sua relação com o Estado. A seguir, observaremos alguns trabalhos que se tornaram referência para os estudos feministas.

A partir da segunda metade dos anos 1980, surgiram alguns estudos que caracterizaremos aqui de “balanços do movimento feminista”. Embora tenham particularidades, estes trabalhos possuem questionamentos comuns, como a tentativa de mapear a atuação de grupos feministas, discutir suas estratégias de ação na sociedade, apontar a trajetória política das mulheres no processo de redemocratização e, conseqüentemente, os desafios do movimento frente à nova conjuntura política nacional. Um exemplo destes trabalhos é o livro *Mulheres em Movimento*, de Maria Lygia Quartim de Moraes. Publicado em 1985, o livro busca estabelecer uma cronologia dos principais acontecimentos do movimento feminista no Brasil a partir de 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas como Ano Internacional da Mulher. Entretanto, suas referências limitam-se aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, estados nos quais, conforme a autora, o feminismo foi mais organizado:

O fato de o movimento de mulheres em São Paulo ser mais representativo do que em qualquer outra parte do país poderia ser explicado por uma confluência de fatores, que englobam as conseqüências do desenvolvimento capitalista, com maior número de assalariados, maior incorporação da força de trabalho feminina às atividades remuneradas, etc.; a força do movimento popular organizado a partir das bases e a atuação das feministas.⁷⁰

Não existem muitas referências aos movimentos feministas do Rio Grande do Sul - ou de outros estados - nas publicações que pretendem resgatar a história do movimento no país. Esta característica pode ser atribuída à dificuldade em acessar fontes, documentos orais e escritos, em outros estados fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, de onde partiram a maioria dos trabalhos sobre movimento feminista já realizados. Não pretendo

⁷⁰ MORAES, Maria Lygia, p. 03

aqui questionar a relevância e visibilidade de tais organizações, pois sem dúvida os grupos feministas nestes estados foram fundamentais para a constituição do movimento. Entretanto, os estudos que se pretendem nacionais deveriam tratar com maior profundidade as manifestações feministas ocorridas nos demais estados, buscando estabelecer possíveis conexões e redes de atuação conjunta entre os grupos que surgiram, a partir da década de 1970, em todo o país.

Por outro lado, encontram-se trabalhos de caráter regional que buscaram mapear o surgimento e organização destes movimentos, limitando-se a examinar o fenômeno em estados ou regiões do país. Como exemplo, citamos aqui o trabalho de Jussara Reis Prá e Maria Noemi Brito intitulado *Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987* que apresenta uma diferenciação entre movimentos femininos – envolvidos em lutas gerais, que não tinham em seu objetivo principal a luta pela emancipação feminina – e os movimentos feministas, que se preocupam com a condição da mulher no contexto social denunciando sua subordinação e opressão.

O trabalho das autoras é importante pois resgata parte da história dos primeiros grupos feministas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas também destaca a atuação das mulheres em outros movimentos sociais rurais e urbanos. Conforme Jussara Prá e Maria Noemi Brito, os grupos feministas e femininos possibilitaram espaços de expressão efetivo para as mulheres, que muitas vezes não os encontravam em instituições políticas tradicionais. A conclusão das autoras é que no Sul do país o debate entre luta geral e luta específica preponderou entre os grupos feministas. A dedicação das militantes às lutas gerais pode ter contribuído para a desarticulação do movimento feminista: “De certa forma foi a própria articulação dos grupos ao movimento geral da sociedade, enfatizando a temática política, que contribuiu para seu esgotamento”.⁷¹

O trabalho *A mulher e sua situação na Sociedade Porto Alegrense*, de Jussara Prá, dedicou-se a realizar um apanhado do movimento feminista no século XX, enfatizando a atuação do mesmo na cidade de Porto Alegre. A autora aponta que os primeiros movimentos não reivindicavam uma reformulação do papel da mulher na sociedade. Sua atuação limitava-se à luta pelo direito ao voto. De 1945 a 1964, Jussara Prá constata que as

⁷¹ PRÁ, Jussara Reis; BRITO, Maria Noemi. *Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987*. Cadernos de Estudos Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, n° 14, 1988.

mulheres dedicaram-se muito mais às lutas gerais da sociedade brasileira do que especificamente às demandas femininas. Somente em 1975, organizações de caráter feminista passaram a atuar em todo o país, e em Porto Alegre. Por conseguinte, o trabalho estrutura uma cronologia de diversos movimentos de mulheres e feministas que existiram em Porto Alegre ao longo do século XX, abrangendo até a década de 1980.

O livro de Fanny Tabak, *Autoritarismo e Participação Política da Mulher*, foi um dos pioneiros nesta temática. Para a autora, os regimes autoritários instaurados na América Latina criaram condições para que muitas mulheres assumissem o lugar de seus maridos na chefia da família e passassem a tomar consciência de sua situação social, fator importante para a construção dos movimentos feministas:

Desse modo, muitas delas se transformaram em ativistas políticas, aderiram à guerrilha ou a partidos ilegais, frentes de libertação, etc. A consciência política cresceu rapidamente entre muitas mulheres que nunca se importaram com política e costumavam dizer – como tinham ouvido por toda sua vida – “mulher não entende nada de política”.⁷²

Em seu trabalho, Fanny Tabak aborda a discussão nos grupos feministas sobre a necessidade da autonomia do movimento e a vinculação com os partidos políticos, especialmente os que fizeram oposição aos regimes militares. A autora destaca que existiam divergências entre as organizações feministas em relação a uma aproximação maior ou menor com os partidos. Estas divergências assentavam-se em alguns pontos, tais como a inserção da organização nas lutas gerais e a questão da autonomia do movimento feminista.

Conforme Tabak, algumas organizações feministas defendiam que as mulheres deveriam lutar com outros movimentos sociais por transformações radicais na sociedade, aliando a luta pela igualdade da mulher à luta de classes. Outras, acreditavam que todas as mulheres, independente da classe social, sofriam algum tipo de opressão, por isto, defendiam a construção de organizações feministas autônomas, abertas a todas as mulheres de todas as classes, priorizando o debate sobre as questões vinculadas à opressão específica das mulheres. O Caderno da Associação das Mulheres, publicado em agosto de 1979 com

⁷² TABAK, Fanny. *Autoritarismo e Participação Política da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 78.

textos de diversos grupos feministas do Brasil, traz exemplos do conflito interno vivido pelo movimento:

Já que não é pertinente aos homens nem a outros grupos organizados lutar pelo específico da mulher, já que a opressão como sexo atinge a todas as mulheres, pensamos que cabe a elas procurar suas aspirações e reivindicações específicas na vida pessoal, social, política e econômica, fortalecidas por um movimento autônomo, sem subordinação e outros grupos que também travam debates e lutas pela transformação da sociedade.(...) É sobretudo como sexo oprimido que devemos estar presentes nas lutas gerais em outras organizações e entidades, sem deixar que nossos espaços e nossa especificidade sejam suprimidos pela importância das “lutas mais gerais”.⁷³

(...) é inútil lutar pela emancipação da mulher, sem lutar pelo fim das desigualdades e injustiça entre os homens. (...) é necessário participar lado a lado com os homens das lutas gerais do povo brasileiro, (...) o movimento de mulheres isoladamente não tem condições de travar a luta pela emancipação da mulher, nem tampouco pelos problemas gerais que afetam nosso país.⁷⁴

O debate sobre a autonomia pautou as discussões do movimento durante o período da redemocratização. Com a volta do pluripartidarismo ao cenário nacional, as militantes feministas passaram a questionar-se sobre a importância de levar para dentro dos partidos o debate sobre a condição feminina na sociedade. O objetivo era travar uma disputa nas organizações partidárias para garantir a discussão das demandas feministas e o aumento da representação em cargos políticos. Mas, como vimos, esta opinião não foi consensual. Para Fanny Tabak o fato de muitos partidos caracterizarem as reivindicações específicas da mulher como um problema secundário dificultou a existência de um relacionamento mais estreito com as organizações feministas.

Contudo, Tabak demonstra que nos programas dos partidos políticos que passaram a atuar a partir de 1980 todas as legendas⁷⁵ defenderam a garantia de igualdade entre homens e mulheres. Cabe então questionar porque o reconhecimento de direitos iguais não

⁷³ O Movimento de Mulheres no Brasil. Cadernos de Debates da Associação de Mulheres, n° 3. Texto do Coletivo Feminista, p. 52.

⁷⁴ Idem. Texto do Centro da Mulher Brasileira –setor São Paulo, p.38

⁷⁵ Fanny Tabak observou os programas dos seguintes partidos: Partido Democrático Trabalhista(PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Social Democrático (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

se refletiu na organização interna partidária nem tampouco no número de mulheres candidatas e eleitas pelas siglas para funções no legislativo e o executivo.

O tema da desproporcionalidade entre homens e mulheres na política institucional foi objeto de diversos trabalhos, principalmente no campo da ciência política. Conforme Céli Pinto, o feminismo colocaria em xeque um conjunto de relações de poder, dentro do próprio partido, nas relações entre homens e mulheres, bem como incidindo nas propostas políticas do partido. Por esta razão, “difícilmente se encontram departamentos feministas ou lideranças feministas sendo procuradas para compor listas devido a sua militância, e a principal razão para isto é, muito possivelmente, a natureza de radicalidade do feminismo(...)”.⁷⁶ Para Lúcia Avelar, a pouca participação feminina na disputa por cargos políticos pode ser atribuída à tradição autoritária do Estado brasileiro, caracterizada pela alternância de regimes ditatoriais com períodos mais ou menos democráticos e a desarticulação da sociedade civil organizada: “É assim que a dificuldade de crescimento da força corporativa feminina não é decorrente apenas da ausência de organização política das mulheres (...). É fruto mesmo da condição desigual na sociedade e da discriminação.”⁷⁷

Cabe ainda mencionar alguns trabalhos que tratam da participação feminina no combate à ditadura militar e no processo de redemocratização. O livro de Elizabeth Fernandes Xavier, *Mulheres, militância e memória*, escrito com base em sua dissertação de mestrado, apresenta um olhar sobre a participação feminina no combate à ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970. A autora ressalta os conflitos de gênero e geracionais enfrentados pelas militantes, já que se tratava de jovens mulheres que assumiram um papel inédito no campo da política. Através de treze entrevistadas, Elizabeth Xavier procurou reconstituir a experiência destas mulheres na clandestinidade, nas prisões e no retorno à vida social após o processo de redemocratização. Situado no campo da antropologia, o trabalho busca resgatar uma trajetória histórica coletiva para as militantes através da análise de suas histórias individuais.

⁷⁶ PINTO, Céli. *Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político*. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org) **Uma questão de Gênero**. São Paulo/Carlos Chagas, Rio de Janeiro/Rosa dos Ventos, 1992. p. 141.

⁷⁷ AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001. pp. 55-56

Já o trabalho de Ana Maria Colling auxilia a compreender a dinâmica da disputa que as mulheres precisavam enfrentar para ocupar um maior espaço dentro das organizações políticas. Seu livro *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil* reúne depoimentos de militantes pertencentes a diversas correntes oposicionistas ao regime militar. A conclusão de Colling é que para se tornarem militantes em pé de igualdade com os homens, as mulheres negaram sua condição feminina pois as organizações de esquerda eram espaços fundamentalmente masculinos, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. De fato, boa parte da esquerda brasileira considerava que as lutas feministas eram divisionistas, pois colocavam a questão das mulheres acima da luta de classes. A oposição à ditadura militar e a construção de uma sociedade socialista acabariam automaticamente com todas as desigualdades. Deste ponto de vista, não fazia sentido abrir espaços para a discussão de questões específicas para as mulheres pois isto fragmentaria a luta política.

Outro aspecto relevante sobre a resistência das mulheres à ditadura militar nos anos 1970 foi a forma como a repressão se utilizou da condição feminina como instrumento de tortura e repressão. Conforme Ana Maria Colling, as mulheres militantes desafiavam duplamente o Estado, pela insubordinação à ditadura e aos comportamentos socialmente aceitáveis para uma mulher:

A humilhação das mulheres foi outra tática utilizada para fragilizá-la como mulher e como militante. (...) De acordo com Pagu “o que eles queriam na verdade era atingir a mulher ,era dizer que a mulher que se mete em atividades políticas ou em militância política é uma prostituta, dada a vícios”. (...) É Simone quem afirma: “eles usam uma expressão que é constante, eles não usam teu nome, eles usam sempre ‘puta comunista’.”⁷⁸

Para finalizar é preciso citar o livro, recentemente lançado, *Uma história do feminismo no Brasil*, de Céli Regina Jardim Pinto, que busca analisar as principais tendências do feminismo brasileiro, situando o livro em uma cronologia que abarca desde movimentos do fim do século XIX, até o final do século XX. Neste livro, a autora busca apresentar os principais focos de atuação feministas, articulando este movimento com o

⁷⁸ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

cenário político brasileiro. Logo, afirma que o movimento feminista no Brasil não se constituiu a partir de uma importação ou cópia dos movimentos europeus ou norte-americanos, ao contrário, suas formulações e problemáticas estavam em sintonia com o contexto do próprio país. Ao analisar o feminismo do final dos anos de 1970, Céli Pinto converge com outras autoras já citadas sobre as dificuldades em construir uma ação deste movimento diante da luta pela redemocratização do estado brasileiro:

No Brasil vivia-se um paradoxo. Ao mesmo tempo que o campo político estava completamente reduzido pelo regime militar, era nele que as forças progressistas viam legitimidade para qualquer embate. Daí, a única luta aceita objetivava o alargamento do campo político. Sem dúvida essa era uma tarefa urgente no período, o que dificultava o crescimento de um feminismo mais autônomo.⁷⁹

Assim, observa-se que as feministas, nas décadas de 1970 e 1980 encontravam-se divididas entre as ações da luta geral e a necessidade de elaborar um discurso e uma prática militante de oposição às tradições políticas, religiosas, científicas e intelectuais da sociedade brasileira com o objetivo de desconstruir os argumentos seculares que justificavam a desigualdade de gênero. Devido à radicalidade das idéias feministas, pode-se afirmar que boa parte do movimento pretendia instituir mudanças na estrutura e na cultura da sociedade. Contudo, nos capítulos a seguir buscarei tratar das dificuldades em identificar um projeto político feminista de transformação social diante do caráter fragmentado e heterogêneo que este movimento assumiu no Brasil.

Enfrentando as oposições do Estado, de setores da Igreja e muitas vezes das organizações políticas do campo progressista e de esquerda, a partir da década de 1970 o movimento feminista passou a se organizar em todo o Brasil.

Nos trabalhos aqui analisados é possível observar que os estudos sobre o movimento feminista concentram-se em algumas temáticas frequentes. Verifica-se que a maior preocupação das autoras é quanto à importância do feminismo como movimento articulador da participação política feminina. Esta participação teria enfrentado obstáculos tanto pela estrutura autoritária do Estado brasileiro, que exclui diversos segmentos da

⁷⁹ PINTO, Céli, op. cit, **Uma História do Feminismo no Brasil** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 60

população dos espaços de decisão, quanto pela resistência dos partidos políticos em incluir de fato as demandas feministas nas suas propostas. Dessa forma, o movimento feminista buscou construir outros canais de participação política, através dos movimentos autônomos que teriam o papel de aglutinar as mulheres para discutir sua condição de opressão. Mas a participação política das mulheres não se limitou às esferas dos partidos políticos ou dos movimentos feministas. Estas passaram a incorporar-se cada vez mais a outros movimentos sociais. A presença feminina nos chamados movimentos mistos - sindicatos, movimentos rurais, movimentos de moradores, etc – contribuiu para o aumento da representação feminina na vida pública.

Ao analisar conjuntamente obras que estudam a vida das mulheres em um período histórico de cinco séculos percebe-se a ação contínua de um discurso institucional assentado na diferença sexual, que as relegou à situação de cidadãs de segunda classe. Os trabalhos sobre o movimento feminista, aqui sintetizados, dedicaram-se principalmente a estudar o papel deste movimento social na articulação da participação política da mulher. Coube ao feminismo confrontar-se com o discurso oficial, na tentativa de desmontar os argumentos que justificavam a situação de desigualdade social e econômica das mulheres. A participação política através de diversos espaços de representação foi sem dúvida um dos canais importantes para que as feministas pudessem expressar suas idéias. Entretanto, as estudiosas aqui analisadas são unânimes em apontar que até os dias atuais a participação das mulheres na política institucional e a incorporação das pautas feministas pelos partidos, sindicatos, governos e movimentos sociais não se efetivaram completamente. A relevância do movimento feminista precisa ser também estudada a partir de outros aspectos, como o seu papel na paulatina assimilação de uma cultura favorável à emancipação feminina e à sua participação em todas as esferas da sociedade. Não se pode analisar o feminismo apenas a partir da sua relação com o ingresso das mulheres na política institucional, é preciso buscar interpretar como este movimento impulsionou a formulação de novos papéis sociais para mulheres e homens. Cabe à história dar uma maior atenção ao tema do movimento feminista, enfatizando não apenas seu surgimento e sua cronologia mas também analisando os significados e as especificidades que este movimento adquiriu no Brasil.

Capítulo II - Do lar para as ruas: novas trajetórias, vida pública e feminismo

Neste capítulo analisarei alguns aspectos que contribuíram para a formulação do discurso feminista, compreendendo que esta elaboração ocorre a partir de um contexto social amplo, não limitado aos marcos temporal e local deste trabalho. O feminismo é, ao mesmo tempo, uma teoria e um projeto político. Está por momentos próximo a uma produção intelectual e a uma militância em organizações políticas de esquerda. Contudo, busca sua autonomia frente à outras formas de pensamento e espaços de atuação, reivindicando um lugar próprio para a sua elaboração teórica e as práticas sociais de suas militantes.

Vou discutir quais foram as influências sociais, culturais, econômicas e intelectuais que possibilitaram a formulação de um discurso feminista a partir dos anos de 1960. Primeiramente, apresento um breve histórico do termo "feminismo", levantando as contribuições das organizações femininas que surgiram na Europa e nos Estados Unidos para o questionamento dos papéis sociais ocupados por homens e mulheres. Esta primeira parte do capítulo pretende analisar como o avanço do capitalismo e o conseqüente ingresso das mulheres no mundo do trabalho colaboraram para desestabilizar a relação entre o mundo público e o privado. De que forma as mulheres, ao ingressar em esferas anteriormente reservadas aos homens, passaram a se organizar para reivindicar o reconhecimento da sua igualdade e autonomia. Entre o final do século XIX e princípios do século XX, a luta das mulheres passou a ocupar um espaço social de maior visibilidade, o que contribuiu para a conquista de importantes direitos civis. Sem dúvida, a trajetória do feminismo está de alguma forma relacionada com estas primeiras formas de organização, que contribuíram para gerar uma cultura social favorável à construção de um projeto político feminista.

Em um segundo momento, pretendo discutir as condições de emergência do feminismo no Brasil, destacando os aspectos do cenário político e cultural do final dos anos 1960, bem como as décadas de 1970-80, destacando algumas produções intelectuais que influenciaram as feministas brasileiras. Parte delas foram incorporadas pelo movimento tanto nos escritos teóricos quanto em panfletos, jornais e pronunciamentos. Por esta razão, vou me deter na sua apreciação, já que seus conteúdos podem ser considerados como

impulsionadores do movimento feminista. Veremos também que algumas peculiaridades da política nacional tiveram uma influência decisiva na formulação de um projeto político feminista, no qual se destacaram aspectos como a preocupação com as relações entre o Estado e os indivíduos, a democracia e a participação das mulheres na esfera política, a autonomia frente aos partidos e demais organizações mistas. Para finalizar, como a circulação de escritos e bibliografias nacionais e internacionais contribuíram para a formulação do discurso político feminista em Porto Alegre.

Ao estudar o feminismo é preciso considerá-lo tanto uma teoria que busca analisar as relações entre os sexos na sociedade, quanto um movimento social, com implicações culturais e políticas, que luta pela superação das desigualdades. Embora o objeto de estudo desta dissertação seja o movimento feminista entre os anos de 1975 e 85, cabe aqui discutir as origens deste conceito. Conforme Decaux, a palavra fora utilizada pela primeira vez por um movimento de mulheres surgido na França entre 1830 e 1840 que reivindicava igualdade de direitos no matrimônio e acesso às profissões.⁸⁰

O surgimento de escritos feministas, de movimentos de mulheres pela sua emancipação remonta a uma época muito anterior aos anos de 1970. No século XIX, assistimos diversas experiências de movimentos que questionaram o papel social das mulheres, exigiram direitos civis, como o acesso à formação superior, ao voto e à participação política. As ativistas vinculadas a esta luta ficaram conhecidas como "sufragistas" e suas manifestações foram ouvidas no Velho e no Novo Continente. França, Estados Unidos e mesmo o Brasil, registraram a experiência de mulheres contrárias aos padrões de feminilidade da época.⁸¹

Na maioria dos casos, a consciência feminista manifestava-se lado a lado com o engajamento das mulheres em outras causas libertárias. Foi assim, por exemplo, nos Estados Unidos, onde no século XIX, muitas foram opositoras do regime escravista. Ao contrário da imagem que em alguns casos é disseminada, boa parte das feministas do

⁸⁰ DECAUX, Alain. **Historie des français**. Paris, 1972. v. 2

⁸¹ Michelle Perrot destaca o número relevante de jornais feministas em toda a Europa no século XIX.: *Elizabeth Sharpes funda 'Isis' no início do século XIX na Inglaterra. Em 1832 os saint-simonianos lançam 'La Femme Libre', e em seguida 'La Femme Nouvelle' e depois 'La Tribune des Femmes'. A mesma coisa em 1848: enquanto Eugénie Niboyet funda em Paris 'La Voix des Femmes', que se transformou em 'L'Opinion des Femmes', Louise Otto cria em Leipzig o 'Frauenzeitung', que tem como divisa: 'Recruto cidadãos para o reino da Liberdade'*. Ver: **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 82.

século XIX não pretendiam ser como os homens, mas apenas possuir acesso aos mesmos direitos, ou seja, ao reconhecimento da sua liberdade: *A mulher precisa não de agir ou dominar como mulher e sim de uma natureza para evoluir, um intelecto para discernir, uma alma para viver livremente, e a possibilidade de desenvolver sua potencialidade*, declarou no final do século XIX a norte-americana Margaret Fuller.

A proliferação do feminismo no século XIX pode ser associada a vários fenômenos, vinculado indubitavelmente ao processo de implementação do capitalismo. O incremento da instrução escolar para a população feminina foi uma demanda da sociedade capitalista. Era necessário capacitar minimamente as mulheres da classe proletária para o desempenho das atividades laborais. Ao mesmo tempo, aquelas pertencentes a classes mais elevadas passaram a ter acesso à leitura e à escrita pois ser letrada constituía um atributo necessário à boa esposa e mãe de família. Os graus de instrução variavam de acordo com a classe social, mas em meados do século XIX e princípios do século XX, até mesmo as operárias possuíam mais facilidades de acesso à alfabetização. Portanto, é possível afirmar que um número significativo da população feminina dos Estados Unidos e Europa sabia ler e escrever.

O acesso à educação ocorreu lado a lado com o ingresso cada vez maior no mundo do trabalho. Mulheres e homens, lado a lado, muitas vezes desempenhavam as mesmas atividades no processo produtivo. O fato em si não alterou a relação muitas vezes subordinada das operárias na sociedade. Aos olhos de seus irmãos e maridos, o trabalho feminino não era visto como algo natural, mas decorrente da pauperização familiar. O trabalho das mulheres, assim como o infantil eram uma espécie de "mal necessário", um recurso para engrossar as parcas rendas da família. Entretanto, é inegável que o ingresso maciço das mulheres no processo produtivo contribuiu para alimentar algumas problemáticas no seio da sociedade. Seriam mesmo as mulheres menos capazes do que os homens para o trabalho? Como o sexo frágil era capaz de acumular jornadas extenuantes no trabalho assalariado e doméstico?

Não é necessário utilizar a imaginação para compreender o quanto este fenômeno exigiu paulatinamente uma nova estruturação das relações de gênero. O tema foi alvo de inúmeras reflexões que não se limitaram ao campo da ciência. No romance *Germinal*, Émile Zola demonstrava o quanto a destreza feminina na execução de certas atividades era

surpreendente e por vezes constrangedora para os “camaradas” do sexo oposto. Ao mesmo tempo, relatava a dupla jornada das mulheres que eram as primeiras a levantar e preparar o café para toda a família, cumprindo duras jornadas de trabalho:

O rapaz, cujos olhos se iam acostumando ao escuro, encarava-a e via-a branca, com a sua tez de clorose; e não lhe podia atribuir a idade, apenas lhe dava onze anos, tão raquítica lhe parecia. Todavia, sentia-a mais velha, com a sua liberdade de rapaz e o seu ingênuo descaramento, que o molestava um pouco; a moça desagradava-lhe, achava mesmo muito gaiata a sua cabeça lívida de Pierrot, amarrada nas fontes pelo lenço. Mas o que lhe causava espanto era a força dessa criança, uma força nervosa em que havia muita destreza. Ela enchia o seu vagão mais depressa do que ele, a pazadas regulares e rápidas; depois, empurrava-o até o plano inclinado, com um só impulso lento, sem tropeçar, passando sem dar isso por debaixo das rochas mais baixas. E ele ralava-se, descarrilava, ficava a pedir socorro.⁸²

O trecho acima ilustra a contradição vivida pelo trabalhador mineiro, que constata a fragilidade de sua colega, ao defini-la como uma criança raquítica, mas ao mesmo tempo, fica admirado pela sua destreza para o trabalho. A jovem Catarina, de apenas dezesseis anos e com o físico ainda infantil, ensina a Estêvão o ofício do mineiro, carregando seus vagões com força, suportando o calor das profundezas das minas.

Ao final do século XIX, as imagens das mulheres são retratadas de forma difusa, oscilando entre a fragilidade e a força. Ao mesmo tempo em que são consideradas como crianças vulneráveis, estão ao lado dos homens garantindo a sobrevivência da família. O crescente acesso das mulheres ao trabalho assalariado possibilitou o acesso à informações, à participação em ações coletivas, como associações de ajuda mútua, sindicatos, greves. E esta participação ativa no mundo do trabalho contribuiu para desestabilizar os papéis sociais que as mulheres desempenhavam no espaço doméstico.

Percebe-se que durante o século XIX houve um crescimento das reivindicações femininas por espaços e conquistas de direitos. Estas mobilizações ocorreram transversalmente em distintas classes sociais. As operárias organizaram-se principalmente pela demanda da redução da jornada de trabalho e o reconhecimento profissional, já que na maioria dos países europeus as mulheres necessitavam da permissão do pai ou do marido

⁸² ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996 p. 45

para poder trabalhar. Conforme Michelle Perrot, na Inglaterra e na França foi necessário a aprovação de leis, respectivamente em 1857 e 1907, para que as mulheres pudessem receber diretamente seus salários. A autora ainda aponta que estas aparentes conquistas femininas - no caso francês - precisam ser relacionadas ao interesse patronal nesta mão de obra:

A França realiza de fato uma transição demográfica original, em que a baixa natalidade, desde o século XVIII, precede a da mortalidade, que permanece elevada até o fim do século XIX. No próprio momento em que a industrialização cria uma forte necessidade de mão-de-obra, a balança demográfica mal se equilibra e, nos anos 1870, ela toca o déficit. O patronato era, por conseguinte, favorável ao trabalho das mulheres, como o era ao dos estrangeiros, cujas migrações começam maciçamente sob o Segundo Império (belgas, italianos).⁸³ (PERROT, 1998, p.p 99-100)

Qualquer tentativa de aplicar o uso de um modelo para entender a inserção feminina no trabalho assalariado resultaria errônea. Isto porque a forma como esta inserção ocorreu não dependeu apenas de uma necessidade maior ou menor de mão de obra. Ela precisa ser compreendida juntamente com outros fatores, especialmente no que se refere às relações de gênero na sociedade. Se de um lado, o sistema capitalista em expansão necessitava da mão de obra feminina, observamos que existia uma ampla resistência tanto de setores do operariado quanto da burguesia. Para os primeiros, o emprego das mulheres era o sintoma da degradação da família. Os homens, provedores por natureza, viam-se obrigados a permitir que suas esposas e filhas trabalhassem, sujeitas às ofensas e abusos de autoridade dos patrões. Igualmente, segundo a moral burguesa, o ideal de família passava a ser afetado pela presença feminina no mundo do trabalho, já que rompia com a antiga divisão entre as esferas do público (reservada aos homens) e do privado.

Juntamente com as operárias, as mulheres de classes mais abastadas também foram incorporadas a outros espaços de atuação para além do mundo doméstico. O acesso à instrução foi fundamental para que através da leitura e da escrita se iniciasse um processo de propagação dos primeiros ideários feministas. Em meados do século XIX, verificou-se a existência de diversos jornais dirigidos por mulheres, ou para este público alvo, que já não

⁸³ Op.cit. pp. 99-100.

se limitavam à divulgação de contos, romances e receitas de bolo. Buscavam, sobretudo, discutir o papel feminino na sociedade, reivindicar direitos civis e divulgar as idéias emancipatórias. As leitoras destes periódicos eram professoras, artistas, profissionais liberais ou simplesmente donas de casa com algum grau de instrução.

Desta forma, é possível afirmar que o avanço do sistema capitalista contribuiu para estruturar não apenas novas relações de classe, mas igualmente relações de gênero. A revolução industrial utilizou-se em larga escala da mão-de-obra feminina diante da possibilidade de uma maior extração da mais-valia. Este processo acentuou a exploração da mulher na sociedade pois o capitalismo evidenciou para o âmbito do mundo público a discriminação que as mulheres enfrentavam no mundo privado. Todavia, o ingresso das mulheres na produção possibilitou um crescente movimento de organização das trabalhadoras que passaram a reivindicar direitos iguais e a transformação de um sistema que as oprimia pela sua condição de mulher e de trabalhadora. Apesar deste esforço, as pautas específicas das mulheres nem sempre eram absorvidas pelo conjunto do movimento operário. Em 1864, por exemplo, a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou a reivindicação do fim do trabalho feminino e infantil.

As mulheres de classe média, por outro lado, passaram a ocupar cada vez mais espaços anteriormente masculinos em diferentes situações: no trabalho, na produção intelectual, artística e científica. O mundo da política, da filosofia, da ciência, foi desafiado pelas mulheres. No final do século XIX e princípios do XX, surgiu uma produção teórica que procurou discutir as origens da opressão feminina, através da ótica das próprias oprimidas.

Verifica-se, portanto, já no século XIX, a existência de dois movimentos paralelos: de um lado a discussão sobre a situação da mulher proletária, centrada nas questões da desigualdade de direitos trabalhistas e na exploração da mão-de-obra; de outro, a organização de mulheres pertencentes principalmente aos segmentos da intelectualidade, com o objetivo específico de lutar pela emancipação feminina e a conquista de direitos civis. Apesar de diferir na origem e nos objetivos, estes dois movimentos apontavam para uma direção comum: a sociedade precisava rediscutir os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Cada greve encabeçada por operárias, cada periódico ou manifestação das feministas, contribuíam para criar uma cultura de contestação. Porque a sociedade sempre havia sido dirigida e pautada pelos homens? Se as mulheres estavam demonstrando iguais

condições de produzir, pensar e trabalhar porque razão não haveriam de ter os mesmos direitos?

Pouco a pouco os estados viram-se obrigados a reconhecer estas reivindicações. Assim, na primeira metade do século XX a maioria dos países aprovava o sufrágio universal, luta encabeçada pelas feministas desde o século XIX.

Seria então possível afirmar que existiu uma ligação direta entre o feminismo e as organizações de mulheres do século XIX com o movimento feminista que irrompeu no mundo a partir da década de 1960? Há uma tentação dos historiadores em compreender este processo como uma linha progressiva. As feministas do século XX seriam "herdeiras" das sufragistas, das sindicalistas e das primeiras intelectuais que lutaram pela emancipação das mulheres.⁸⁴ Por outro lado, é preciso compreender que embora o termo feminismo já fosse utilizado na época, trataram-se de movimentos diferentes tanto no conteúdo das suas reivindicações quanto nas táticas de lutas.

Entretanto, embora não seja adequado estabelecer uma correlação direta entre as primeiras aspirações feministas - século XIX e início do XX - e os movimentos que eclodiram no mundo a partir dos anos de 1960, é fato que a partir destas primeiras manifestações começou a se formar em toda a sociedade um caldo de cultura que passou a questionar e desestruturar as relações de gênero vigentes. Alguns fatores contribuíram para formular novas relações entre homens e mulheres: o acesso ao mundo do trabalho, em atividades produtivas e remuneradas; a crescente escolarização das mulheres; a abertura da participação política feminina, através de partidos políticos, associações e sindicatos; a expansão de uma produção intelectual dedicada a discutir as desigualdades entre homens e mulheres; a divulgação das idéias feministas através de periódicos e outras publicações.

No Brasil, à semelhança do ocorrido na Europa e Estados Unidos, também registramos a presença de mulheres que ainda no século XIX eram defensoras do voto universal e da conquista de direitos civis. No Rio de Janeiro chegaram a existir alguns periódicos feministas, como nos relata Maria Amélia de Almeida Teles.⁸⁵

⁸⁴ Refiro-me especialmente a obras que pretendem fazer um apanhado da história do feminismo, como é o caso do livro de June Hanner, **História das Mulheres no Brasil**; igualmente o livro de Maria Amélia Teles **Breve História do Feminismo no Brasil**.

⁸⁵ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Nas primeiras décadas do século XX foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, que em 1918 empreendeu as primeiras campanhas em defesa do voto feminino através da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Em abril de 1922, Bertha Lutz participou de um congresso feminista nos Estados Unidos. Cabe ainda destacar que sua formação como bióloga ocorreu na Europa, onde pôde tomar amplo contato com as idéias feministas. Neste mesmo ano, em agosto, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que passou a exercer um papel importante na defesa dos direitos civis, participando ativamente da redação do Código Eleitoral publicado por Getúlio Vargas em 1932, garantindo às mulheres o direito ao voto.

O período que se estende dos anos 1940 até final dos anos 1960, caracterizou-se por um refluxo do feminismo.⁸⁶ Uma das causas apontadas é a própria conquista do voto, já que esta constituía uma das principais bandeiras do movimento. Atendida esta reivindicação, o feminismo teria sofrido um esvaziamento de pautas. Outra razão assinalada é que o processo de polarização político-ideológica pós Estado Novo teria levado as mulheres a optar por organizações de direita ou esquerda, criando cisões no interior do movimento feminista.

A partir dos anos de 1960 um novo cenário instaura-se no país. A existência de um regime autoritário contribuiu para, uma vez mais, polarizar a participação política das mulheres. De um lado, estavam aquelas que aderiram ao movimento em defesa da família e da propriedade, do outro, militantes dos partidos e organizações de esquerda, muitas vivendo na clandestinidade, engajadas na luta armada, presas, torturadas, ou ainda tendo que optar pelo exílio. Diversas autoras, que veremos a seguir, já apontaram que a experiência das mulheres militantes durante a ditadura militar corroborou para o surgimento de uma consciência feminista no Brasil.

Em um dos primeiros livros sobre esta temática - *Autoritarismo e Participação Política da Mulher* - Fanny Tabak ressalta que os regimes autoritários da América Latina criaram condições para que muitas mulheres assumissem o lugar de seus maridos na chefia de família e passassem a tomar consciência de sua situação social.⁸⁷ O artigo de Cynthia A. Sarti assinala outros aspectos, sugerindo que o feminismo no Brasil foi uma consequência

⁸⁶ AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**, São Paulo: Editora da UNESP, 2001; PRÁ, Jussara. **O Movimento de Mulheres no Sul do Brasil**.

⁸⁷ TABAK, Fanny. **Autoritarismo e Participação Política da Mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

direta da resistência das mulheres à ditadura militar pois sua participação na luta armada implicava não apenas em se insurgir contra a ordem política vigente, mas igualmente uma transgressão aos papéis sociais da época.⁸⁸ Entretanto, outros fatores relacionados à permanência no Brasil de um regime autoritário podem ter contribuído para o surgimento dos movimentos feministas. Um deles foi a inexistência de canais tradicionais de participação popular, como partidos e sindicatos. Em princípio dos anos de 1970, a ação repressiva do estado havia desarticulado praticamente todos estes segmentos. Porém, a busca por outros meios de participação não cessou. E diversos segmentos da sociedade passaram a se organizar através de grupos, associações locais. Conforme o estudo de Sônia Miguel, os primeiros grupos feministas do país constituíram-se no começo dos anos de 1970, com o objetivo de criar algum mecanismo de reflexão coletiva. Caracterizavam-se pelo intimismo e pela carga reflexiva.⁸⁹ Não pretendiam se transformar em um grande movimento de massas, mas sim em uma alternativa de atuação para mulheres que haviam participado da luta contra a ditadura e em face à aparente derrota das organizações de esquerda pretendiam encontrar um espaço para discutir os problemas que enfrentavam pela sua condição de mulher.

A constituição destes grupos de reflexão não era apenas fruto das possibilidades de organização frente a um contexto político de autoritarismo e repressão. Era também uma tendência vivenciada por muitos grupos feministas mundialmente. A necessidade de "olhar para dentro", descobrir qual o significado de um mal estar desconhecido, mas que atingia a muitas mulheres, especialmente aquelas pertencentes a uma classe média, que haviam estudado e muitas vezes possuíam uma profissão. Tratava-se do que Betty Friedan chamou de "o problema sem nome" no célebre livro *Mística Feminina*:

As que sofrem desse mal têm uma fome que o alimento não pode saciar. E esta ânsia existe em mulheres cujos maridos são médicos internos, funcionários de repartições, ou prósperos doutores e advogados; em esposas de operários ou executivos, ganhando de cinco a cinquenta mil dólares anuais. (...) A mulher

⁸⁸ SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. (Texto apresentado no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Chicago, setembro de 1998).

⁸⁹ MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro- O movimento feminista no Rio de Janeiro: becos e saídas.In: Mulheres, da domesticidade à cidadania. Estudos Sobre Movimentos Sociais e democratização. XI Reunião da ANPOCS, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

que sofre deste mal, e em cujo íntimo fervilha a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. (...) E as que terminaram a faculdade, as que sonharam algo além da vida doméstica, serão as que mais sofrem? Segundo os especialistas, sim.⁹⁰

A leitura de Betty Friedan teve uma repercussão significativa entre uma parcela das mulheres no Brasil, especialmente aquelas que já haviam estado no exterior por motivos profissionais, acompanhando o marido ou pela situação do exílio. O fato é que rapidamente o mal sem nome foi identificado em território brasileiro. Especialmente por mulheres que em algum período da sua vida estiveram engajadas na militância política e em decorrência da ditadura voltaram-se novamente para o universo do lar. Algo lhes faltava. Não se conformavam em viver o papel de "esposa" e "mãe". Em alguns casos, desempenhavam atividades profissionais, o que não significava que estivessem livres dos estigmas atribuídos, ou seja, a necessidade de a todo momento provar ser boa profissional, ótima mãe e excelente esposa. Desta forma, o trauma de vislumbrar o fracasso de um projeto coletivo - a resistência à ditadura - juntamente com a dificuldade em enquadrar-se aos papéis femininos, serviram de combustível para a eclosão dos primeiros grupos feministas no Brasil.

A análise de Betty Friedan, embora centrada na experiência das mulheres norte-americanas, repercutiu na elaboração do discurso feminista no Brasil. No prefácio do livro, publicado em 1971, Rose Maria Muraro afirmou:

Contudo, a denúncia de Friedan não se aplica apenas aos Estados Unidos. Com a costumeira defasagem, a sociedade brasileira também se aproxima dos padrões mais elevados de consumo, principalmente nas grandes cidades. O problema por ela levantado começa, também, a ser o problema da mulher brasileira urbana.⁹¹

Algumas questões levantadas por Friedan passaram a ser incorporadas na formulação do discurso feminista no Brasil, como, por exemplo, a afirmação de que a

⁹⁰ FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁹¹ Introdução do livro **Mística Feminina**, por Rose Maria Muraro.

opressão sexual é comum a todas as mulheres, independente da classe social. Igualmente, a insatisfação com os papéis sociais destinados às mulheres, presente em diversos momentos do livro. A autora demonstrou tal descontentamento a partir de depoimentos recolhidos em sua pesquisa: "o problema é ser sempre a mamãe dos filhos, ou a senhora do ministro, nunca eu própria".

Segundo Betty Friedan, as mulheres estavam vivendo um impasse, porque embora suas vidas estivessem em total compasso com as imagens de donas de casa felizes e realizadas propagandeadas pelos meios de comunicação, encontravam-se profundamente infelizes. E esta infelicidade era diagnosticada por médicos, psicólogos e sociólogos como um "desajuste". Sofrimento, ânsia, insatisfação, eram os sentimentos que definiam o estado de muitas mulheres no decorrer dos anos 1960. O espaço doméstico tornava-se pequeno para seus anseios. O acesso à educação universitária abriu para muitas a possibilidade de uma carreira. Contudo, precisariam enfrentar o desafio de trabalhar sem deixar de lado suas funções femininas. No prefácio de *Mística Feminina*, é a própria autora que fala aos seus leitores e leitoras do sentimento de remorso que a perseguia por ser esposa e mãe de três filhos pequenos e trabalhar fora de casa, deixando em muitos casos de dedicar seu tempo e energia à família. Este apelo ao casamento e à maternidade era tão forte que mesmo na introdução de diversas publicações feministas dos anos 1960 e 1970, os termos "mãe" e "esposa" aparecem para qualificar e credenciar as autoras:

Heloneida Studart tem credenciais especialíssimas para escrever sobre mulher, apesar de não ser uma <feminista>, no sentido político do termo. É, apenas, uma mulher moderna que conseguiu resolver os problemas da situação feminina, logo num país subdesenvolvido. Jornalista, há mais de dez anos, romancista consagrada pela crítica, qualidades literárias que mostra em seu estilo leve e sem pretensões, sobretudo sem radicalização, é também mãe de família exemplar, criando seus filhos, rigorosamente, conforme suas convicções(...)⁹²

O livro de Studart é uma crítica direta ao patriarcalismo e aos papéis sociais ditos femininos. Afirma que as donas de casa, por estarem em contato apenas com o mundo interior e com as crianças, sofrem de um tipo de atraso mental:

⁹² Introdução escrita por Lauro de Oliveira Lima do livro **Mulher, objeto de cama e mesa**, de Heloneida Studart. Petrópolis: Vozes, 1974.

O grande handicap da mulher foi um fato histórico. Aconteceu quando o homem saiu à caça e ela se deixou ficar na caverna, cozinhando e procriando, em plena vegetatividade. O homem lutou, cresceu, criou a charrua e depois a astronave. A ação assegurou o seu desenvolvimento mental. Enquanto isso, a mulher, sempre na caverna (que passou a se chamar de lar), esperava, imutavelmente, a volta do caçador.⁹³

A autora ressalta ainda a relevância do trabalho produtivo para a emancipação feminina:

Tornando-me assalariada aos 18 anos, pude ver, com meus próprios olhos, como o resultado do nosso esforço existe fora de nós, é tomado por outrem. Pode-se dizer, sem mentira, que foi trabalhando que compreendi a alienação do trabalho. Devo portanto à minha entrada na produção, ainda adolescente, nada menos do que a consciência. E quem um dia a adquiriu, sabe o que ela vale e sabe, também, que não a trocará por nada.⁹⁴

Embora o conteúdo do livro estivesse em sintonia com os ideários feministas da época, é de se notar que na apresentação da autora conste que não se trata de uma feminista. Ao mesmo tempo, na referida apresentação é afirmada sua condição de esposa e mãe, como qualidades que a fazem possuir legitimidade para abordar a temática proposta no livro. Este pequeno exemplo nos remete a pensar qual era a situação das mulheres brasileiras no começo dos anos 1970. Ao menos daquelas que - de forma ainda minoritária - haviam alcançado um nível de instrução universitária. Visivelmente encontravam-se divididas entre o lar e o mundo exterior. Desta forma, trabalhar fora, exercer uma profissão eram atividades secundárias, que precisavam ser conciliadas em perfeita harmonia com a vida doméstica.

Este pequeno livro foi amplamente divulgado entre as mulheres brasileiras. Publicado por primeira vez em 1969, no ano de 1982 encontrava-se já em sua décima terceira edição. Em diversos escritos feministas, ele consta como referência bibliográfica. Escrito em linguagem jornalística, portanto acessível, povoado de ilustrações, a obra foi muito bem sucedida, vendendo mais de 270 mil exemplares. Cabe destacar que em 1969, não há registro de grupos feministas no Brasil, o que talvez explique em parte a resistência

⁹³ STUART. Op. cit. p. 10

⁹⁴ Idem, p. 7.

da autora em identificar-se - ao menos na época - como feminista. Posteriormente, ela foi uma ativa militante da causa, fundadora do Centro da Mulher Brasileira, e autora de diversos roteiros e publicações que denunciavam a opressão e a discriminação contra as mulheres.⁹⁵

Outras publicações ainda nos fim dos anos 1960, revelam que neste período já existia uma produção intelectual no Brasil preocupada em discutir a situação da mulher. Destaco *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, cuja primeira edição data de 1966. Em 1969, seis anos antes de 1975 - ano da explosão do que se costumou chamar "segunda onda do feminismo" - esta publicação de Rose Maria Muraro estava na sua quinta edição. Em 1967, Heleieth Saffioti defendeu a tese *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. O estudo, transformado em livro em 1976, foi um marco para os estudos feministas no Brasil, apresentando dados e análises sobre a situação de desigualdade feminina no mundo do trabalho, e conseqüentemente, na distribuição da riqueza.

O que estas publicações revelam é a existência de uma inquietação intelectual, a respeito da situação feminina, presente desde o final dos anos 1960. Igualmente, demonstram o retrato de novas configurações das relações de gênero no Brasil, marcadas pela presença cada vez mais crescente das mulheres no mercado de trabalho. Conforme dados do IBGE, a partir dos anos de 1940 houve um crescimento progressivo da participação feminina na população economicamente ativa devido principalmente ao aumento do grau de escolaridade e ao processo de industrialização e urbanização do país.⁹⁶

Brasil: estrutura da população economicamente ativa por sexos no período de 1940-1980⁹⁷

Ano	1940	1950	1960	1970	1980
Homens (%)	81,0	85,5	82,5	79,0	73,0
Mulheres (%)	19,0	14,5	17,5	21,0	27,0

⁹⁵ Ver: SCHUMAHER, Schuma. BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p-p. 262-263.

⁹⁶ Sobre este tema, destaco dois trabalhos já citados no capítulo I: RAGO, Margaret. **Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar**. LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Anti-Prendas**.

⁹⁷ Fonte: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1990.

Conforme dados do Censo Demográfico de 1985, entre 1970 e 1985 o contingente de trabalhadoras triplicou, aumentando de 6 milhões para 18,5 milhões de pessoas. Apesar de verificar um crescimento na participação feminina no mercado de trabalho, é preciso salientar que esta mão-de-obra concentrava-se basicamente nos ramos de atividade com piores remunerações. Até os anos de 1980, 40% das mulheres trabalhavam em serviços domésticos, 20% no setor de comércio, 18% na área da educação e 8% nos serviços de saúde. Apenas 14% realizavam outro tipo de atividades. Percebe-se portanto que o mercado de trabalho preservou um certo padrão de divisão sexual do trabalho, reservando às mulheres atividades compatíveis com suas vocações *naturais*. Tanto o trabalho doméstico, quanto os serviços de educação e saúde, são vistos como funções que exigem cuidado, destreza, delicadeza, qualidades estas que - conforme a cultura misógina - seriam parte da formação subjetiva das mulheres.

Desta forma, a inserção no mercado de trabalho e o aumento no nível de escolaridade, não foram acompanhados de uma mudança nos padrões de divisão sexual do trabalho. E esta foi uma das primeiras inquietações do feminismo no Brasil. O maior grau de escolaridade, o ingresso no mundo do trabalho, não se traduziram necessariamente em uma melhoria de vida para as mulheres. Ao contrário, na maioria dos casos a dupla jornada de trabalho tornava ainda mais áspera a vida cotidiana. Tampouco representou um aumento significativo na participação política institucional. Nos anos 1970, elas representavam 48,5% da população brasileira. Em 1965, haviam treze candidatas à Câmara Federal. Apenas duas foram eleitas. Em decorrência do regime autoritário, em 1970 e 1974, quatro mulheres candidataram-se ao cargo de deputada, sendo que apenas uma foi eleita.⁹⁸

As reivindicações por igualdade política e econômica eram aspectos presentes no discurso feminista. Entretanto, o projeto de transformação social que visava à emancipação definitiva era permeado por outros matizes. Os anos de 1960 foram um período de efervescência cultural em todo o mundo. O movimento de maio de 1968, despertou especialmente na juventude, a ânsia em construir uma nova sociedade. E para que esta existisse, seria necessário derrubar tabus e preconceitos. Foi nesta onda libertária que uma diversidade de novos movimentos sociais começaram a discutir publicamente questões que antes eram reservadas, quando muito, aos divãs dos psicanalistas. O direito à liberdade

⁹⁸ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, dezembro de 2000.

sexual foi uma das tônicas destes movimentos. A bandeira foi imediatamente incorporada pelas feministas, já que o advento da pílula anticoncepcional garantia pela primeira vez na história da humanidade que as mulheres exercessem um método totalmente seguro de controle da gravidez. A possibilidade de poder optar em ter ou não filhos, de planejar a maternidade teve um importante significado para as mulheres. Um dos seus reflexos é a maior participação feminina no mercado de trabalho, bem como o aumento de sua presença em universidades, na política e no cenário cultural.

Uma vez que o sexo deixou de ser sinônimo de filhos, era possível também re-elaborar seu significado. As feministas trouxeram para o debate público o tema do prazer conjugal. Em 1980, a então psicóloga e feminista Marta Suplicy, estreou o quadro *Comportamento Sexual*, no programa TV Mulher, transmitido pela Rede Globo. Assuntos como orgasmo, desejo sexual, métodos anticoncepcivos, passaram a ser debatidos em rede nacional. Na mesma década, esta emissora exibiu o programa “Malu Mulher”. A atriz Regina Duarte vivia situações típicas do cotidiano das brasileiras: problemas conjugais, a luta pelo emprego e pela sobrevivência, criação dos filhos, violência doméstica, entre outros. Todavia, uma década antes os grupos feministas já discutiam estas temáticas entre quatro paredes. Pouco a pouco, elas foram sendo publicizadas. Primeiro, de forma tímida e com pouco alcance, em panfletos e textos de discussão. Depois, foram pauta dos diversos jornais feministas que circularam o país, como o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*. O slogan “nosso corpo nos pertence”, utilizado por diferentes grupos em todo o país, resumia o ideário de emancipação e autonomia das feministas.

Ao analisar documentos produzidos pelos grupos do Brasil, vemos que diversas feministas gaúchas estavam em contato com eles. Em diversos momentos há menções aos grupos e feministas da capital gaúcha. Em julho de 1981, foi realizado um encontro de grupos feministas que contou com a presença de quatro grupos de Porto Alegre: Liberta, Ação Mulher, Movimento de Mulheres pela Libertação e Costela de Adão. Neste encontro foram discutidas entre ações e reflexões sobre o tema da violência contra a mulher e a organização do movimento feminista no país. No mesmo ano, a feminista Sônia Pilla, escreve artigo para o *Jornal Mulherio* de São Paulo intitulado *Domésticas: as máquinas que servem o lar*, relatando o IV Congresso Nacional das Empregadas Domésticas, realizado no mês de janeiro em Porto Alegre. Se tomarmos como exemplo alguns números do referido

jornal, bem como de outros como o Nós Mulheres, notamos diversas referências ao movimento feminista no Rio Grande do Sul e em outros estados, demonstrando que existia uma rede de comunicação entre os grupos de todo o país.⁹⁹

Verifiquei a existência desta rede também em materiais publicados por grupos de Porto Alegre que citavam, em suas bibliografias, escritos de diversos grupos do país. Como exemplo, o grupo Costela de Adão, em uma edição de seu Caderno, citou uma publicação da Associação de Mulheres "O Movimento de Mulheres no Brasil", nº3, de 1979, juntamente com o documento "O que é o aborto" da Frente das Mulheres Feministas de São Paulo, publicado em 1980.¹⁰⁰ Igualmente, no jornal nº 6 do grupo Liberta, havia um texto extraído do jornal Mulherio, nº 8. Tratava-se de um conjunto de frases proferidas por celebridades: filósofos, cientistas, jornalistas (todos homens) que expressavam suas convicções sobre o significado do ser feminino. Estas frases, presentes em uma publicação feminista, podem indicar que um dos elementos do discurso deste movimento é a oposição e o combate às concepções misógenas sobre a mulher contidas no pensamento ocidental. Para que o feminismo fosse identificado como um movimento com uma prática social e um discurso político próprios era preciso contestar todas as formas de conhecimento que levassem à discriminação da mulher. A seguir, trechos de uma publicação cujo título era "Relíquias do pensamento universal" e que foi utilizada pelo grupo Liberta:

Relíquias do pensamento universal:

A mulher é um animal de cabelos longos e idéias curtas. *Nietzsche*

As mulheres não são outra coisa que máquinas de produzir filhos. *Napoleão*

A mulher representa uma espécie de etapa intermediária entre os meninos e os homens. *Schopenhauer*

Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais. *Nelson Rodrigues*

Uma mulher casada é uma escrava que exige ser colocada em um trono. *Balzac*

A mulher é um ser ocasional e acidental. *São Tomás de Aquino*

Feminista é uma mulher que só pensa em ser chofer. *Millor Fernandes*

O jornal "Mulherio" é um jornal nacional, feito por mulheres. Fala da mulher de todos os tempos e lugares. É pra todo mundo ler. Se você quiser obtê-lo procura o Liberta no DCE -UFRGS.¹⁰¹

⁹⁹ Jornal Mulherio, números I, IV e VI; Jornal Nós Mulheres, número II

¹⁰⁰ Grupo de Mulheres de Porto Alegre - Costela de Adão. Escritos sobre feminismo, nº1, outubro de 1980,.

¹⁰¹ Jornal Liberta, agosto de 1982, nº 6. O grifo é nosso.

O objetivo de publicar estas frases em um jornal feminista estava muito associado a uma idéia de denúncia dos preconceitos que buscavam inferiorizar a condição social da mulher. O caráter de denúncia era muito comum nestes jornais ou panfletos feministas direcionados para o público externo. Percebe-se também, que um dos objetivos do grupo Liberta era contribuir para a divulgação das idéias feministas, colocando à disposição das estudantes universitárias - que eram seu público alvo - não apenas sua publicação, mas também as de outros grupos de todo o país. Através deste exemplos, constata-se que as militantes dos grupos porto-alegrenses possuíam contato com grupos de discussão nacional. Recebiam seus jornais, utilizavam textos de discussão e mantinham uma correspondência. Além disso, tinham acesso a uma bibliografia extensa sobre a temática, como podemos perceber a partir da análise das referências que aparecem na documentação produzida pelos grupos. Bety Friedan, Juliet Mitchell, Simone de Beauvoir, Alexandra Collontai, são algumas das autoras citadas em materiais feministas. Entre todos, talvez um dos escritos que mais inspirou a luta feminista tenha sido o *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.¹⁰²

Para as feministas o "ser mulher" era uma construção social que significava, acima de tudo, tomar consciência da sua situação de opressão e lutar para modificá-la. Várias declarações trabalhadas pelas feministas gaúchas remetiam à idéia da construção social dos sexos expressa no pensamento de Beauvoir:

Não há país livre sem mulher livre.¹⁰³

A mulher é barrada interna e externamente. Externa, porque a sociedade a discrimina e oprime tanto a nível econômico, como político e ideológico. Interna, pelas barreiras que ela mesma cria a partir da educação que recebe.¹⁰⁴

As mulheres não pedem nada menos que a transformação total do mundo.¹⁰⁵

¹⁰² BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Vol. 2.

¹⁰³ Jornal Liberta, fevereiro de 1982, nº5.

¹⁰⁴ Grupo Ação Mulher, Jornal Correio do Povo, 17/08/80.

¹⁰⁵ Jornal do Grupo Feminista Germinal, Santa Maria, setembro de 1982.

As noções de liberdade e emancipação feminina passam pela transformação das relações econômicas e sociais. De acordo com o discurso do movimento, era necessário romper barreiras para ser livre. As idéias de ruptura, libertação, transformação e revolução são recorrentes em seus discursos. Observaremos posteriormente que o feminismo possuía um projeto de transformação social que, entretanto, não era homogêneo, existindo em Porto Alegre diferentes correntes de pensamento. E esta característica não era específica do movimento local. Fazia parte dos debates que estavam em curso em todo o Brasil. Podemos identificar algumas correntes de pensamento:

A primeira delas, constatava que o feminismo é um aspecto da luta de classes e compreendia que o fim da opressão contra a mulher passava necessariamente pela derrubada do sistema capitalista. Em Porto Alegre, o Movimento da Mulher pela Libertação (MML), surgido em 1979, priorizava discussões com mulheres trabalhadoras, buscando uma aproximação do feminismo com o movimento operário. De acordo com entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo*, o objetivo principal do grupo era reunir o maior número de mulheres possíveis para discutir as raízes específicas de sua opressão e as questões gerais da sociedade:

O Movimento da Mulher pela Libertação não faz uso de queima de sutiãs, greve de sexo ou distribuição de panfletos. Suas integrantes traçaram sua linha de ação no sentido de atuar primordialmente junto à mulher que trabalha, por ser quem sofre as maiores opressões da sociedade. (...) Nessa conjuntura, segundo as feministas, fica evidente ser impossível conseguir a libertação da mulher dentro do atual sistema. Mesmo a suposta liberdade sexual feminina nada mais é do que uma cópia do comportamento machista do homem, que também não deixa de ser uma forma de alienação.¹⁰⁶

O grupo criticava a atuação de feministas que centravam sua atuação na luta sexista pois, segundo elas, a igualdade com o homem dentro da sociedade capitalista também seria uma forma de discriminação. Apontavam, por exemplo, que a igualdade sexual conquistada a partir dos anos 1960 era uma forma de banalização da mulher, pois a transformava em um objeto disponível ao desejo masculino. Não era esta a igualdade

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, 17.08.80

defendida pelo MML, preocupado em "politizar as mulheres e fazer com que se conscientizem de que também são seres políticos, que devem ter participação e responsabilidade pela modificação da sociedade. O problema da mulher não é apenas individual, mas político, social e econômico."¹⁰⁷

Uma segunda corrente defendia que o feminismo necessitava, em primeiro lugar, lutar contra os padrões sociais que determinam a desigualdade entre os sexos. Suas preocupações estavam centradas na relação homem/mulher e a ênfase da sua atuação é a modificação da cultura que leva à atribuição de papéis diferenciados entre os sexos. Em Porto Alegre o Grupo Costela de Adão (1976) representou esta corrente de pensamento.

Feminismo diz respeito ao relacionamento entre as pessoas, é uma concepção de mundo que não se reduz à faixa etária ou à espécie biológica fêmea. É preciso que se processe uma modificação radical da sociedade, o que envolve o homem, a mulher e os sistemas de produção, bem como os papéis de pai, mãe, patrão e criança, etc.¹⁰⁸

A inquietação do Costela de Adão centrava-se na conscientização das mulheres e homens em questões cotidianas, como o casamento, os direitos reprodutivos, as desigualdades no mercado de trabalho, a violência contra a mulher. Acreditavam que as modificações necessárias para estabelecer relações igualitárias poderiam se processar ainda na sociedade capitalista e que portanto o centro da atuação das feministas deveria ser a luta pela emancipação de todas as mulheres. Este pensamento era compartilhado por um outro grupo feminista, o Ação Mulher, que surgiu em 1980 a partir de um desmembramento do MML. Sua proposta era criar espaços para a reflexão sobre as diversas formas de opressão às mulheres, centrando seus debates em três temáticas: trabalho, educação e sexualidade. A partir da constatação da discriminação da mulher nos diferentes níveis, se organizou a filosofia feminista deste grupo, que tem por objetivo mobilizar a mulher, conscientizando-a para que venha a transformar esta situação de opressão em que vive na sociedade, sem que muitas vezes se dê conta.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Declaração de Ana Winogron, uma das líderes do MML, para o Correio do Povo, 17.08.80.

¹⁰⁸ Declaração de uma das integrantes do Costela de Adão ao Correio do Povo, 17.08.80.

¹⁰⁹ Correio do Povo, 17.08.80

Uma terceira corrente feminista possuía como princípio de organização o objetivo de aglutinar as mulheres para discutir as discriminações a partir da sua realidade específica. Esta era a preocupação de muitos grupos feministas que se organizaram a partir do final dos anos 1970 tendo como ponto de partida o espaço de atuação. Foi assim que surgiu o Liberta (1980) grupo formado por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que pretendia levar a discussão sobre a situação da mulher para o movimento estudantil. O Liberta mesclava nas suas concepções tanto a necessidade de transformar o sistema econômico quanto a necessidade de atuação em questões específicas e pontuais. Assim, realizou campanhas pela abertura da Casa do Estudante para as mulheres, o acesso à Creche para estudantes da UFRGS, o combate à violência, a defesa da legalização do aborto. Uma peculiaridade do Liberta é que ele pretendia ser composto apenas por mulheres "sem a presença de homens":

Achamos fundamental que as mulheres discutam desde cedo seus problemas, sem a presença de homens, para que não se sintam tolhidas. Mas nosso movimento é autônomo, não tendo ligação com qualquer partido político. Queremos a transformação da cultura. Nossa luta não é contra o homem, enquanto sexo, mas contra a sociedade, que não oferece espaço suficiente para a mulher.¹¹⁰

Por último, existiam feministas adeptas da idéia de que as feministas precisavam desenvolver ações práticas que contribuíssem para a libertação da mulher. Foi com esta filosofia que a partir do início dos anos de 1980 foram fundados em alguns estados do Brasil grupos chamados de SOS Mulher. Em Porto Alegre, o SOS mulher foi criado em outubro de 1981 com o objetivo de atender e conscientizar mulheres vítimas de violência física, sexual ou psicológica.¹¹¹ A questão da violência contra a mulher passou a ser uma das principais pautas de atuação do movimento feminista, tendo em vista o grande número de crimes cometidos contra a população feminina que ficavam impunes. Assim, o SOS propunha auxílio para que as mulheres pudessem individualmente superar a situação de violência e um espaço de discussão coletiva que contribuísse para conscientizá-las sobre o problema:

¹¹⁰ Declaração de uma integrante do Liberta, Correio do Povo, 17.08.80.

¹¹¹ O Estado pioneiro foi São Paulo, criando o primeiro SOS Mulher em 10 de outubro de 1980. O Rio Grande do Sul foi o segundo estado do país a fundar a entidade

(...) devemos lembrar todo o condicionamento a que ela foi submetida, o sentimento de culpa pelo fracasso daquele casamento que não soube manter, a dependência econômica a que está submetida, o medo de assumir uma vida na qual passe a ser a única responsável por si, e muitas vezes pelos filhos, e para qual jamais foi preparada.¹¹²

O SOS mulher possuía um diferencial em relação aos grupos que vimos anteriormente pois sua atuação pretendia prestar um serviço direto às mulheres. Apesar de propor discussões e reflexões, o trabalho era centrado no atendimento às mulheres vítimas, considerando tanto os aspectos psicológicos quanto estruturais e sociais da violência. De acordo com diversas matérias em jornais, a procura maior pelo SOS era feita por mulheres que sofriam espancamentos.¹¹³ Elas recebiam atendimento de profissionais (sociólogas, psicólogas, advogadas, professoras) que antes de tudo eram militantes feministas e trabalhavam na entidade de forma voluntária. O SOS, para preservar as vítimas, não podia ser freqüentado por homens.

De forma idêntica, outros grupos, como o Liberta e o Ação Mulher, declaravam publicamente a oposição à participação masculina em suas fileiras. Defendiam que a presença destes poderia inibir as mulheres a falar abertamente sobre seus problemas. Mas este não era o único motivo. Para muitas feministas, cabia às mulheres se organizar para mudar a situação de opressão, e não se podia esperar que um homem "utilizado pelo sistema como agente da opressão feminina"¹¹⁴ fosse levar adiante as reivindicações emancipatórias feministas. Pelo fato de constituírem um espaço de discussão para as mulheres, os grupos recebiam denominações até mesmo pejorativas como "grupo do chá das cinco" ou "feministas de uma figa"¹¹⁵ Através da análise das fontes jornalísticas da época, percebemos que o movimento feminista precisou enfrentar em diversos momentos um tratamento pejorativo, inclusive por parte da imprensa.

Feminismo, tolice feminina? Com este título o jornalista Rogério Mendelski, de Porto Alegre, saudou no jornal Folha da Manhã a fundação do Movimento de Mulheres de

¹¹² Jornal Zero Hora, 15.11.80, declaração de Anete Jalfin

¹¹³ Jornal Zero Hora, edições de 11.10.81, 15.11.81; Jornal Folha da Tarde,

¹¹⁴ Declaração de integrante do Ação Mulher, Correio do Povo, 17.08.80

¹¹⁵ O primeiro era a forma como o Grupo Liberta era conhecido no movimento estudantil e o segundo consta de um artigo dirigido ao MML, Jornal Folha da Manhã, 13/08/1979.

Porto Alegre. Seu autor se declarava um liberal, com "pouquíssimos preconceitos". Entretanto, ao saber da fundação do MML escreveu:

(...) sou forçado a admitir, que tais organizações do tipo Woman's Lib são ridículas e quase sempre são lideradas por mulheres que estão de mal com o mundo. (...) Não sei, sinceramente, o que o MOMULI está querendo neste momento difícil da vida nacional, mas nem por isso bancarei o futurólogo prenunciando a vida efêmera dessa estranha organização que passará a nos marcar de cima.

E conclui:

Portanto, prezadas feministas do MOMULI, devagar com o andor que o santo é de barro. Esse negócio de ficar malhando os homens, culpando-os com a responsabilidade da submissão feminina, não é bem assim. Quem fica nesse papo merece o castigo de uma cozinha engordurada, filhos ranhentos, cacetadas semanais do marido alcoólatra e prestação da Louro no cartório. Mulher inteligente não curte papo feminista. Mulher inteligente tem até marido submisso. Que cozinha para ela, faz chazinho todas as manhãs cuidando do regime dela e vive repetindo: sou o marido mais feliz do mundo. Acreditem dondocas¹¹⁶

A partir da análise deste artigo podemos constatar diversos conceitos que ilustram como parte da imprensa e mesmo do meio político porto-alegrense percebia a existência de grupos feministas. Primeiro, a palavra feminismo remetia automaticamente aos grupos existentes principalmente nos Estados Unidos, que possuíam uma concepção marcadamente sexista. Como vimos anteriormente, não era a realidade dos grupos que se organizaram em nosso estado.

Em segundo lugar, questiona a necessidade de levantar as bandeiras feministas frente ao cenário político nacional. O artigo utiliza-se da dificuldade enfrentada pelas mulheres para afirmar a importância da luta feminista frente à conjuntura vivida pelo país para desqualificar a relevância das discussões sobre a situação das mulheres. A opinião do referido jornalista não era isolada. Da mesma forma, as forças políticas que poderiam ser incorporadas dentro de um campo progressista - como setores alinhados com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e o Jornal Pasquim, consideravam a luta pela emancipação feminina uma questão secundária diante da necessidade de enfrentar o regime ditatorial e redemocratizar o estado brasileiro. Assim, tudo indica que a questão da política

¹¹⁶ Jornal Folha da Manhã, 9/8/1979, artigo de Rogério Mendelski.

nacional e a necessidade de articular uma oposição ao regime militar muitas vezes acabou servindo como uma "cortina de fumaça" para mascarar um preconceito contra o feminismo e suas militantes.

Duas questões parecem centrais para compreender esta disputa entre a esquerda e o movimento feminista. A primeira, diz respeito à composição de classe deste segmento. Como vimos, as feministas eram na sua maioria mulheres que possuíam acesso à instrução universitária, a uma profissão qualificada. Logo, não podiam ser classificadas enquanto operárias. Desta forma, era comum que parte da suas bandeiras, como a luta pela liberdade sexual, e o combate a todas as formas de violência fossem desqualificadas como questões secundárias. Para boa parte da esquerda tradicional, preocupada com as grandes transformações estruturais, o feminismo era assunto para as pequeno-burguesas. Contudo, o discurso de que o feminismo representava um desvio da luta central era compartilhado por parte da esquerda mas não justificava por si só a resistência à este movimento. A hostilidade ao feminismo tinha raízes mais profundas. Este movimento, através de seu discurso, descortinava a existência de relações hierárquicas e discriminatórias dentro da estrutura das organizações progressistas. Demonstravam, por exemplo, a existência de uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres raramente integravam quadros dirigentes.

Finalmente, observam-se diversas expressões que descortinavam o preconceito enfrentado pelas mulheres que se declaravam feministas, vistas como mal-amadas, dondocas e histéricas. Por conseguinte, ocorria de certa parte da imprensa e dos meios políticos uma banalização da prática e do discurso feminista, na tentativa de transmitir à opinião pública da cidade a idéia de que o objetivo do movimento era *malhar* os homens. Na contramão do discurso feminista, o autor do referido artigo faz uma apologia à violência doméstica como um merecido castigo às mulheres que insistirem nesse *papo de feminismo*.

A resposta ao jornalista Rogério Mendelski foi imediata. No dia 11 de agosto ele publicou em sua coluna o artigo *Feministas estão Vigilantes* publicando boa parte de uma carta que o MML enviou em resposta. Apesar de ceder um espaço considerável à carta, o autor aproveita o espaço para continuar seu embate com as feministas:

Reclama a senhorita que escreveu o documento que o MOMULI não se chama MOMULI, mas MML. Diz mais: "reduz todas as correntes do movimento feminista apenas ao Woman's Lib, movimento que apesar de seu caráter sexista

(e por isso mesmo equivocado) teve o mérito de ser o primeiro a levantar a questão da opressão da mulher". Prossegue: "E, ao dar a entender que as mulheres que lutam contra sua opressão o fazem por serem 'mal amadas' e, por entender que a submissão lhes é conveniente".

Após mais alguns trechos de citações da carta elaborada pelo MML, o jornalista prossegue:

Democracia é isso aí, bonecas. A carta está na íntegra, exceto algumas palavrinhas perfeitamente dispensáveis. Quero deixar bem claro que assim como recebi o protesto do MML recebi várias dezenas de telefonemas e cumprimentos pessoais de jovens, de senhoras, que "adoraram" o artigo sobre o feminismo publicado na última quinta-feira. (...) Portanto, cautela MML. Ameaças não me assustam e não adianta nada ficarem me patrulhando. Só tenho medo de mulheres feias e mal amadas. Como diz o pára-choque: Se me virem abraçado com alguma mulher feia, apartem que é briga.¹¹⁷

Ao analisar os dois artigos produzidos pelo jornalista, percebemos que ele utiliza amplamente da ironia e de adjetivos pejorativos com o objetivo de ridicularizar as militantes do movimento. Esta tática não é nova. Em artigo intitulado *Sutiliza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação* Rachel Soihet comentou a utilização da comicidade e da ironia por parte da imprensa carioca no final da comicidade e da ironia por parte da imprensa carioca no final do século XIX e início do XX. Conforme a autora, nestas décadas a mulher emancipada era vista como a fonte de todos os problemas sociais, pois ao negar seu papel de mãe e esposa estaria provocando uma espécie de desequilíbrio na ordem natural. Por esta razão, tanto a imprensa quanto a ciência construíram um discurso que pretendia desconstituir o feminismo:

À primeira vista, essa maneira burlesca de apresentar as mulheres empenhadas na luta por direitos não guardaria maiores conseqüências, visando apenas divertir o público leitor. Na verdade, porém, percebe-se um aspecto perverso nessas insinuações, o que me faz enquadrar tais colocações numa das modalidades de violência simbólica contra as mulheres. Isto, porque a reiteração da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem em voga, acerca da falta de seriedade das preocupações femininas, ao contrário das masculinas. Por outro lado, não poucas das mulheres tendem a incorporar esse discurso divulgado nos diversos meios de comunicação, identificando as feministas como "viragos", pesadas como elefantes, perigosas,

¹¹⁷ Artigo "Feministas estão Vigilantes", Jornal Folha da Manhã, 11.08.1979.

tendentes a incorrer em transgressões criminais. Imagens que se contrapõem ao ideal feminino, constantemente atualizado, de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que não poucas vezes leva as mulheres a rejeitarem sua inserção no feminismo e até a combatê-lo.¹¹⁸

Os artigos de Mendelski não chegaram ao ponto de dizer, por exemplo, que a maternidade e o casamento são o lugar natural da mulher. Nem tampouco a chamar as feministas de elefantes. Ao contrário, o jornalista elogiou as mulheres "inteligentes" que não curtem papo feminista mas trabalham, chegam em casa e encontram o marido preparando o jantar. Trata-se portanto de uma crítica ao feminismo que partia do princípio de que as mulheres já haviam conquistado seu lugar. Podiam trabalhar, podiam ser emancipadas mas o feminismo iria fazer com que elas deixassem de ser mulheres. Afinal, o que havia de mais em manter uma diferença confortável para ambos os lados? A suposta fragilidade feminina possuía suas vantagens: ter um cavalheiro ao lado para abrir portas, já que "a submissão da mulher ainda existe porque é mais cômodo para ela"¹¹⁹ Este tipo de crítica demonstra uma concepção estanque dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres pois parte do princípio de que o movimento estava ameaçando padrões de feminilidade aceitos socialmente. No fundo, a abordagem feita pelo referido jornalista remete a uma concepção que defendia a existência de padrões naturais de comportamento para homens e mulheres. Ao desafiar esta ordem "natural" as feministas estariam incitando as mulheres a assumirem um papel que não era seu na sociedade. Este pensamento era uma forma velada de escamotear um preconceito contra a autonomia feminina, já que pretendia conceder uma liberdade às mulheres, mas com certos limites, enfim, uma liberdade vigiada.

De fato, o feminismo foi naquele mês de agosto um tema muito polêmico na cidade pois o embate iniciado pelo artigo do Folha da Manhã não terminou aqui. Apesar dos elogios recebidos de *senhoras e jovens*, o jornalista voltou a enfrentar críticas. Desta vez elas partiram de um colega de profissão, Luis Pilla Vares, que publicou no jornal Zero Hora um artigo intitulado *O Feminismo chegou ao Rio Grande*. Nele, declara que para as mulheres do MML o machismo não é a luta simplista contra o homem:

¹¹⁸ SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: ReleumeDumará, 2001. p-p 108.109

¹¹⁹ Artigo Feminismo, tolice feminina. Jornal Folha da Manhã, 09.08.1979

É contra toda uma estrutura que marca os seus fundamentos no comportamento de todos os indivíduos, os quais reproduzem nas suas inter-relações a forma hierárquica de nossa organização social atual. (...) Chegou o momento das próprias mulheres decidirem sobre si próprias, sem o "sim" autoritário e patriarcal do macho.¹²⁰

Em resposta ao colega da Folha da Manhã, o jornalista, na época era integrante da equipe editorial de Zero Hora, prossegue:

Por mim, eu não escreveria estas linhas, pois o MOMULI independe da nossa aprovação como homens. Talvez sua existência seja efêmera, realmente. Mas, nós machos, nada temos a ver com isso. Vai dar seus frutos, porém. Transformando-se, amadurecendo. Contribuindo, através de suas integrantes, para uma visão mais ampla e libertária da sociedade, com o que nós próprios, homens, nos beneficiaremos, não como amos, mas como pares. Eu não escreveria estas linhas, repito, a não ser para acalmar um pouco a indignação que me causou o artigo assinado despudoradamente por um colega de profissão, que alardeia, em tom agressivo e insultoso para este grupo inteligente e sério de mulheres desalinhas e conscientes, o seu machismo fora de moda, revelando, na hora em que os seus privilégios são questionados por um círculo ainda pequeno, que o liberalismo proclamado tem, por trás da máscara, o autoritarismo carrancudo. Nem todos os homens aceitam como irreversível o fato de que as mulheres só querem flores e jantares pagos em bons restaurantes. Muitas, na minha opinião as mais interessantes, talvez prefiram os livros clássicos de Simone de Beauvoir ou da Safiotti. As mulheres não são animais de estimação. E muito menos, débeis mentais.¹²¹

Este artigo, assim como diversas outras reportagens publicadas entre os anos de 1979 e 1982, demonstram que parte da imprensa via com bons olhos a organização de grupos feministas. Compreendiam que este movimento contribuiria para a consolidação de uma sociedade democrática, com mais igualdade. Este fato pode ser percebido na construção de algumas manchetes de artigos e reportagens que trataram do movimento feminista. O artigo *O Feminismo chegou ao Rio Grande*, outros com o *Amélia é que era mulher de verdade, era?*¹²² ou ainda *As mulheres dizem basta à violência*¹²³ e *Feministas*

¹²⁰ Artigo de Luiz Pilla Vares, Jornal Zero Hora, 12.08.1979

¹²¹ Idem.

¹²² Correio do Povo, 17.08.1980

¹²³ Zero Hora, 15.11.1981

*na rua contra a violência sobre as mulheres*¹²⁴ passam uma mensagem favorável às ações desencadeadas pelo movimento.

É plausível concluir que este embate realizado entre dois jornalistas ilustra parte das recepções que o feminismo teve na sociedade porto-alegrense. De um lado, setores que mesmo considerando este movimento insignificante, não puderam ignorá-lo. Do outro, opiniões favoráveis ao direito das mulheres em se organizar para lutar pelas suas especificidades. Através das fontes disponíveis, constata-se que nenhum dos grupos feministas em Porto Alegre se transformou em um grande movimento de massas. Mas a existência de debates desta natureza na imprensa gaúcha demonstram que suas ações, no mínimo, não puderam ser ignoradas. De fato, a existência de todos os grupos feministas porto-alegrenses, que são objeto deste trabalho, foram efêmeras. A partir do ano de 1983, eles deixaram de existir ou se transformaram em novos agrupamentos e entidades. Contudo, a irreverência de suas ações práticas e do seu discurso não puderam ser ignorados nem mesmo pelos seus opositores. Assim, é possível apontar uma distância entre o pequeno tamanho e a rápida existência dos grupos feministas porto-alegrenses e a significativa repercussão de suas práticas militantes e de seu discurso na sociedade.

Capítulo III - Feminismo(s): discursos e práticas militantes

Neste capítulo, pretendo discutir como o movimento feminista porto-alegrense elaborou um discurso político capaz de, por um lado, afirmar um projeto político feminista e quais as suas principais características. De outro lado, como esse mesmo discurso trouxe para a esfera do político questões específicas das mulheres, questionando as relações entre os sexos nos espaços públicos e privados. Ao longo desta pesquisa, constatei que muitos materiais produzidos pelos grupos da cidade se perderam no decorrer de poucas décadas. Talvez porque eles tenham ficado em mãos de particulares, a cargo das próprias militantes,

¹²⁴ Zero Hora, 11.10.1981

e a curta vida dos grupos que aqui são analisados não propiciaram a criação de um acervo mantido pelas próprias organizações.¹²⁵

Foi através do contato com mulheres que eram militantes na época que tive acesso a parte dos documentos, boletins e outros materiais produzidos pelos grupos. Parte destas pessoas, entretanto, declarou já haver se desfeito de possíveis fontes para esta pesquisa por diversas razões, o que significa uma perda irreparável para a memória do feminismo porto-alegrense.¹²⁶

O objetivo principal deste capítulo é retomar a história do movimento feminista porto-alegrense através do seu discurso político. A proposta é fixar a análise não na cronologia dos acontecimentos, mas na observação do processo de formação de um discurso político que repercutiu na vida da cidade e do estado. Não se tratava de um discurso homogêneo, pois era permeado por diferentes contextos, e protagonistas. Até o início dos anos de 1980, observa-se o momento do surgimento dos primeiros grupos, e uma certa tendência a voltar as atenções para temas específicos das mulheres. Tentei buscar compreender qual o significado atribuído pelo feminismo à palavra de ordem "contra todas as formas de opressão". E percebi que o sistema capitalista, o estado autoritário e o sexo masculino dividiram o papel de "opressores" no discurso do movimento.

Especialmente a partir de 1982, há um redirecionamento do prática e do discurso feminista. As eleições municipais, a reorganização partidária e a reabertura política tiveram um impacto significativo em todos os grupos feministas de Porto Alegre, acentuando ainda mais as divergências entre as militantes que pretendiam disputar espaços dentro de organizações partidárias e aquelas que defendiam uma autonomia radical em relação a estas instâncias.

O período de 1975 a 1985 é conhecido como “a década do feminismo”. A Organização das Nações Unidas declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher. No

¹²⁵ Ressalto porém que uma parte significativa de documentos e mesmo reportagens de jornais da época foram acessados através do Acervo Carmen da Silva, localizado na Biblioteca de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

¹²⁶ Uma das razões mais apontadas foi que em processos de mudança de endereço elas desfizeram-se de arquivos pessoais pela falta de um lugar que pudesse acolher os documentos. Algumas procuradas ainda declararam que na época não possuíam noção de que tais materiais poderiam um dia vir a constituir um acervo histórico.

Brasil, começaram a surgir diversos grupos feministas que possuíam algumas características em comum: reivindicavam autonomia frente à outras instituições (estado, igrejas, partidos políticos), questionando a relação hierárquica entre homens e mulheres nas organizações mistas; identificavam-se como grupos de reflexão cujo objetivo primeiro era discutir e lutar contra as desigualdades nas relações entre os sexos, em busca de uma nova sociedade.

Neste mesmo ano (1975), surgiu o primeiro grupo feminista em Porto Alegre, que passou a se chamar Movimento de Mulheres Porto Alegrenses. Este grupo posteriormente se desmembrou e deu origem a diversos outros, como o Costela de Adão e o Movimento de Mulheres pela Libertação. O Movimento de Mulheres Porto Alegrenses surgiu por iniciativa de diversas militantes que estavam em contato com a "onda feminista" em curso no país e no mundo. O objetivo central era criar um espaço para atuar na defesa dos direitos femininos. Todavia, interessava ao grupo também a luta contra a ditadura militar. Desta forma, a ação do grupo era pendular, ora enfatizando a luta específica, ora incorporado às lutas gerais. Foi este tensionamento que acabou por ocasionar o seu desmembramento.

É preciso ressaltar o caráter fragmentado dos grupos que existiram em Porto Alegre. A maioria deles se originou de "rachas", ou seja, divisões de grupos que existiam anteriormente. As dissidências ocorriam normalmente por divergências teóricas e práticas. Como exemplo, citamos o racha sofrido pelo grupo Costela de Adão que originou o Movimento da Mulher pela Libertação(MML), no ano de 1979. O MML passou a exercer uma prática política que se caracterizava por levar o feminismo para outras esferas, promovendo, por exemplo, atividades com mulheres das vilas. Havia portanto uma preocupação em forjar uma conscientização destas mulheres sobre sua condição de opressão bem como um comprometimento com as lutas gerais da sociedade. O Grupo Costela de Adão assumia um caráter mais reflexivo e teórico, voltado para o debate de temas específicos da mulher. Defendia que muitas das reivindicações feministas não podiam ser integradas às lutas gerais e que cabia às mulheres das vilas se organizarem por melhores condições de vida.

A grosso modo, podemos dividir a existência dos grupos feministas de Porto Alegre em dois períodos. O primeiro – de 1975 a 1982 – corresponde a uma fase de formação e consolidação dos grupos de militância autônomos.

Para uma compreensão ampla do movimento feminista e de seu discurso é fundamental analisar as condições sociais que determinaram a composição majoritária do movimento por mulheres, de classe média, na sua maioria eram brancas e com formação universitária. Tudo indica que o fato destas mulheres pertencerem a uma classe média com um acesso facilitado à educação superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho em profissões mais qualificadas, favoreceu seus contatos e identificação com as bandeiras feministas. Ou seja, falar em libertação feminina, direitos iguais e opressão masculina fazia muito sentido para as mulheres que paulatinamente passavam a ocupar espaços sociais que anteriormente pertenciam somente aos homens.

Outro traço bastante comum entre as feministas era possuir uma experiência anterior de participação em organizações políticas de esquerda. Após o fim da década de 1960, a repressão estatal desarticulou estas organizações. Portanto, o movimento feminista formou-se em um contexto de vazio político diante da ausência dos espaços tradicionais de participação popular. A existência de um regime autoritário conferiu características singulares ao feminismo no Brasil. Nos materiais produzidos pelo movimento feminista observa-se uma crítica constante a todos os tipos de autoritarismo. A ditadura era vista como mais uma forma de opressão a ser enfrentada pelas mulheres. Esta preocupação com as liberdades democráticas, com a liberdade de expressão, o engajamento das feministas nos processos de Anistia a presos políticos e exilados, demonstram que o movimento nunca esteve de fato descolado das lutas gerais da sociedade brasileira. O que as fontes nos apontam é um tensionamento constante entre a necessidade de organizar as mulheres contra a opressão sexual e a premência de engajar-se nas lutas políticas gerais.

Este primeiro momento de afirmação da atividade feminista foi acompanhado de uma repercussão significativa na imprensa. Especialmente nos anos de 1979 e 1980, encontramos a publicação de artigos e reportagens que fazem referência à criação de grupos feministas, bem como à sua atuação na cidade. Como exemplo, no ano de 1979 o Jornal Folha da Manhã publicou em uma mesma semana três artigos de um jornalista gaúcho relacionados à fundação do MML. Os títulos são bastante sugestivos e podem nos dar uma idéia de que as feministas nem sempre eram bem recebidas pela imprensa: “Feminismo, Tolice Feminina”; “Feministas estão Vigilantes”; “Ainda o tal de Feminismo”. Nesta mesma semana, outro jornalista, desta vez no jornal Zero Hora, publicou artigo intitulado

“O Feminismo chegou ao Rio Grande” no qual critica o tom “agressivo e insultoso” e o machismo fora de moda” do seu colega de profissão. O feminismo era, portanto, um tema controverso.¹²⁷

A partir de 1982, é possível perceber um novo período para os grupos feministas que passaram a sentir as conseqüências da reorganização dos partidos políticos. Os encontros de mulheres transformaram-se em palco de debates: de um lado, as defensoras da autonomia do movimento em relação aos partidos, do outro, as militantes partidárias. O Congresso da Mulher Gaúcha, realizado em agosto de 1981, foi um exemplo desta disputa. A matéria “Colorido Político no Congresso da mulher” (Zero Hora, 9/08/81) destacou a predominância dos partidos políticos em um encontro que havia sido organizado por grupos feministas, sindicatos, entidades estudantis. O Correio do Povo destacou em sua manchete: “Confusão e autoritarismo – grupos polarizam Congresso e três mil mulheres pouco discutem seus problemas”.

Com a volta do pluripartidarismo, evidenciaram-se ainda mais as diferenças entre as feministas que consideravam fundamental levar para dentro dos partidos políticos o debate sobre a condição da mulher e as que acreditavam que nestes espaços a questão feminista seria diluída e portanto era necessário preservar os grupos de militância autônomos. Não vou tratar neste trabalho dos desdobramentos que o movimento feminista teve no decorrer da década de 1980. Vou me ater a analisar três temáticas que me parecem fundamentais para compreender o discurso e a prática militante dos grupos feministas entre o período de 1975 a 1982.

O primeiro tema é **feminismo e transformação social**. A partir desta temática, buscarei analisar como o movimento feminista procurou articular, através do seu discurso e da prática militante, um projeto político feminista visando transformar a sociedade. Parto do princípio de que o feminismo é em si um movimento transformador, pois tem como objetivo questionar as relações sociais que mantêm uma desigualdade historicamente construída entre mulheres e homens.

Ao analisar as fontes documentais, pretendo verificar se esta característica transformadora conseguiu se desdobrar em um projeto político. De fato, quando abordamos o movimento feminista nos deparamos com uma heterogeneidade de idéias, ações e

¹²⁷ Faço referência a estes artigos no capítulo II, páginas 80 a 85.

discursos. Assim, não é seria possível identificar um único projeto feminista, mas sim vários. Um exemplo desta diversificação está justamente na relação do movimento com as lutas mais amplas da população brasileira (a democracia, a anistia, por exemplo) ou um engajamento mais direto com as pautas específicas do feminismo. Parte deste debate é decorrente do contexto histórico no qual os grupos feministas organizados a partir de 1975 estavam inseridos. Entretanto, é possível questionar também até que ponto a tendência a buscar uma aproximação maior com outros movimentos sociais ou fechar-se mais à construção dos grupos feministas não representava também visões diferentes de feminismo. Portanto, o **feminismo e a transformação social** é um tema central para compreender os debates que cercaram a formulação dos discursos e práticas deste movimento.

A escolha do segundo tema, **ser mulher e ser feminista**, ocorreu a partir da constatação de que as práticas e o discurso político deste movimento esteve muito voltado - a partir dos anos de 1970 - para a afirmação de um sujeito social "mulher". De acordo com a análise das fontes, percebi que o reconhecimento enquanto feminista e era muito mais do que uma posição política ou um espaço de ação militante. Tratava-se, para as mulheres que se assumiram como feministas, de se colocar enquanto mulheres diante da sociedade, reconhecendo-se enquanto oprimidas e denunciando que existiam outras contradições sociais para além da luta de classes. Perceber-se enquanto mulher e oprimida era fundamental para a formação de uma consciência feminista.

Entretanto, nem todas as mulheres, mesmo aquelas que possuíam algum tipo de militância ou atuação política, se assumiam como feministas. Desta forma, é fundamental analisar qual era a relação das feministas com as "outras mulheres" que não assumiam a mesma postura contestatória. Neste ponto os grupos também não eram homogêneos. Existiam aqueles que estavam interessados em de certo modo "representar" os interesses destas outras mulheres que não haviam ingressado para as fileiras do movimento mas que também eram consideradas oprimidas. Assim, o foco de atuação de muitos grupos feministas concentrou-se nas mulheres operárias, donas de casa, mulheres vítimas de violência doméstica, entre outras. Já, outras feministas acreditavam que cada mulher deveria buscar suas próprias formas de organização e com suas especificidades. Desta forma, as mulheres feministas são aquelas que se preocupam com as formas de opressão

que atingem a todas as mulheres, independentes de classe social, raça ou etnia, atuação profissional ou matizes políticas.

Por último, analisarei como o discurso e as ações do movimento contribuíram para transformar as relações cotidianas entre homens e mulheres em uma discussão de caráter público e político. Ao afirmar que **a opressão individual é política** o movimento feminista abriu caminho para que muitas questões que até então eram objeto de análises em divãs de analistas pudessem ser debatidas publicamente. Temas como a sexualidade, a divisão do trabalho doméstico, as discriminações no trabalho, na escola, nas universidades, na família não eram mais o problema de uma mulher, mas de muitas. Ao verificar que estas formas múltiplas de discriminação eram um problema coletivo, as feministas entenderam que precisavam ser denunciadas. O discurso e a prática dos diferentes grupos criaram espaços para que estas denúncias fossem feitas, em um primeiro momento em reuniões de caráter mais íntimo. Nelas as mulheres poderiam falar abertamente, contar suas angústias e compartilhar com suas companheiras preocupações similares. Entretanto, logo o movimento começou a trazer estes debates para os encontros de mulheres, para os jornais feministas e para toda a imprensa. É sintomática do crescimento destes debates na sociedade a criação, no ano de 1980, do quadro Comportamento Sexual no programa TV Mulher, transmitido pela Rede Globo, que na época já era a maior emissora de televisão do país.

Estas três temáticas - **feminismo e transformação social, ser mulher e ser feminista, a opressão individual é política** - são fundamentais para compreender qual foi o alcance do movimento pois embora os grupos feministas aqui analisados não tenham tido uma vida muito longa contribuíram para a formulação de uma nova cultura política. Através de ferramentas diversificadas que incluíam desde denúncias, manifestações públicas ou reflexões em reuniões de caráter quase privado, o movimento feminista contribuir para inserir a discussão sobre relações de gênero em diversas esferas da sociedade. Atualmente, suas pautas são debatidas em muitos espaços: no Estado, nas universidades, nos partidos políticos e em outros movimentos sociais de caráter não feminista e esta inserção da problemática feminina em segmentos tão diferentes da sociedade se deve em boa parte ao trabalho destes grupos e suas militantes.

Feminismo e a transformação social

No final dos anos 1970 e começo dos 80 Porto Alegre vivenciou o auge do movimento feminista. Diversos grupos atuavam no cenário político da cidade trazendo para a pauta de discussões a necessidade de incluir as mulheres em um projeto político de transformação social. Contudo, diferentes visões norteavam os grupos em questão quando se tratava de discutir qual era a proposta de transformação feminista. Em termos gerais, podemos dividir os grupos em duas facções. A primeira, defendia que as mudanças nas relações entre homens e mulheres precisava ser conquistada naquela sociedade e que portanto a tarefa essencial das feministas era lutar para modificar a existência cotidiana das mulheres. A segunda, acreditava que só seria possível uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres em uma sociedade socialista. Assim, a luta do feminismo caminhava paralelamente com outros segmentos da sociedade para transformar profundamente as relações sociais.

Esta segunda vertente estava representada em Porto Alegre pelo grupo Movimento de Mulheres pela Libertação, que se identificava como anti-capitalista pois, para elas, o surgimento da propriedade privada propiciou que os homens se apropriassem do excedente da produção e, ao mesmo tempo, estabelecessem a divisão sexual do trabalho. Esta divisão reduziu o papel da mulher à reprodução da vida e à execução do trabalho doméstico. As mulheres deixaram de exercer tarefas fundamentais para a manutenção do grupo e perderam a liberdade sexual. Desta forma, compartilhavam com o materialismo histórico a explicação de que a primeira forma de opressão de classes teria ocorrido com o antagonismo entre homem e mulher através da consolidação de uma divisão sexual do trabalho. O homem passou a exercer o poder sobre a família, garantindo direitos que passaram a ser considerados “naturais”: pôr fim ao casamento, ter relações extra-conjugais e concentrar a propriedade para fins de herança. O capitalismo, apesar de haver propiciado o ingresso feminino no mercado de trabalho, apenas aprofundou a desigualdade entre os sexos, pois as mulheres passaram a enfrentar uma dupla jornada laboral. Esta concepção

possuía desdobramentos na prática do MML, que conforme entrevista ao jornal Zero Hora, pretendia privilegiar o trabalho junto à mulheres operárias.¹²⁸

Estas duas vertentes possuíam diferenças tanto no discurso como na prática dos grupos. Em Porto Alegre, o grupo Costela de Adão, surgido em 1976, é um exemplo que pode ser identificado com a primeira vertente do feminismo definida anteriormente. Sua preocupação não era transformar o feminismo em um grande movimento de massas, nem tampouco centrar esforços para conquistar as mulheres de outros segmentos sociais para suas fileiras. A seguir, trechos de uma entrevista concedida a um jornal de Porto Alegre em 1980 pelas integrantes do Costela de Adão podem elucidar melhor os objetivos deste grupo:

Nosso enfoque de grupo é a discussão da problemática própria e achamos revolucionário discutirmos coisas da gente. A política carreirista é corrupta. Não somos contra as mulheres que aderem a partidos, mas os partidos não são o local apropriado para a discussão da problemática da mulher(...) Para nós a questão da mulher se fixa na opressão à sexualidade e isto tem reflexões econômicos e sociais.¹²⁹

O Costela de Adão caracterizava-se como um grupo de reflexão. Não possuía a preocupação em se tornar um grande movimento. Seu objetivo era reunir mulheres para debater sua opressão específica, realizar publicações de caráter mais teórico com espaço para relatos de experiências pessoais. Este misto de teoria feminista de um lado, e cotidiano feminino do outro era uma fórmula utilizada por muitos grupos feministas do país. Compreendiam que o movimento feminista precisava "voltar-se para as questões específicas das mulheres" e enfatizar "problemas que atingem diretamente à mulher."¹³⁰ Ao mesmo tempo, percebe-se no discurso do grupo uma forte crítica à política partidária, caracterizada como "corrupta". É interessante apontar que quando afirmavam que os partidos não eram o espaço próprio para discutir a questão da mulher, as feministas do Costela de Adão não diferenciam partidos de esquerda ou direita. Neste trecho é possível destacar a crítica feminista à totalidade das organizações partidárias, que eram consideradas

¹²⁸ Zero Hora, 16.03.1980

¹²⁹ Coojornal, entrevista para a coluna Idéias e Opiniões, Costela de Adão, um grupo feminista com nome de homem. Porto Alegre, 1980. Acervo Carmen da Silva.

¹³⁰ Idem

carreiristas, hierárquicas e burocratizadas. Ao mesmo tempo, vemos que a questão do **feminismo e a transformação social** está relacionada à discussão das problemáticas específicas das mulheres. Para este grupo, discutir "coisas da gente" era revolucionário. Acreditavam que ao promover debates sobre as diferentes formas de opressão contra as mulheres estariam contribuindo para transformar esta realidade.

Apesar de possuir um caráter intimista, tanto na sua forma de organização quanto na sua atuação, a preocupação com uma transformação geral da sociedade estava presente no discurso das feministas do Costela de Adão:

Todos os grupos oprimidos necessitam de espaço para que se processe uma transformação, o que não ocorre por decreto. A origem da opressão não está no capitalismo, embora tenha sido acirrada por ele. Acreditamos que todas as lutas precisam de espaço para a criação de uma sociedade aberta. São as escalas de valores que precisam ser revistas.¹³¹

Para o grupo, a idéia de transformação social estava relacionada a uma mudança de valores, que englobe desde as relações entre homens e mulheres até os meios de produção: "É preciso que se processe uma modificação radical da sociedade, o que envolve o homem, a mulher e os sistemas de produção, bem como os papéis de pai, mãe, patrão, criança, etc." O discurso elaborado pelo grupo remete à uma mudança social profunda que passa primeiramente pela revisão da escala de valores e dos papéis sociais. A esfera econômica era importante, contudo, para elas, não era determinante já que o capitalismo é identificado como uma das formas de opressão, mas a desigualdade entre homens e mulheres é anterior a este sistema. Desta forma, o Costela de Adão defendia que a transformação deveria começar primeiramente pelos indivíduos para que ocorresse uma efetiva transformação nas relações entre homens e mulheres. Portanto, a idéia de revolução e transformação aparecia diretamente relacionada à busca de um espaço no qual as mulheres pudessem se organizar para lutar pelas suas questões específicas.

Esta compreensão de feminismo refletiu-se na prática do grupo, que reunia-se uma vez por semana sempre na casa de uma das integrantes. Além de criar um espaço para discussões de cunho teórico, também eram reservados espaços para debater os problemas

¹³¹ Jornal Correio do Povo, 17.08.1980.

cotidianos das mulheres. Estes debates alimentavam a publicação *Escritos sobre feminismo*. O exemplar nº 1, publicado em outubro de 1980, traz um texto que discute o controle da natalidade, outro intitulado *"Sobre o individual, o político e a monogamia"*. Posteriormente, a publicação apresenta quatro depoimentos de mulheres que tratam de formas diferentes de violência: na rua, no bar, na praia, na lei. Através da forma como o caderno foi estruturado nota-se a preocupação do grupo em abordar de forma teórica temas muito polêmicos como aborto, vasectomia, uso de métodos anticoncepcionais. O texto sobre as concepções de família, defendia que monogamia e a heterossexualidade não eram as únicas formas válidas de relações afetivas e constituíam apenas uma configuração histórica. O objetivo do texto é a "desmistificação da monogamia". Assim, vemos que a publicação é uma mistura de teoria feminista com problemas cotidianos, o que retrata de forma fiel a preocupação do grupo em trabalhar com uma profunda mudança nos valores sociais.

O que as publicações feministas conseguem demonstrar é que não existia um consenso quanto a uma proposta de transformação social que contemplasse todo o movimento. Esta constatação é extensiva a todos os grupos do Brasil. Em 1979, a Associação de Mulheres¹³² elaborou um caderno de debates que contou com a colaboração de grupos do Rio de Janeiro e São Paulo. A Associação das Mulheres, por exemplo, chamava a atenção para a amplitude dos objetivos feministas já que estes colocavam em xeque o conjunto da sociedade:

(...) questionando tanto as relações entre os seres humanos na produção de sua vida material quanto as relações entre os sexos e, portanto, o amor, a afetividade e tudo o mais que constitui a "vida privada" dos indivíduos. (...) Por outro lado, nada conseguiremos isoladas em nosso movimento. Compreender que somos parte integrante de um movimento geral que visa a transformação da sociedade em todos os seus aspectos (incluindo aqui a transformação radical de todas as relações humanas baseadas na opressão, e portanto, de toda uma mentalidade baseada na existência da opressão) (...) Trata-se, com efeito, de mostrar que não existe uma "luta dos homens" à qual nós, mulheres, devemos dar nosso apoio, mas sim que existe uma luta geral da qual a luta das mulheres - organizadas num sólido movimento autônomo de massas - é parte fundamental.¹³³

¹³² Grupo organizado em São Paulo/capital

¹³³ Cadernos da Associação de Mulheres. O Movimento de Mulheres no Brasil, agosto de 1979.

Existiam algumas semelhanças entre o grupo Associação de Mulheres e o MML de Porto Alegre. Ambos possuem um discurso voltado para a necessidade de construir um movimento de mulheres amplo, de massas, no qual as feministas seriam o setor mais avançado. Os dois grupos defendem que a luta das mulheres é um dos aspectos necessários para uma mudança radical da sociedade. O slogan "sem feminismo não há socialismo" resumia bem a preocupação dos grupos em apontar que a luta de classes não era o único palco das transformações sociais.

Contudo, a defesa da presença feminista nas lutas gerais não era consensual. Como observamos a partir do grupo Costela de Adão, existiam propostas de um movimento mais reflexivo, voltado para as questões específicas das mulheres. Este era o caso também do Coletivo Feminista, grupo que surgiu em 1979 no Rio de Janeiro como uma dissidência do Centro da Mulher Brasileira. Para o Coletivo, os grupos feministas deveriam se preservar como espaços para a discussão da situação das mulheres:

Nós como mulheres devemos dar mais atenção aos nossos próprios problemas ao invés de permitir que sejamos absorvidas pelo papel tradicional de cuidar e dar apoio aos homens, sejam eles nosso pai, companheiros ou filhos. (...) É sobretudo como sexo oprimido que devemos estar presentes nas lutas gerais em outras organizações e entidades, sem deixar que nossos espaços e nossa especificidade sejam suprimidos pela importância das "lutas mais gerais".¹³⁴

Esta concepção de feminismo traduzia-se na proposta de organização do grupo. Seu objetivo, assim como o Costela de Adão e o Ação Mulher de Porto Alegre, era formar grupos de reflexão, também chamados de grupos de "auto-consciência". Para elas os grupos de auto-consciência eram um dos caminhos para uma verdadeira transformação social:

Como uma das formas de organização das mulheres que consideramos de fundamental importância para o nosso desenvolvimento destacamos os grupos que se convencionou chamar de "auto-consciência", através dos quais tornam-se viáveis as transformações mais profundas a nível emocional e ideológico.¹³⁵

¹³⁴ Idem

¹³⁵ Idem

Assim, percebe-se que todos os grupos apontavam para a necessidade de uma mudança social radical, que atingiria todas as esferas das relações humanas. Entretanto, o discurso dos grupos feministas evidenciaram a existência de matizes e caminhos diferenciados para chegar a estas transformações. De um lado, percebe-se uma ênfase na necessidade de mudanças estruturais na sociedade, o que passa pela organização de um amplo movimento de mulheres, que incluía as operárias, donas de casa, empregadas domésticas para lutar ao mesmo tempo pela emancipação geral da classe operária e das mulheres. Para estes grupos, a luta feminista é indissociável das lutas gerais. De outro, vemos que parte dos grupos focava suas expectativas em um projeto de transformação social que priorizasse os aspectos individuais e as vivências do cotidiano. De acordo com estes grupos, percebemos que uma nova sociedade só seria construída a partir da mudança individual, da tomada de consciência sobre a situação de opressão e do questionamento dos valores culturais.

Embora as palavras "transformação social" "mudança radical" apareçam repetidas vezes nos discursos dos grupos feministas, elas assumiram significados diferenciados, de acordo com os referenciais teóricos, políticos e práticos aplicados pelos segmentos do movimento. Este debate, que pode em um primeiro momento parecer apenas de cunho teórico, obteve grande repercussão na vida do feminismo no Brasil e no Rio Grande do Sul. No início dos anos de 1980, à medida em que os partidos políticos passaram a se reorganizar, ocorreu um acirramento entre aquelas militantes que defendiam a manutenção de grupos autônomos e aquelas que defendiam o ingresso nas organizações partidárias. Igualmente, existiam as favoráveis à manutenção das organizações autônomas, mas que defendiam a dupla militância. Tratava-se de manter as organizações feministas como um espaço próprio das mulheres para debater suas especificidades e ao mesmo tempo ingressar nos partidos para garantir que estes contemplassem em seus programas as demandas do movimento. Entretanto, para muitas mulheres, a existência desta dupla militância acabaria ferindo a autonomia do movimento, transformando as organizações feministas em extensões ou - como costumavam chamar no jargão militante - "braços" dos partidos.

No Rio Grande do Sul, as cisões entre os grupos feministas ficaram evidenciadas no ano de 1981, quando ocorreu o I Congresso da Mulher Gaúcha. Realizado na Assembléia Legislativa do Estado, contou com a presença de três mil mulheres. De acordo

com os jornais que realizaram a cobertura, o Congresso foi polarizado entre as militantes da Ação da Mulher Trabalhista (AMT) que é ligada ao PDT e as mulheres ligadas à corrente Hora do Povo, do PMDB, de um lado, e aquelas ligadas às organizações autônomas e do movimento popular, de outro. Estes últimos denunciavam que o I Congresso da Mulher Gaúcha havia se transformado em palco para os partidos políticos tendo, de um lado Pedro Simon e de outro Leonel Brizola. Os grupos Ação Mulher, Liberta, Germinal (de Santa Maria) e MML distribuíram uma nota às participantes do Congresso:

(...) embora o movimento de mulheres ainda seja recente em nosso Estado, e por isso mesmo ainda frágil, existem grupos trabalhando no sentido de organizarem as mulheres para debaterem e construírem o seu movimento. Advogamos pela participação das mulheres na luta dentro dos sindicatos, entidades de massa, e partidos políticos, sem que isso exclua sua organização em grupos autônomos, que são o canal de discussão e expressão da opressão específica da mulher. (...) um congresso de mulheres deve significar o fórum mais amplo de debate e deve ser sustentado por estruturas organizativas de mulheres, por grupos, associações e quaisquer organismos femininos que sejam instâncias de proposta de luta feminista"¹³⁶

Este discurso encontrou eco também em alguns setores partidários. A representante do Partido dos Trabalhadores, socióloga Enid Backes, declarou que o PT defendia a autonomia dos movimentos frente aos partidos políticos:

Defendemos, portanto, que um encontro de mulheres deve resguardar seu caráter específico e ser convocado e organizado pelo próprio movimento de mulheres. A prática das mulheres do PT não é eleitoreira, luta pela organização das bases onde a questão eleitoral não é o fim.¹³⁷

Apesar das divergências na concepção do Congresso, os trabalhos continuaram e as participantes se dividiram em grupos de trabalho: condições de vida, mulher e sociedade, mulher e trabalho, saúde e organização. De acordo com matéria divulgada no jornal Correio do Povo, este último grupo foi o mais disputado pois trataria da proposta conduzida pelas militantes da corrente Hora do Povo: criar a Federação Gaúcha das Mulheres. Tendo em vista as disputas que ocorriam no movimento, as feministas defensoras da autonomia eram

¹³⁶ Zero Hora, 09.08.1981.

¹³⁷ Zero Hora, 09.08.1981

contrárias à Federação, temendo que esta se transformasse em um espaço dominado pelos partidos, especialmente o PMDB. De acordo com a mesma matéria, o grupo de organização não conseguiu chegar a nenhuma conclusão, e houve enfrentamentos verbais entre as participantes:

A mesa, de súbito, interrompeu a discussão, não se sabe se pela intensa polarização no plenário a favor ou contra a federação ou se porque a mesa dirigente via suas propostas perderem força. Depois de desligarem o som dos microfones à disposição do plenário, as integrantes da mesa se juntaram a uma ala de mulheres, todas de mãos dadas, gritando: "Fora com as grã-finas", numa referência à mulheres que pretendiam que o congresso discutisse, fundamentalmente, suas questões específicas ao invés de polarizar em torno de questões políticas.¹³⁸

O relato jornalístico permite avaliar o grau de polarização colocado nesta disputa. Depois que a discussão do grupo sobre organização foi inviolabilizada, e sem haver chegado a nenhuma conclusão sobre a existência ou não da Federação, o plenário do Congresso recebeu um relatório do grupo que, curiosamente, era favorável à criação da federação. Apesar dos numerosos protestos, a proposta foi aprovada. Cabe ressaltar que em todos os congressos de mulheres realizados no mesmo período em outros estados do país, estas cenas se repetiram. A corrente peemedebista Hora do Povo defendeu a criação de Federações de Mulheres em todos os estados.¹³⁹

Tudo indica que neste I Congresso da Mulher Gaúcha existiu uma articulação política para solapar os interesses dos grupos feministas que se autodenominavam autônomos e aprovar a proposta de uma federação, que passaria a aglutinar as mulheres que atuavam em torno do Partido da Mobilização Democrática e do PDT. Uma cena, ocorrida no Congresso e relatada na matéria do Correio do Povo, confirma que provavelmente muitas mulheres presentes não estavam apropriadamente informadas sobre as funções de uma federação. Mesmo assim, votaram favoravelmente à proposta encampada pelas feministas da Hora do Povo e da Ação da Mulher Trabalhista:

¹³⁸ Correio do Povo, 09.08.1981

¹³⁹ Ver reportagens da Folha de São Paulo, de março de 1981, e do jornal Em Tempo, de 1982.

"O que é a federação?" A militante de um grupo autônomo de mulheres, Dina, ao fazer a pergunta a uma das mulheres de lenço maragato, obteve a resposta: "Não sei, estou aqui só para votar nela"¹⁴⁰

A querela evidenciada no I Congresso da Mulher Gaúcha deve ser compreendida dentro de um espectro bem mais amplo do que uma oposição entre partidárias e não partidárias. E a prova disso é que boa parte das militantes defensoras da autonomia integravam partidos políticos. O que estava em jogo era uma disputa pela afirmação de um projeto político feminista hegemônico. Apesar das divergências que percebemos nos grupos autônomos porto-alegrenses, estes preservavam em sua essência a questão fundamental da emancipação feminina, que muitas vezes era secundarizada dentro das organizações partidárias. Já, as militantes ligadas ao PMDB e ao PDT, entendiam como fundamental a participação feminina nas questões políticas gerais, acusando suas opositoras de "grã-finas" por pretender priorizar os temas específicos das mulheres. O Jornal Debate, cita uma matéria da Hora do Povo que pode esclarecer a posição desta facção a respeito da luta feminista:

(...) as mulheres ganharão consciência e não apenas da opressão que sofrem em comum com os homens, mas também daquela que decorre do seu sexo - através de sua experiência de luta, que não pode ser substituída por nada, que tem hoje o seu curso próprio e que hoje passa pelas bandeiras comuns aos homens e mulheres trabalhadoras.¹⁴¹

Desta forma, percebe-se que este segmento reconhece a libertação da mulher desde que esteja de acordo com as "bandeiras comuns aos homens e mulheres trabalhadoras". Portanto, era preciso aglutiná-las em torno das questões gerais, como a defesa da democracia, o pleno emprego, a moradia. Outros debates, como a questão da sexualidade, da discriminação e do aborto, não eram relevantes, eram considerados assunto das "grã-finas".

É preciso lembrar que no início dos anos de 1980, as mulheres formavam um segmento político importante na sociedade gaúcha, que era disputado por muitas facções

¹⁴⁰ Jornal Correio do Povo, 09.08.1981

¹⁴¹ Jornal Debate, 1981. Obs: o recorte que conseguimos não possui n° da edição e nem data, mas pelo conteúdo se trata de uma publicação realizada em março de 1981, posterior ao I Congresso da Mulher Gaúcha.

partidárias. Contudo, a militância dos grupos feministas autônomos talvez pudessem representar uma ameaça às tentativas de cooptação da massa feminina. Suas propostas, que apontavam para a necessidade da reformulação dos padrões de família, a legalização do aborto e a equidade de poder dentro das organizações políticas, não eram vistas com simpatia por parte das lideranças partidárias, que, na sua maioria, eram masculinas.

Estas divergências culminaram com a realização de dois encontros de mulheres paralelos no ano de 1982. Um, no Colégio Rosário, chamado por grupos de feministas como o Costela de Adão, Ação Mulher, MML e Liberta que pretendiam a manutenção da autonomia do movimento feminista e eram contrárias à Federação de Mulheres. De acordo com Jussara Prá, foi o encontro que reuniu o maior número de mulheres, em torno de quatrocentas, para debater questões como sexualidade, trabalho, violência, educação, política "defendendo a luta específica das mulheres".¹⁴²

O outro ocorreu na Assembléia Legislativa e contou com a participação de cerca de trezentas mulheres. Conforme matéria publicada no Jornal Zero Hora, um dos objetivos do encontro era dar continuidade à organização da Federação de Mulheres:

Um movimento que aqui no Estado ganhou força a partir do Congresso Estadual da Mulher Gaúcha, realizado em agosto do ano passado, com a criação da Comissão Pró-Federação das Mulheres Gaúchas, que contou com o apoio das 4 mil mulheres, do Interior e da Capital, presentes no encontro. No Congresso, a convicção das mulheres gaúchas de que não poderiam mais ficar paradas: "Como parte expressiva do povo brasileiro, nos propusemos a lutar contra a situação de desemprego, carestia, baixos salários e a falta de moradia e péssimas condições de saúde em que vive o nosso povo, particularmente a mulher e a criança" dizia o relatório final.¹⁴³

Curiosamente, sete meses após a realização de duas matérias que pormenorizavam as polêmicas que cercaram a realização do I Congresso da Mulher Gaúcha, a reportagem, produzida em março de 1982 pelo Jornal Zero Hora, apresentou a criação da Federação das Mulheres Gaúchas como um consenso das quatro mil presentes.¹⁴⁴

¹⁴² PRÁ, Jussara. BRITO, Maria Noemi. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987. Nº 14, Dezembro de 1988, p. 17.

¹⁴³ Zero Hora, 08.03.1982.

¹⁴⁴ Detalhe: em todas as matérias tanto publicadas pelo Jornal Zero Hora quanto pelo Correio do Povo é relatada a presença de três mil mulheres no referido Congresso.

A retomada destes episódios de disputas acirradas, bem como a observação dos discursos e práticas dos diferentes grupos surgidos em Porto Alegre a partir de 1975, permite concluir que, diferente de outros movimentos sociais, o movimento feminista não conseguiu estabelecer um projeto político homogêneo. De um lado, haviam os grupos que centravam seu discurso contrário ao capitalismo e identificavam neste sistema a maior forma de opressão contra as mulheres. Em decorrência, entendiam que era fundamental desenvolver ações junto às operárias, pois estas eram as mais discriminadas. De outro, existiam aqueles grupos que compreendiam a discriminação contra a mulher como uma construção cultural. Por isso mesmo, sem menosprezar os fatores econômicos, defendiam que somente a partir da reflexão e da conscientização de todas as mulheres poderia se chegar à uma nova sociedade.

Além das divergências entre as práticas militantes, existiam os problemas decorrentes do contexto político vivenciado pelo país. Como já foi observado, a necessidade de aglutinar todos os setores da sociedade em torno da luta pela democracia por vezes dificultou a organização das mulheres em torno do movimento feminista. Mesmo setores que poderiam ser considerados progressistas afastavam-se do feminismo por considerá-lo um movimento que poderia enfraquecer as lutas gerais. Entretanto, o que percebe-se através da análise das fontes é justamente o contrário. O movimento feminista foi um dos primeiros a ressurgir no país após o encrudescimento da ditadura militar pós 1968. E seu caráter contestador vai de encontro a qualquer regime autoritário. Porque então o feminismo era tão ameaçador a estes grupos políticos? Mais uma vez, a afirmação já feita no capítulo anterior pode conter a resposta: a conjuntura vivida pelo país foi utilizada, por muitos segmentos da sociedade como uma desculpa para mascarar um preconceito contra o feminismo. Nesse sentido, somadas as dificuldades externas às fragmentações internas do próprio movimento, é possível compreender as inúmeras dificuldades de organização e de existência que estavam colocadas para os grupos feministas de todo o país e, especificamente, aqueles que tentaram sobreviver em Porto Alegre.

Ser ou não ser feminista

Uma das questões que diferenciava os grupos feministas nos seus discursos e práticas militantes era a relação que estabeleciam com mulheres que não participavam do movimento. Nos anos de 1970 e 1980, os debates feministas estavam proliferando em todo o país. Todavia, um número significativo de mulheres integravam espaços de atuação social que não possuíam um caráter feminista. Elas estavam presentes nas associações comunitárias, associações de empregadas domésticas, sindicatos, clube de mães, entre outros. O que diferenciava estas mulheres das mulheres feministas? Porque muitas tinham resistência a identificar-se como feministas?

Ao observar o discurso do movimento feminista, nota-se que apesar de não conseguir identificar um projeto político homogêneo, as suas militantes conseguiram construir um discurso sobre o significado de "ser mulher" que as identificava como feministas. No editorial de uma das edições do *Jornal Liberta*, estava escrito, com letras destacadas a seguinte frase: "Ser feminista é se assumir mulher".¹⁴⁵

Estas poucas palavras podem fornecer muitas informações sobre a relação destas mulheres com o feminismo. Compreendiam que ser feminista passava por identificar-se como mulheres, mas o que era uma mulher? Provavelmente não se referiam aqui ao aspecto biológico, ao fato de ser a fêmea da espécie humana. Creio que buscavam identificar-se como mulheres a partir de uma opressão que lhes era comum. Assim, a construção de uma consciência feminista passava, segundo elas, por assumir-se como mulheres frente a uma sociedade discriminatória e machista. Por outro lado, esta frase pode, também, ser o símbolo de uma luta política. Assumir-se como mulher significava também que a luta do feminismo era tão ou mais importante e revolucionária do que outras bandeiras. Portanto, era como mulheres feministas que elas estavam inseridas no contexto político do país e não como militantes de partidos, sindicatos ou outras organizações muitas vezes distantes de reconhecer a relevância do movimento feminista. Igualmente, a frase utilizada pelo grupo *Liberta* em seu jornal poderia denotar uma diferenciação entre as feministas e as demais mulheres, que não possuíam, de acordo com o movimento, uma consciência de sua opressão.

Desta forma, a frase construída pelo grupo pode remeter a diversas compreensões que passam, ao que tudo indica, pela questão de assumir uma consciência das

¹⁴⁵ *Jornal Liberta*, n° 5, fevereiro de 1982.

discriminações sofridas enquanto mulheres (e a partir disso identificar-se com o feminismo), diferenciar as feministas das demais mulheres (que não possuíam esta consciência de sua opressão) e afirmar a primazia da luta pela libertação e emancipação feminina na sociedade.

Em um artigo do Grupo Nós Mulheres, de São Paulo, havia uma frase muito parecida com a do grupo Liberta: "Somos feministas porque somos mulheres". Novamente aqui encontra-se a questão de que a identificação com o feminismo passava por tomar consciência da opressão específica que sofriam enquanto mulheres:

Somos feministas porque somos mulheres. Não falamos em nome de... Não somos delegadas, nem redentoras. Somos oprimidas. Se é fundamental a perspectiva de unidade para dar força ao movimento de mulheres, isso não pode impedir que cada mulher fale por si, porque cada uma vive à sua maneira a condição de sexo oprimido.¹⁴⁶

A partir destes discursos, podemos observar que identificar-se como feminista passava por perceber a opressão que atinge as mulheres em função do sexo. Significa portanto constatar que havia um elo comum entre todas as mulheres que é justamente sua condição de "sexo oprimido" e ao mesmo tempo reconhecer que cada uma vivencia esta opressão de forma diferente. De fato, embora o feminismo estivesse preocupado com todas as formas de discriminações contra a mulher, nem sempre suas pautas eram ouvidas e absorvidas pelo conjunto da população feminina. A composição deste movimento era caracterizado pela presença de mulheres de classe média, urbanas, muitas delas profissionais ou estudantes de nível universitário. Ao examinar os discursos dos grupos feministas, é notória a preocupação em conquistar mulheres de outros segmentos sociais:

É preciso porém, redobramos as nossas forças. Fazer com que o feminismo entre pelos buracos das fechaduras e fale às donas-de-casa, empregadas domésticas, tão visceralmente ligadas ao tanque e ao fogão e aos estreitos limites de sua casa que ainda não se deram conta de que as mulheres também devem ajudar a transformar esse mundo. É preciso, ainda, que as mulheres trabalhadoras, as operárias, saibam que o feminismo conta a sua história, essas

¹⁴⁶ Folha de São Paulo, 08.03.1981

mulheres que quando chegam em casa, após a jornada de trabalho, continuam sendo operárias, só que de seus maridos.¹⁴⁷

A tentativa de conciliar os conceitos de gênero e classe social parece ser o caminho mais adequado para compreender a constituição do discurso feminista. Acredita-se que o movimento construiu um discurso próprio, que o diferencia de outros movimentos sociais, inclusive outros movimentos de mulheres (camponesas, sindicalistas, etc.). A análise do discurso feminista pretende responder duas questões essenciais: como o discurso foi permeado pelas relações de gênero e classe social vividas pelas militantes feministas e como o discurso contribuiu para a formação de uma identidade própria do movimento.

Ao mesmo tempo, focar as relações de classe que perpassaram os grupos feministas pode contribuir para a compreensão dos limites de sua atuação. Se o feminismo representou a luta pela emancipação de todas as mulheres, porque ele não se transformou em um movimento de massa? Porque em sua gênese o movimento não conseguiu incorporar mulheres de diversas classes sociais?

A partir do editorial acima citado podem ser feitas algumas considerações. Primeiramente, a forma como o discurso era construído leva a pensar que não existia uma identificação direta das feministas com a realidade das operárias ou donas de casa, já que se referiam a elas na terceira pessoa. Para o grupo Germinal, o feminismo precisava conquistar "essas mulheres" que não possuíam consciência da sua opressão por estarem demais ligadas ao tanque e ao fogão. É interessante notar que a figura da dona-de-casa era para as feministas a representação máxima da opressão, infelicidade e fracasso.

Diversas charges utilizadas nos materiais feministas representam o fracasso da vida no lar, ou a dona-de-casa como sendo a responsável por carregar o mundo nas costas (ver anexos). Destacamos aqui apenas dois exemplos de histórias da personagem Mafalda. No primeiro, apresentado nos Escritos sobre feminismo n° 1, do Grupo Costela de Adão, Mafalda aparece atônita, observando a sua mãe em diversos afazeres domésticos, lavando roupa, limpando o chão. Ao final, a menina, com ares de preocupação, pergunta: "Mamãe, a capacidade para triunfar ou fracassar na vida é hereditária?" No segundo exemplo, em uma charge utilizada pelo grupo Germinal, Mafalda diz: "Vejo muitas revistas de

¹⁴⁷ Jornal do Grupo Feminista Germinal, setembro de 1982, Santa Maria/RS

fotonovelas, e vejo bailes em um clube de bairro e depois um casamento... e depois vejo limpar e limpar a casa até ser uma velhinha. E pensar que isso é tudo o que vêm as mulheres que olham a vida através de um bob!"

As charges utilizadas possuíam uma linguagem simples e acessível. Este recurso de linguagem pode ser identificado como uma tentativa dos grupos feministas de tentar fazer chegar o seu discurso até o grande público, até aquelas mulheres que não integravam as fileiras do movimento, até as próprias donas-de-casa. Entretanto, estas tentativas encontravam resistências. Primeiro, pela forma um tanto depreciativa como estas mensagens veiculavam a imagem das donas de casa. Segundo, porque a imagem socialmente construída acerca das feministas as identificavam como mulheres "mal amadas" "históricas" e contrárias aos homens. Aliando estes dois fatores, percebe-se que o discurso feminista podia ser facilmente manipulado por seus opositores e compreendido como a expressão de um pequeno grupo de mulheres revoltadas contra os homens. Nesse sentido, é possível imaginar que existisse muita resistência, mesmo por parte de mulheres que participavam de algum tipo de movimento social, em identificar-se como feministas. Esta dificuldade estava expressa no artigo produzido por Eva Blay onde relatava o 1º Congresso da Mulher Paulista, ocorrido em 1979:

Nesse primeiro Congresso, chegou-se à conclusão de que creches, profissionalização e igualdade salarial eram bandeiras que deveriam ser erguidas pelo movimento de mulheres que, ainda não ousava identificar-se plenamente com o feminismo - termo que provoca até hoje reações jocosas entre certos machistas inveterados.¹⁴⁸

Se mesmo para mulheres atuantes nos movimentos sociais, o termo feminismo soava amedrontador, imagine-se como ele era recebido por donas de casa e trabalhadoras que estavam longe de participar de organizações políticas. Ao mesmo tempo, a aproximação das mulheres das camadas populares com o feminismo ocorreu na medida em que este movimento foi capaz de discutir pautas de interesse mútuo. A questão das creches, por exemplo, foi um tema que aglutinou as mulheres dos segmentos populares, bem como o debate em torno da igualdade salarial chamou a atenção das operárias e sindicalistas.

¹⁴⁸ Folha de São Paulo, 01.03.1981

A preocupação com a inclusão de outros segmentos de mulheres na discussão feminista era uma constante em diferentes grupos. Em Porto Alegre, fazia parte da linha de atuação do MML, cujo objetivo mais amplo era:

(...) levar o maior número de mulheres a discutir as raízes específicas de sua opressão e as questões gerais da sociedade que reforçam esse tipo de opressão. (...) Reivindica também os direitos específicos da mulher trabalhadora, quando gestante e os direitos de promoção. As feministas colocam ainda em sua bandeira de luta a criação de creches em locais de trabalho e/ou moradia e o cumprimento dos direitos da mulher garantidos pela CLT. ¹⁴⁹

O MML reconhecia que a exploração pelo trabalho é apenas uma das facetas da opressão feminina, que também ocorre "pela raça, e principalmente, por ser mulher". Cabe ressaltar que há poucas referências à questão racial nos discursos feministas deste período, problema que não será analisado neste trabalho mas que certamente poderia abrir um leque interessante de investigação sobre o feminismo e as relações raciais e étnicas nas décadas de 1970-80. Ao reconhecer que existia uma opressão comum à todas as mulheres, verificava-se novamente que ser feminista passava primordialmente pelo reconhecimento de que, apesar de todas as diferenças, existia uma opressão comum a todas as mulheres. Todavia, alguns grupos feministas eram mais sensíveis às diferentes facetas que as discriminações de gênero assumiam para mulheres de segmentos ou classes sociais diferenciadas. Para estes grupos, do qual o MML é um exemplo, o movimento feminista deveria constituir uma espécie de vanguarda, ou seja, o setor mais avançado que encabeçaria a luta pela emancipação de todas as mulheres, feministas ou não. Esta preocupação com as mulheres das camadas populares ficou clara no depoimento de uma liderança do MML quando analisava como a opressão sexual atinge a população feminina de diferentes classes sociais:

A mulher de classe média que fica em casa também está sendo discriminada, por estar cumprindo um papel pré-determinado pela sociedade. Sem dúvida, a inexistência de uma infra-estrutura com creches gratuitas e em número suficiente, onde os pais possam opinar quanto à educação dada às crianças, restaurantes coletivos que facilitem o trabalho no lar e amparem seus filhos, dificulta a realização profissional da mulher. ¹⁵⁰

¹⁴⁹ Correio do Povo, 17.08.1980

¹⁵⁰ Idem, entrevista de Elena Cáceres Cano

E de acordo com o grupo, as próprias mulheres muitas vezes são opressoras de suas semelhantes: "Mesmo quando trabalha fora, a mulher oprime a outra mulher, que é chamada a lhe substituir no trabalho doméstico."¹⁵¹ Através desta declaração, percebe-se que para o MML, as mulheres não eram todas oprimidas da mesma forma, e mais, existiam aquelas que também existiam relações de poder entre as próprias mulheres que passavam pelas diferenças de classe social.

Apesar das tentativas de aproximação entre as feministas e as mulheres de outros segmentos, era notável o sentimento de estranhamento mútuo. Como percebemos nos discursos, as feministas sempre se referiam "às outras", "às da periferia", "às trabalhadoras", "às domésticas". O pronome "nós", aparece sempre seguido das palavras "mulheres" ou "feministas". Portanto, o "nós" nunca inclui as demais mulheres, não feministas. O estranhamento também ocorria com "as outras" em relação às feministas:

Nesse ambiente, as mulheres da periferia não demoraram a perceber que estavam se expondo como massa de manobra. Reagiram afirmando a sua identidade contra as "loirinhas" da "Hora do Povo" e respondendo às suas palavras de ordem com um coro de "periferia, periferia". Não aguentaram as 12 horas de briga em que se transformou o encontro e foram abandonando o plenário. Ao final, quando só restavam pessoas ligadas a movimentos de bairro ou a partidos, as furiosas "loirinhas" que se proclamavam "defensoras do povo" foram acompanhadas até a rua pelas moradoras da região que gritavam "cocotas, cocotas". Em tais circunstâncias, não se pode querer que as mulheres da periferia estabeleçam sutilezas como as de perceber que as mulheres que elas expulsaram não eram as feministas, e que estas, embora também sejam na maioria de classe média, ainda conservam o respeito pelos outros e não se julgam donas da verdade.¹⁵²

Além da diferença de classe que existia entre as feministas e as mulheres de outros segmentos, o discurso das primeiras muitas vezes soava distante à realidade da (tomando emprestado o termo) periferia. Falar, por exemplo, que a monogamia é uma construção histórica, que é possível viver relações fora do casamento convencional, que este é uma

¹⁵¹ Idem

¹⁵² Artigo de Teresa Caldeira, "O alto preço da ingenuidade política". Folha de São Paulo, 01.03.1981.

prisão para manter as mulheres como uma propriedade do marido, não fazia sentido para a grande massa de mulheres.

Ao mesmo tempo, nem todos os grupos feministas voltavam seus olhares para a problemática dos segmentos populares. Em Porto Alegre, o grupo Costela de Adão (CA) declarava que cabia a cada grupo de mulheres se organizar para lutar pelas suas questões específicas. Vejamos a entrevista a seguir, concedida ao Coojornal (CJ) no ano de 1981:

CJ - Vocês lutam pela empregada doméstica, por exemplo?

CA - Somos solidárias com as domésticas enquanto mulheres, mas não cabe ao feminismo lutar por elas. As domésticas é que têm que lutar por condições melhores.

CJ - Como a mulher operária pode participar desta discussão?

CA - No ano passado, no Dia Internacional da Mulher, houve um ato público conjunto dos grupos feministas, com a presença de mulheres de vilas. Só que estas não agüentaram as palestras, não entenderam o que se estava falando. Para nós, a questão da mulher se fixa na opressão à sexualidade e isto tem reflexos econômicos e sociais. Entendemos que as mulheres, no caso das proletárias, devem tornar consciência de sua situação, mas nos preocupamos com outro aspecto da vida da mulher.¹⁵³

Mais uma vez, fica evidente que não existia uma identificação automática entre mulheres feministas e as de outros segmentos populares. Embora existisse o reconhecimento de que todas sofriam um mesmo tipo de opressão, a forma como esta era vivenciada muitas vezes criava um distanciamento de interesses. Mesmo que muitos grupos feministas tivessem no centro de suas preocupações a situação das mulheres proletárias, percebemos que seu objetivo era contribuir para a tomada de consciência e o esclarecimento da sua condição de exploradas. Assim, os grupos feministas estabeleciam uma relação de vanguarda com as demais mulheres, que não eram consideradas feministas por não possuírem uma consciência da opressão sexual. E foi justamente esta consciência de sua opressão que permitiu a formação das feministas enquanto um sujeito coletivo. Mulheres que a partir de sua experiência como militantes, profissionais, intelectuais, tiveram acesso a um nível de educação e ao mercado de trabalho, possibilitando a formulação de uma consciência a respeito de como sua condição de gênero delimitava sua vida social. Já em 1949, Simone de Beauvoir apontava para a necessidade de que as

¹⁵³ Coojornal, 1980 artigo “Costela de Adão, um grupo feminista com nome de homem”.

mulheres se reconhecessem enquanto sexo oprimido para sair da abstração e transformar-se em um sujeito social:

Os proletários dizem “nós”. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em “outros” os burgueses, os brancos. As mulheres – salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas – não dizem “nós”. Os homens dizem “as mulheres” e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito.¹⁵⁴ (BEAUVOIR, p. 13)

Essa identidade como um sujeito coletivo feminista não ocorreu apenas a partir da percepção de ser o sexo oprimido, mas de como esta vivência se estabelecia a partir da experiência de classe. De acordo com Thompson, a classe social surge como experiência a partir das relações do indivíduo com os meios de produção em que nasce ou é inserido no decorrer de sua vida. Mas, conforme o autor, a consciência de classe é essencial para sua formação. E esta consciência só passa a existir quando um grupo de indivíduos estabelece uma identidade de interesses que são contrários (ou antagônicos) aos de outro grupo. A formulação de Thompson sobre o conceito de classe permite ultrapassar uma relação mecânica do sujeito com os meios de produção. Através deste conceito, é possível compreender como a cultura, a política, a religião, as relações de gênero incidem na construção da identidade de classe.¹⁵⁵

No caso do feminismo é possível compreender como as relações de gênero e classe incidiram na construção deste sujeito coletivo, e compreender como estes fatores influenciaram no discurso do movimento. Uma visão ampla do conceito de classe pode contribuir para a aproximação com o conceito de gênero. Conforme Sônia Laranjeira, em alguns casos os chamados novos movimentos sociais possuem nitidamente uma extração de classe:

Com relação a mulheres e jovens, por exemplo, seria grave equívoco ignorar as marcantes diferenças político-ideológicas que caracterizam tais segmentos em

¹⁵⁴ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Vol 1. p. 13

¹⁵⁵ THOMPSON, Edward. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

razão de sua origem social. Essas diferenças se tornam evidentes ao observarmos a natureza e o conteúdo das lutas das mulheres camponesas, que pouco ou nada têm a ver com a natureza e o conteúdo das lutas de mulheres dos movimentos urbanos (em geral de classe média). No caso das mulheres burguesas, a preocupação com a ação organizada em função da luta por conquistas sociais praticamente inexistente.¹⁵⁶

De acordo com Clara Araújo, o conceito de gênero precisa ser incorporado como uma categoria de análise transversal. Para uma compreensão mais ampla dos conflitos sociais seria preciso pensar na relação entre a dimensão simbólica e subjetiva do poder em conjunto com as relações sociais de produção e reprodução estruturadas na sociedade. Para a autora, as relações de gênero tendem a se manifestar de forma diferenciada sobre mulheres e homens de diferentes classe sociais. Ela afirma:

Mesmo que os conflitos de classe sejam as “molas” dos processos de mudanças econômicas e políticas mais gerais, as relações de gênero não constituiriam uma relação “seguinte” numa escala de relações sociais que pudessem ser sequencialmente transformadas. Elas são constitutivas e integrantes das relações sociais e foram, ao longo da história da humanidade, se estruturando com certas características próprias. (...)Se não resta dúvida de que os embates de classe se apresentam de forma mais direta e delineada, não há, por outro lado, como estabelecer uma hierarquia de prioridades entre classe e gênero. Há que se pensar em termos de duas dimensões distintas mas inter-relacionadas¹⁵⁷

É possível inferir que a composição social do movimento feminista, marcadamente urbano, com um predomínio de mulheres da classe média, profissionais e intelectuais foi primordial para o estabelecimento de um discurso capaz de contrapor-se às concepções misógenas predominantes em nossa sociedade. Esta composição social não ocorrera ao acaso. Foi o acesso destas mulheres a espaços predominantemente masculinos: o mercado de trabalho, as universidades e organizações políticas, que contribuiu, junto com o alcance de um nível mais elevado de instrução, para uma tomada de consciência sobre sua condição de sexo oprimido. Ou seja, as relações de classe e gênero vivenciadas por estas mulheres

¹⁵⁶ LARANJEIRA, Sônia. **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990, P. 28 .

¹⁵⁷ ARAÚJO, Clara. Marxismo e feminismo: tensões e encontros de utopias atuais. Revista Presença da Mulher, ano XIII, n° 37, dezembro de 2000, p. 11

possibilitaram sua identificação com o feminismo. O mesmo não ocorreu com mulheres de outros segmentos sociais, que possuíam concretamente outro tipo de demandas (falta de moradia, de emprego, de creches, de escola). Assim, o discurso feminista lhes soava abstrato frente aos seus problemas cotidianos. Em que pese o esforço de muitos grupos em atrair mulheres de outros segmentos, é preciso constatar que as feministas assumiram uma postura de vanguarda, pretendendo levar a consciência, a informação e o esclarecimento ao restante da população feminina.

A opressão individual é política

O movimento feminista porto-alegrense, dos anos de 1970 e 1980 elaborou uma crítica às relações cotidianas que designavam papéis diferenciados para homens e mulheres. A questão fundamental foi demonstrar que a discriminação contra a mulher não ocorria apenas no nível das estruturas econômicas, mas também era fruto das relações socialmente construídas entre os indivíduos. Assim, o grupo feminista de Porto Alegre Costela de Adão defendia a necessidade de inserir as questões específicas das mulheres e suas vivências individuais no plano da política. Temas como sexualidade, prazer, violência doméstica, casamentos também eram fundamentais para a ação política feminista. Segundo elas, não era correto colocar estes assuntos como problemas individuais pois eles também eram decorrentes de uma construção social:

É necessário acabar com essa dicotomia entre o individual e o político, recuperar a legitimidade da busca pelo prazer, inclusive nas ações políticas; do contrário, elas perdem o sentido humano e se transformam em simples prática alienada.¹⁵⁸

Não era suficiente lutar por salários iguais e por mais espaço político para promover uma igualdade entre os sexos. Era preciso questionar as relações interpessoais, os comportamentos culturalmente enraizados que limitavam as possibilidades de ascensão das mulheres. Aqui encontra-se, a principal diferenciação entre o movimento feminista que surgiu a partir da década de 1970 e as diversas manifestações feministas que ocorreram no

¹⁵⁸ Escritos Sobre Feminismo, n° 1, 1980.

Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Estes primeiros movimentos possuíam um caráter reivindicatório mais pontual, em questões como o direito ao voto, à educação, à igualdade com os homens no mundo do trabalho. Entretanto, com raras exceções, não discutiram a questão da mulher a partir das múltiplas formas de opressão que estas sofriam no seu cotidiano. Desta forma, suas bandeiras se esgotavam na reivindicação pela conquista de alguns direitos civis que lhes eram negados. Já, o movimento feminista surgido a partir dos anos de 1970, afirmava que uma transformação social nas relações sociais só ocorreria se fossem revistas todas as formas de opressão contra as mulheres. Ao afirmar que a opressão individual era política, as feministas estavam defendendo que não existia uma escala na qual a luta de classes fosse preponderante à luta das mulheres, porque esta última também era dotada de um caráter revolucionário, como verifica-se a partir de um texto elaborado pelo grupo feminista Nós Mulheres, de São Paulo, em 1979:

A luta pela libertação da mulher, para nós, implica numa estratégia que articule todos os níveis de sua opressão, na medida em que as relações de poder e domínio na sociedade capitalista penetram em todos os níveis da existência do homem e da mulher, desde sua relação mais íntima até as atividades públicas, hábitos e obrigações comuns a todos. O feminismo vem questionar as formas de violência que se reproduzem cotidianamente e sempre foram consideradas "naturais" ou "valores sociais inabaláveis"; amplia o conceito de política. Trata-se de assunto que faz parte da nossa vida; não há instância alguma de nossa existência que dela escape. Em outras palavras, o feminismo trouxe a política para dentro de casa, para o questionamento da relações interpessoais. (...) É por isso que buscamos uma transformação que começa também por mexer com a prática individual de cada uma. Entretanto, isso implica não apenas direitos iguais - como trabalhadora ou cidadã - mas uma nova qualidade de vida, por que não dizer, uma verdadeira revolução cultural(...).¹⁵⁹

Colocar em xeque as relações instituídas pela sociedade - como o casamento monogâmico - era parte integrante do discurso feminista. Como exemplo, o grupo Costela de Adão foi autor de um texto que fazia uma dura crítica à monogamia:

¹⁵⁹ Caderno da Associação de Mulheres, n° 3, 1979, p. 65-68.

Esse assunto parece prestar-se bem a um exame do grau de penetração da ideologia dominante na estrutura psíquica dos indivíduos, pois é tido amplamente como forma normal e natural de relacionamento afetivo. À medida em que pudermos ver que não é bem assim, estaremos nos aproximando de algo como a "desmistificação da monogamia". (...) Essa é uma forma ideológica de manter a repressão sobre os indivíduos, impedindo-os de expressar livremente sua afetividade em todos os níveis e aspectos. Até agora não se provou convincentemente que a exclusividade na relação homem/mulher seja uma característica natural. Mas sim, pelo contrário, outras formações sociais historicamente anteriores apontaram formas completamente distintas de comportamento, como a poligamia e a poliandria. Isso demonstra que a natureza humana não é tão imutável assim, mas pelo contrário ela é uma manifestação histórica. (...) Somos, pois, educados para aceitar (e procurar) um relacionamento afetivo exclusivista, como se o casal fosse uma entidade afetivamente completa, e por isso poderia separar-se do resto do mundo. Acredita-se tão seriamente numa complementaridade total entre duas pessoas, que o mito da "alma gêmea" passa a ser uma coisa na qual todo mundo (consciente o inconscientemente) acredita e sai a procurar a sua.¹⁶⁰

O título do texto - *Sobre o individual, o político e a monogamia* - remete à discussão da necessidade do feminismo em afirmar o caráter político das relações entre homens e mulheres. Ao falar do casamento monogâmico, o Costela de Adão o denuncia como parte de uma ideologia repressora que condiciona os seres humanos a limitar sua vida afetiva a apenas uma pessoa. É preciso destacar o caráter revolucionário deste tipo de escrito, publicado no começo dos anos de 1980. Com exceção de pequenos grupos de intelectuais, para a maioria da sociedade o casamento monogâmico ainda representava - e de certo modo representa até os dias atuais - a única forma de relacionamento aceita. Este tipo de debate, em torno do casamento, da monogamia, e de formas alternativas de afetividade e a sexualidade eram fundamentais para afirmar que a **opressão individual** vivenciada pelas mulheres era parte de uma construção histórica e **política**. Tratava-se assim de desnaturalizar as relações entre homens e mulheres, mostrando que:

A manutenção da sociedade nos moldes atuais fundamenta-se não apenas nas relações econômicas entre classes com interesses antagônicos, mas também na dominação cultural ideológica. Quanto mais esse tipo de dominação tiver sido

¹⁶⁰ Texto "Sobre o individual, o político e a monogamia". Escritos Sobre Feminismo, nº 1. Grupo Costela de Adão, 1980.

interiorizada pelos indivíduos, mais eficiente será, uma vez que o caráter de comportamento imposto assumirá a aparência de comportamento natural, ou mesmo instintivo.¹⁶¹

Provavelmente, em decorrência desta crítica à monogamia e ao casamento como formas de imposição e repressão, outros dois temas eram colocados de forma central no discurso do movimento: a violência sexista e a liberdade sobre o próprio corpo.

A temática da violência é abordada sobre diferentes prismas, atentando tanto para o combate às formas explícitas (espancamentos, estupros) quanto para as formas simbólicas. A violência simbólica contra a mulher pode ser compreendida como toda a ação ou discurso que visa limitar sua liberdade e a conservar os papéis sociais destinados a homens e mulheres. De acordo com Chartier:

Definir a dominação imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica e culturalmente construída, é afirmada como uma diferença de natureza, irreduzível, universal. O essencial não é, portanto, opor termo a termo uma definição biológica e uma definição histórica da oposição masculino/feminino, mas, antes, identificar os discursos que enunciam e representam como ‘natural’ (portanto, biológica) a divisão social (portanto, histórica) dos papéis e das funções.¹⁶²

De acordo com Bourdieu a violência simbólica estabelece-se a partir de um constrangimento através do corpo. A dominação masculina ocorre através de práticas e discursos. Os discursos podem ser percebidos em ditados, provérbios, enigmas, cantos, poemas, representações gráficas; as práticas de violência simbólica ocorrem a partir das estruturas do espaço, organização do tempo, técnicas e rituais, técnicas do corpo (posturas, maneiras, porte).¹⁶³

Aqui, neste trabalho, o interesse central é observar quais as condições de resistência dos grupos feministas a esta chamada dominação masculina que ocorria através da dominação simbólica. Parto do princípio de que toda relação de dominação social gera,

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento, In: **Á beira da falésia. A história entre certezas e inquietude**, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.p 96-97

¹⁶³ BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. In: **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n° 2. Gênero e Educação, Julho/Dezembro, 1995.p. 137

conseqüentemente, resistências. Estas, entretanto, nem sempre aparecem de forma explícita. Muitas vezes ocorrem de forma velada, individual, não organizada. E nem todo ato de resistência, conduz, automaticamente, a uma superação da dominação.

Verificou-se, anteriormente, que muitos grupos feministas se constituíram como espaços para discussão dos problemas cotidianos. Assim, os relatos de diferentes formas de violência sofridas pelas mulheres constituía uma prática militante recorrente entre os grupos feministas. As reuniões dos grupos eram os espaços para fazer estes relatos que muitas vezes se transformavam em denúncias, apresentadas nas publicações feministas. Em Porto Alegre, uma das publicações do Costela de Adão trazia vários depoimentos que podem ilustrar as problemáticas debatidas nos grupos. Um dos relatos foi feito por uma integrante do grupo - identificada como Jane - que encontrava-se na Praça XV quando uma criança, acompanhada pela mãe e outro irmão, caiu na calçada e começou a chorar. Na seqüência, um homem que passava começou uma discussão com a militante feminista:

H - Isso é que dá mulher não cuidar dos filhos! Fica aí olhando pras vitrines, pros homens, e as crianças que se danem.

J - Não me contive. O homem caminhava do meu lado e não falava, esbravejava. Comentei delicadamente:

O senhor não sabe que criança cai à toa?

H- Mulher minha não sai de casa. Fica lá quietinha cuidando bem da casa, com os filhos bem cuidadinhos!

J - Continuei não me contendo:

O senhor tem certeza?

Pra quê! Recebi uma risada sarcástica e mais discurso esbravejado. Ele não estava sozinho e logo o outro que o acompanhava gesticulava junto, dizendo:

H - Mulher tem é que ficar em casa, lavar roupa, trabalhar pro homem dela.

J - A essas alturas, toda a rua me olhando e eles gritando. Saí murmurando respostas e me sentindo ridícula.¹⁶⁴

O episódio relatado demonstra como o simples fato de uma criança cair na rua acaba sendo utilizado para culpabilizar a mãe. Além disso, os comentários dos transeuntes do sexo masculino evocavam a concepção de que o lugar das mulheres não é nas ruas, é dentro das casas, cuidando dos interesses familiares. Verifica-se portanto uma forma de violência, através do constrangimento verbal, que utiliza-se dos gritos, da zombaria e do

¹⁶⁴ Escritos sobre feminismo n° 1, Grupo Feminista Costela de Adão, outubro de 1980.

constrangimento para ridicularizar as mulheres. A ativista tentou defender a mulher vítima das ofensas públicas. Entretanto, seus argumentos foram derrubados pela força da multidão que fazia coro ao homem que se pronunciou primeiramente. Percebemos assim que a violência aparece neste caso de forma muito concreta, ao tentar, através do constrangimento público, limitar o lugar feminino ao espaço do lar. Apesar de constatar que existiu uma ação de resistência, nota-se que o ato em si não foi capaz de desconstituir totalmente o discurso dominante. Estes e outros relatos faziam parte das reuniões do Grupo Costela de Adão, que enquanto uma prática política buscava garantir espaços para que as mulheres pudessem contar seus problemas específicos vivenciados no dia a dia. Desta forma, a ação do grupo indicava que a violência contra a mulher ocorria em diferentes níveis e não se tratava de um fato isolado. A valorização destes relatos significava, em suma, legitimar a luta pela transformação cotidiana das relações entre homens e mulheres como parte fundamental da ação política. A partir do momento em que estes relatos eram integrados nas publicações do grupo, eles passavam a transcender as fronteiras do próprio movimento, assumiam um caráter de denúncia buscando sensibilizar outras mulheres que viviam os mesmos tipos de problemas.

Ainda nos *Escritos Sobre Feminismo*, há um outro caso de discriminação que foi relatado pela ativista identificada como Xica. Ela e uma amiga marcaram um encontro num bar da Rua Lima e Silva. No meio da conversa, um homem que estava sentado atrás dela começou a pressionar seu braço e ela pediu que este retirasse seu braço. O homem respondeu: "Vão à merda, vocês mulheres!". De acordo com o relato, a discussão logo terminou mas o fato mais inusitado ocorreu a seguir:

Ficamos mais tranqüilas, continuamos a conversar pensando termos sido entendidas e, aliviadas, pedimos mais uma cerveja com batatas fritas. O garçom então falou que não tinha mais cerveja, enquanto de nossa mesa podíamos ver as cervejas servidas para os casais e os grupos de homens. Chamamos o dono do bar e reclamamos educadamente, já que notávamos alguma coisa "estranha" no ar. O cara nos respondeu que não serviria mais cervejas para mulheres sozinhas, já que tínhamos atrapalhado os fregueses de seu bar. (...) A nossa angústia e impotência diante do fato foi aumentando, até que resolvemos ir embora. Eram nove horas da noite. E os senhores presentes no bar continuavam

a falar sobre futebol e bundas, enquanto nós saíamos para a rua, já sem saco pra tentar outro bar e outra cerveja.¹⁶⁵

A denúncia de que as mulheres eram excluídas ou discriminadas em determinados espaços públicos era uma constante no discurso do movimento. Observa-se que para o movimento feminista, a violência sexista se apresentava em múltiplas facetas, na qual a exclusão das mulheres de determinados espaços constituía uma das formas de opressão. Neste aspecto, vale a pena ressaltar a luta do grupo Liberta pela conquista do direito à abertura da Casa do Estudante da UFRGS para as estudantes. A entrada de mulheres só foi permitida em abril de 1980, a partir das manifestações encampadas pelo grupo. Entretanto, a vida das primeiras moradoras não foi nada fácil. No jornal do grupo há uma entrevista com uma das moradoras que reclamava do boicote da reitoria que não permitia "(...) como em todos os quartos, as senhoras da limpeza nos deem limpos lençóis e papel higiênico. E na hora de lavar nossas roupas temos que esperar que elas vaguem os tanques, onde lavam a roupa dos simpáticos rapazes". De acordo com o depoimento, as usuárias da Casa enfrentavam diferentes formas de violência por parte dos moradores:

- O que tu achas de morar na Casa do Estudante da UFRGS?
- Eu acho uma barra, porque todas as pessoas, para quem se fala que se mora na casa, encaram-nos como prostitutas. Isto sem falar na discriminação dos moradores que têm atitudes machistas ao extremo, como, por exemplo, vir até a porta do meu quarto, no meio da madrugada, e pichar nela - *Putas!* Também sem falar das piadinhas e os falsos ímpetos de orgasmo que eles têm quando nós passamos.¹⁶⁶

Se na aparência estes insultos eram apenas brincadeiras de mau gosto levadas à cabo por jovens que estavam chocados com a novidade de ter de conviver com mulheres dentro da Casa, na essência tratava-se de mais uma forma de violência simbólica. A Casa do Estudante, mesmo permitida legalmente para as mulheres, acabava se transformando em um espaço físico inadequado às moradoras. As ofensas verbais, os escritos pejorativos nas portas, somados ao fato de que as mulheres não tinham acesso ao mesmo tipo de serviços que os homens, demonstravam claramente uma tentativa de constrangimento. Verifica-se

¹⁶⁵ Escritos sobre Feminismo, n° 1, 1980.

¹⁶⁶ Jornal Liberta, n° 6, agosto de 1982

que a conquista legal por espaços nem sempre era acompanhada de uma conquista real, tendo em vista a persistência de uma cultura discriminatória que não se modificaria por um decreto.

Mais uma vez, percebe-se no discurso do grupo Liberta a prática da denúncia contra a discriminação em espaços coletivos. Estas denúncias feitas no jornal feminista não eram dirigidas às autoridades competentes, como a Reitoria da Universidade, e sim ao conjunto das estudantes e às mulheres. Assim, parece possível afirmar que as denúncias de situações discriminatórias assumiam para o movimento um papel importante no sentido de criar um reconhecimento comum, um chamamento para que outras mulheres - que também se sentissem oprimidas e discriminadas - se identificassem com o movimento.

Não há como avaliar exatamente o quanto estas denúncias contribuíram para desconstituir os discursos machistas dominantes. Ocorre que as questões denunciadas pelo movimento feminista, como a discriminação contra moradoras da Casa do Estudante, faziam parte de uma cultura profundamente enraizada que definia determinados lugares como sendo impróprios para mulheres. Desta forma, a presença feminina na Casa - mesmo com o apoio legal - não era aceita como algo normal, não fazia parte da rotina dos moradores e mais, desafiava suas concepções misógenas. Por isso, as mulheres que lá foram morar receberam estereótipos que vinculavam sua imagem à prostituição. Neste sentido, as denúncias do grupo também buscavam demonstrar que existia uma enorme distância entre a aprovação legal de estudantes do sexo feminino na Casa e a aceitação do fato pelo conjunto dos antigos moradores. Em entrevista ao Correio do Povo, as integrantes do grupo declararam que eram chamadas dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de "grupo chá das cinco", o que leva a crer que muitas das suas discussões eram menosprezadas ou não levadas a sério pelo conjunto dos estudantes.¹⁶⁷ Ao mesmo tempo, através do jornal do grupo Liberta, verifica-se que este era composto por cerca de vinte estudantes, de diferentes cursos, o que para a época se tratava de um número significativo.¹⁶⁸ Assim, o discurso do grupo, ao que tudo indica, tinha dois objetivos principais: denunciar a permanência de práticas discriminatórias contra as moradoras da casa do estudante, demonstrando que a lei pouco incidiu na conduta machista dos

¹⁶⁷ Jornal Correio do Povo, 17.08.1980

¹⁶⁸ Jornal Liberta, n° 5, fevereiro de 1982.

estudantes e sensibilizar mais mulheres para a importância de lutar pelos seus direitos dentro da universidade.

Referente às práticas militantes, é possível verificar que a atuação de muitos grupos feministas - inclusive o Liberta - estava voltada para a resolução de problemas concretos vivenciados no cotidiano das mulheres. A luta pelo direito de morar na Casa do Estudante foi um aspecto levantado pelo grupo, mas houveram outros, como a campanha por creches para filhos e filhas das estudantes da UFRGS. Esta campanha reivindicou não apenas o aumento das vagas, mas também a melhoria da qualidade no atendimento:

A creche da UFRGS, padrão de Porto Alegre, não passa de um efeito assistencial no campus universitário. Com suas 90 vagas, 10% destinadas às mulheres estudantes, ela não chega a cobrir 4% para a necessidade real de creches para os estudantes. Sem falar nas mulheres, que não ingressam na universidade, ou abandonam seus cursos por não ter onde deixar os filhos. (...) E a questão não é só onde deixar as crianças. Como elas são tratadas e "bem" educadas?¹⁶⁹

A busca pela melhoria do atendimento e a ampliação de vagas na creche da Universidade era uma questão que atingia não apenas as estudantes identificadas com o feminismo mas igualmente todas as mulheres estudantes que necessitavam do serviço. A creche, transformada em bandeira de luta, evidenciava a preocupação deste grupo feminista com as questões específicas do conjunto das estudantes. Além das ações militantes, o discurso político do Liberta tinha o objetivo de atingir o máximo possível as mulheres universitárias. No editorial do exemplar número 6 do Jornal Liberta, o título do editorial era "*O meu, o seu, o nosso feminismo*" remetia à idéia de que o feminismo representava os interesses de todas as mulheres, mesmo daquelas que não se reconheciam como integrantes do movimento. Cabe ressaltar que se na aparência, a luta por creche na UFRGS representava uma reivindicação pontual, na essência era mais uma bandeira fundamental para a libertação feminina. Ao lado dos textos que tratavam da necessidade de creches, observa-se um desenho (ver no anexo) que simbolizava uma mulher, grávida, acorrentada a outra criança pequena. A mensagem evidenciava a preocupação do grupo feminista com as conseqüências da maternidade para a vida das mulheres, apontando que os filhos podem

¹⁶⁹ Jornal Liberta, n° 6, agosto de 1982.

representar uma prisão para elas. Por isso, a luta por creches não representava apenas uma demanda pontual para atender as crianças, mas a possibilidade de uma vida mais independente para as mães. Assim, mesmo quando se tratava de levantar reivindicações pontuais, verifica-se que a necessidade de libertação e emancipação feminina estava presente no discurso do movimento feminista.

A partir dos anos de 1980, aumentou a preocupação entre os grupos feministas em buscar soluções para os problemas concretos das mulheres, especialmente daquelas que não faziam parte do movimento mas que eram igualmente discriminadas (donas de casa, mulheres pobres, moradoras da periferia, entre outras). Nesse sentido, é possível afirmar que existiu uma tendência em aprofundar práticas de militância voltadas para a resolução de problemas que o estado ou órgãos competentes não eram capazes de solucionar. Dentro deste contexto, houve uma intensificação do debate em torno do embate à violência sexista e muitos grupos feministas passaram a trabalhar com o objetivo de prestar atendimento às mulheres vítimas. Ou seja, houve uma diferenciação em relação aos primeiros anos de existência dos grupos feministas que centravam sua ação na prática de denúncias. Estas continuaram sendo feitas, porém, alguns segmentos do movimento começaram a criar espaços para atender e solucionar demandas, como pode ser observado no editorial do *Jornal Liberta*, nº 3, de 1981:

Chegamos onde estamos: Porto Alegre, Brasil, 1981. As questões dadas hoje existem em função do tempo, do lugar e da própria conjuntura brasileira. O movimento feminista, hoje, tem outras necessidades, adquiriu um caráter, não apenas de discussão acadêmica, mas de enfrentamento pela base, de trabalho. A nós, mulheres, são impostas situações que temos de responder concretamente. Exemplo disso é a questão da VIOLÊNCIA, que tem feito milhares de vítimas mensalmente. Desde assassinatos escandalosos até a usual passada de mão que levamos todos os dias, é só sair na rua.¹⁷⁰

Percebe-se a preocupação do grupo em voltar sua atuação para o **enfrentamento concreto** das necessidades das mulheres que, de acordo com o editorial, eram fruto do tempo, do lugar e da conjuntura brasileira. Este editorial passava uma idéia de que o movimento feminista não podia ser estático, ele precisava acompanhar a realidade social. Verifica-se portanto uma mudança no discurso e na prática do movimento, que passaram a

¹⁷⁰ *Jornal Liberta*, nº 3, junho de 1981.

se concentrar na denúncia e na busca de soluções para questões concretas, como o combate à violência, em detrimento de um caráter mais reflexivo e teórico.

Esta mesma concepção foi acompanhada por outros grupos feministas e a partir da ação de militantes do movimento foi criado o SOS Mulher em Porto Alegre, no ano de 1981. Uma de suas primeiras ações foi a publicação de uma cartilha intitulada: "*Espancamento, estupro, assassinato. As mulheres dizem basta!*". Em dez páginas, o SOS Mulher ensinava o que mulheres agredidas deviam fazer em casos de tentativa de estupro, espancamento, violência no local de trabalho, aborto forçado, etc. Na apresentação do material, é destacado o fato de que as agressões contra mulheres apareciam cotidianamente nos jornais como fatos sem importância:

"É sim, Dona, juro que faço. Se eu desconfiar que a minha mulher está me traindo eu mato ela.

E bem devagarinho, usando uma faca ou gilete que é pra ela nunca mais bancar a besta comigo e sujar meu nome".

Isto é só uma parte da violência diária que sofremos simplesmente por sermos mulheres. (...) A violência contra nós é muito comum, mas não é natural. Ninguém gosta de ser agredido. Até hoje aceitamos esta situação porque fomos educadas acreditando que devemos ser passivas, obedientes e dóceis, "carregando a cruz caladas até o fim". Basta! É preciso que nos organizemos e lutemos contra essa situação. Este não é um problema de cada uma de nós isoladamente, mas atinge a todas as mulheres e deve ser combatido por todas juntas.¹⁷¹

A estruturação da apresentação da cartilha mostra, primeiramente, a declaração de um homem que jura matar a mulher caso descubra que esta o trai sob o argumento de que o comportamento da mulher poderia colocar em xeque a honra do marido. Depois, refere-se à forma leviana como a imprensa realiza a cobertura dos casos de violência. A seguir, apresenta os argumentos que tentam transformar estas ações em uma decorrência normal, enfim, as mulheres merecem apanhar dos maridos pois são consideradas "objeto, coisa, propriedade do homem"¹⁷². Por fim, a cartilha mostra que estas idéias são construídas e não naturais e convoca todas as mulheres a dizer basta, e a se organizar para combater o problema da violência. O objetivo claro desta publicação é, em um primeiro momento,

¹⁷¹ Cartilha do SOS Mulher, outubro de 1981.

¹⁷² Idem

apresentar o discurso do opressor, para, depois, desconstituí-lo. Quando a cartilha afirmava que "ninguém gosta de ser agredido" fazia uma referência à idéia socialmente aceita de que todas as mulheres gostam de apanhar, ou, como escreveu Nelson Rodrigues "nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais". Esta opinião, calcada no fato de que muitas mulheres que sofrem violência não denunciam, era combatida na cartilha, que procurava demonstrar o quanto esta não reação era fruto de uma educação voltada para a obediência ao homem e a passividade. Assim, o objetivo da cartilha era, por um lado, desconstituir as concepções que transformavam as agressões às mulheres um fato normal e corriqueiro. De outro, atingir as agredidas e encorajá-las a denunciar e romper com esta situação.

Ao mesmo tempo, a cartilha do SOS Mulher era um chamamento para a organização coletiva das mulheres contra um problema que antes era considerado de ordem pessoal. A finalidade era denunciar que não se podia aceitar a violência como algo natural ou como um fato a ser resolvido entre quatro paredes. Uma vez que não se tratavam de ações isoladas, mas de um comportamento socialmente construído, a violência contra a mulher passou a ser enfrentado como um problema político, que precisava ser discutido e afrontado de forma coletiva.

A atuação do SOS mulher repercutiu na imprensa gaúcha. Diversas notícias demonstraram uma preocupação da imprensa com o tema da violência doméstica e dos direitos femininos: "As mulheres dizem basta à violência" (Zero Hora, 15.11.1981), "SOS Mulher" (Zero Hora, 04.04.1982), "Trabalho em defesa da mulher será ampliado" (Zero Hora, 05.04.1982), "Aumenta a violência contra a Mulher" (Folha da Tarde, 11.06.1982). De acordo com esta última reportagem, em seis meses de funcionamento, com um dia por semana, o SOS mulher havia atendido mais de sessenta casos. Destes, 90% tratavam-se de mulheres que haviam sido espancadas pelos maridos. Outra matéria, do jornal Folha da Tarde, trazia mais informações sobre o perfil das atendidas no SOS Mulher:

A maior parte das consultas atendidas no SOS dizem respeito à mulheres que são espancadas pelo marido e companheiro. Geralmente, tratam-se de mulheres de idade média e sempre de nível econômico baixo. Disse Sônia que as mulheres que as procuram afirmam que sempre apanharam do marido, mas foram suportando a situação durante anos, devido ao fato de não terem como, sozinhas, sustentarem seus filhos. Agora, com os filhos já encaminhados na vida, elas voltaram a pensar um pouco mais em si mesmas, decidindo-se pela

separação do companheiro. Mas, como explicou a orientadora, a maior parte das mulheres "sempre têm a esperança de que o cara mude".¹⁷³

As atividades do SOS Mulher duraram cerca de dois anos, encerrando-se no início de 1984. De acordo com Jussara Prá, muitos fatores influenciaram para o fechamento desta organização, entre eles a falta de recursos humanos adequados, o envolvimento e o grande desgaste emocional sofrido pelas voluntárias bem como o distanciamento entre as atendidas e as atendentes a partir de dificuldades de comunicação entre estes dois grupos que viviam a violência de maneira diferenciada.¹⁷⁴ É preciso considerar que a maioria das mulheres que procuravam o serviço do SOS pertenciam às camadas populares, diferentemente da equipe de voluntárias que era composta por profissionais de nível universitário. Portanto havia um distanciamento social significativo entre estas mulheres que obrigaria as voluntárias a uma dedicação muito grande em termos de reflexão sobre os diferentes significados que a violência pode assumir para mulheres com histórias de vida tão antagônicas. Todavia, mesmo que o objetivo principal do SOS Mulher fosse prestar atendimento às mulheres vítimas, acredito que sua maior eficácia tenha sido a de publicizar ainda mais o debate em torno da violência sexista. A repercussão deste grupo, não apenas em Porto Alegre, mas em todo o Brasil, foi muito significativa e evidenciou a ausência de políticas governamentais voltadas para o combate da violência contra a mulher .

As ações contra a violência não se limitaram ao atendimento das vítimas. Em outubro de 1981, foi realizada na Esquina Democrática¹⁷⁵ uma manifestação para marcar o Dia Nacional de Luta Contra a Violência Sobre a Mulher. Estas manifestações pretendiam sensibilizar a sociedade gaúcha para o problema da violência específica que atingia as mulheres nos espaços domésticos e públicos.

Durante as manifestações de ontem, eram cantadas músicas sobre o tema, com acompanhamento de violão. Ao mesmo tempo, eram divulgadas informações estatísticas que atestam a gravidade do problema: 52 mortes de mulheres nos

¹⁷³ Folha da Tarde, 11.06.1982

¹⁷⁴ PRÁ, Jussara. BRITO, Noemi. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil. N/ 14, Dezembro/88, p. 18.

¹⁷⁵ Esquina localizada no centro de Porto Alegre, entre a Rua dos Andradas e a Avenida Borges de Medeiros, onde tradicionalmente são realizadas manifestações públicas.

últimos quatro meses no Rio Grande do Sul e 171 estupros em cinco meses no Rio de Janeiro.¹⁷⁶

A manifestação organizada pelos diversos grupos feministas de Porto Alegre foi desencadeada a partir de um Encontro de Grupos Feministas, ocorrido em julho de 1981 que reuniu 26 organizações de 10 estados do país. De acordo com o documento intitulado "Encontro de Grupos Feministas", estiveram presentes os seguintes grupos de Porto Alegre: Liberta, Ação Mulher, Movimento de Mulheres pela Libertação e Costela de Adão. Na reunião foi escolhida a data do dia 10 de outubro como o Dia Nacional Contra a Violência. A idéia era que cada cidade organizasse atividades de acordo com as características locais. Neste documento foram aprovados alguns eixos que deveriam auxiliar na atuação dos grupos feministas, dos quais se destacam:

Realizar "tribunais" para julgar os crimes de violência contra a mulher (...) como um veículo de mobilização e denúncia; Quando do julgamento de homens assassinos de mulheres, os grupos locais deverão comunicar a data aos demais, para que possam enviar representantes; incentivar a criação de estruturas de atendimento tipo SOS, para abrir um espaço concreto para mulheres que sofrem qualquer tipo de violência.¹⁷⁷

Com o objetivo de denunciar e provocar o debate sobre a violência contra a mulher, o grupo Liberta promoveu em março de 1982 um júri simulado para crimes praticados contra as mulheres. De acordo com o grupo, o objetivo era chamar a atenção da opinião pública para os crimes cometidos contra as mulheres. Verifica-se que para o movimento feminista era fundamental estabelecer um diálogo com a sociedade para atingir seus objetivos de superar as desigualdades entre homens e mulheres. No que se refere à questão específica da violência, era fundamental sensibilizar a opinião pública e, principalmente, as mulheres a tomar algum tipo de providência. O apelo para que as vítimas não silenciassem, para que efetivassem denúncias contra seus agressores era

¹⁷⁶ Zero Hora, 11.10.1981

¹⁷⁷ Encontro de Grupos Feministas, 11 e 12 de julho de 1981. Além do Rio Grande do Sul estiveram presentes organizações de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Distrito Federal, Ceará e Rio Grande do Norte.

constante nos pronunciamentos das lideranças feministas porto-alegrenses. Diná Lemos, integrante do grupo, declarou ao jornal:

Queríamos discutir a opressão da mulher diante de um caso verídico. Não temos levantamento de dados porque é muito difícil colher informações sobre o assunto. As mulheres apanham, mas não tomam nenhuma providência, tentam até disfarçar. Também é difícil obter outros dados sobre estupros e outras formas de violência, mesmo não físicas, porque não existe qualquer fonte, nem estatísticas. Inclusive nas delegacias de polícia não se encontram dados.¹⁷⁸

Percebe-se que o esforço dos grupos feministas porto-alegrenses em transformar a violência doméstica em um tema de debate público vinha ao encontro das ações promovidas em todo o país. É importante destacar que no começo da década de 1980 existia uma articulação entre grupos feministas do Brasil, uma espécie de rede de atuação conjunta, ao menos em alguns pontos que eram de interesse comum como a questão do combate à violência. As denúncias e os protestos não foram em vão. Na segunda metade da década de 1980 começaram a surgir em todo o país as primeiras delegacias para a mulher, com o objetivo de prestar um atendimento e encaminhamento especializado com profissionais capacitados às vítimas do sexo feminino.

Contudo, um outro tema igualmente discutido pelos grupos feministas não obteve a mesma aceitação social. O direito ao aborto, bandeira presente no discurso do movimento, foi duramente combatido por diferentes setores que viam nesta prática um crime contra a vida. O movimento feminista defendia que não se tratava de realizar um julgamento ético, mas de discutir um problema social, pois mesmo com a divergência de muitas instituições (como a Igreja, o Estado) o aborto era praticado.

Agulhas de tricot e galhos de árvore introduzidos no útero, pancadas na barriga, sentar em chapas quentes, ervas e chás caseiros...são apenas alguns dos métodos "caseiros" que a mulher de baixa renda recorre para interromper uma gravidez, a única e desesperada saída que milhares de mulheres encontram para conter a vinda de mais um filho que não tem as mínimas condições para ter. O aborto, esse aborto "feito em casa", nas piores condições onde muitas vezes a

¹⁷⁸ Zero Hora, 12.03.1982

mulher morre, se tornou o método contraceptivo mais usado pelas mulheres brasileiras.¹⁷⁹

O tom por vezes dramático da denúncia, pretendia trazer a público o drama vivido por milhares de mulheres que, de acordo com o grupo Liberta, recorriam ao aborto pela falta de políticas públicas de planejamento familiar do governo que não possibilitavam a escolha do método que melhor se adaptasse ao organismo:

Nesse contexto, hoje estima-se que 3 milhões de mulheres façam aborto no Brasil - 300 mil morrem - por ano, sendo que este é um dado impossível de ser conferido com exatidão, porque existem milhares de clínicas clandestinas espalhadas, com uma média de 50 abortos por dia, além dos "caseiros".¹⁸⁰

Dessa forma, a utilização legal do aborto era defendido como uma "conquista que está inserida na garantia de contracepção livre e gratuita para todas as mulheres".¹⁸¹ O discurso feminista denunciava a inoperância do estado que limitava suas ações através de ao Programa Nacional de Serviços Básicos da Saúde (PREV - Saúde) que consistia, de acordo com o movimento, na distribuição indiscriminada de pílulas, sem nenhuma orientação e assistência médica, e mais: "(...) a colocação de anticoncepcionais na água encanada de algumas cidades do nordeste, a esterilização forçada, através de ligaduras de trompas (...)".¹⁸² O movimento feminista defendia, acima de tudo, a liberdade de que cada mulher pudesse escolher qual o melhor método anticonceptivo e, em caso de gravidez indesejada, pudesse fazer um aborto.

Todavia, o discurso do movimento feminista ia além. Um outro texto elaborado pelo grupo Liberta apresentava-se sob o título "Amor e Liberdade", o que remete a pensar que para as feministas porto-alegrenses, a legalização do aborto não era apenas uma questão de justiça social e um problema de saúde pública. A luta pela sua legalização vinha ao encontro da defesa do slogan "nosso corpo nos pertence", amplamente utilizado pelo movimento nos anos 1970 e 1980. Assim, o feminismo abriu discussões sobre o direito das mulheres sobre o próprio corpo, o que passava por decidir se queriam ou não ter filhos. Este

¹⁷⁹ Jornal Liberta, n° 5, fevereiro de 1982.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Jornal Liberta, n° 5, fevereiro de 1982.

¹⁸² Jornal Liberta, n° 3, junho de 1981.

apelo à liberdade das mulheres em decidir o que fazer com o seu corpo colocava em xeque as concepções misógenas que consideravam este corpo como um patrimônio social - a exemplo dos governos fascistas e nazistas - ou um patrimônio privado que pertencia ao marido. Portanto, a luta pela legalização do aborto não era apenas uma necessidade social para combater a mortalidade materna. Para o movimento feminista, significava a conquista da liberdade individual de cada mulher em tomar decisões, rompendo a noção de pertencimento do corpo feminino ao homem, ao estado ou a Deus.

Contudo, a questão do aborto foi extremamente polêmica e difícil de ser discutida. O movimento feminista enfrentou muitas oposições a esta temática. Um caso que mereceu repercussão entre o movimento feminista gaúcho foi o de uma menina de treze anos que engravidou vítima de um estupro. Mesmo previsto em lei, o Juiz da 9ª Vara Criminal negou a autorização para que o aborto fosse praticado. A resposta foi imediata. Em reportagem publicada no jornal Zero Hora, as feministas acusaram a justiça de incentivar o aborto criminoso:

Na verdade, o Estado, que agora nega essa autorização embora esteja prevista em lei, deveria não só garantir os meios para que a mulher pudesse se submeter a um aborto, como nesse caso, em condições dignas. (...) na medida em que o Estado penaliza a mulher, proibindo que se submeta a essa prática, que deve ser a última instância para sustar uma gravidez indesejada, é o próprio Estado que está incentivando a realização de abortos criminosos que acabam muitas vezes em morte para as mulheres¹⁸³.

Para as militantes do movimento, existia uma ideologia que, nos casos de violência contra a mulher, buscava sempre levantar dúvidas sobre a moral e o comportamento da mulher agredida. De acordo com Dilma Linhares, na época presidente da Ação da Mulher Trabalhista, ligada ao PDT: "As acusações ou dúvidas levantadas contra a vítima são uma característica básica de todo o estupro. A pessoa que sofre tal violência é depois submetida a todos os níveis de vexame."¹⁸⁴ É possível verificar que o discurso do movimento feminista responsabilizava o estado pelas mortes provocadas por aborto. Esta posição ia de

¹⁸³ Declaração da socióloga Lícia Peres ao jornal Zero Hora, 26.03.1982.

¹⁸⁴ Zero Hora, 26.03.1982

encontro ao discurso da Igreja e do poder público acusavam de criminosa a mulher que praticasse um aborto.

O SOS Mulher também publicou uma nota nos jornais repudiando a decisão da 9ª Vara Criminal:

O SOS Mulher, entidade feminista de Porto Alegre, que tem por objetivo dar apoio, assistência médica e jurídica, às mulheres vítimas de todo tipo de violência, vem à público manifestar seu mais veemente protesto e repúdio à decisão do Juiz Salatino Netto, da 9ª Vara Criminal, que se negou a tomar atitude positiva no sentido de efetivamente assegurar o direito de interromper a gravidez, decorrente de estupro, conforme o previsto no art. 128, II, do Código Penal Brasileiro.¹⁸⁵

Percebe-se que apesar das possíveis divergências entre as diferentes correntes do feminismo em Porto Alegre, existia uma certa unidade no movimento pois quando ocorria algum caso de discriminação contra as mulheres, todos os grupos se manifestavam e chegavam até mesmo a promover ações conjuntas.

As denúncias feministas também atingiam os profissionais da saúde que praticavam o aborto ilegal em péssimas condições. Os escritos feministas destacavam o mau atendimento e o constrangimento provocado às pacientes pelos médicos. Em outro exemplar do Jornal Liberta, o depoimento de uma jovem que havia praticado o aborto em uma clínica clandestina destaca péssimas condições de atendimento:

Tirei minha roupa da cintura para baixo, como foi mandado, e me deitei ali. Um velho carrancudo veio na minha direção, me olhou de cima a baixo. E me apertando a barriga disse: - Você não tem vergonha de vir aqui com as pernas cabeludas desse jeito? Pronto, deu pra mim. Eu era culpada também porque tinha pêlos nas pernas. Fiquei preocupada em estar nas mãos daquele sujeito.(...) quando a enfermeira arregaçou a minha manga para aplicar a anestesia, não consegui parar de chorar. Afinal não havia feito exame nenhum pra me aplicar uma anestesia geral.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Jornal Zero Hora, 27.03.1982

¹⁸⁶ Jornal Liberta, n° 6, agosto de 1982.

Igualmente, o movimento denunciava uma cultura que pretendia culpabilizar a mulher pela ocorrência de uma gravidez indesejada. No depoimento publicado pelo grupo Liberta, é relatada a hostilidade do médico no atendimento da paciente, e o sentimento de culpa que tal ação lhe provocou. A prática de publicizar estas histórias vivenciadas pelas mulheres estava relacionada ao objetivo do movimento feminista em sensibilizar a opinião pública para as dificuldades que envolviam a realização de um aborto. Pretendiam demonstrar que ninguém recorria a esta prática sem enfrentar inúmeros dilemas pessoais, como o sentimento de culpa, que era acentuado pelo tipo de tratamento que as mulheres recebiam dos médicos. A utilização destas histórias nos materiais feministas pode, também, ser interpretada como um tipo de discurso que era considerado mais eficaz. Tratava-se de falar com a sociedade, e, principalmente, com a população feminina, a partir das vozes das próprias mulheres. Ao invés de escrever um panfleto que falasse sobre a necessidade de legalizar o aborto, apresentavam o relato de uma mulher que havia sofrido uma série de humilhações pelo fato desta prática ser considerada ilegal.

O discurso feminista apresentava a problemática do aborto a partir de duas constatações. A primeira refere-se ao tema como um problema social, de saúde pública. A falta de políticas adequadas de contracepção estaria levando milhares de mulheres a adotar métodos caseiros para interromper a gestação, colocando em risco a própria vida. Também, denunciavam a falta de condições adequadas das clínicas clandestinas que, a exemplo do depoimento, aplicavam anestésias gerais sem a realização de exames e com profissionais despreparados. A segunda abordagem da temática, busca denunciar a falta de autonomia das mulheres sobre o próprio corpo, a partir do momento que o Estado criminaliza aquelas que buscam o aborto como último recurso de sustar a gravidez. Portanto, o direito ao aborto era reivindicado não apenas para resolver um problema de saúde pública, mas sobretudo para garantir a liberdade de escolha das mulheres em decidir se querem ou não ter filhos. O caso da decisão judicial da 9ª Vara Criminal comprova que mesmo para os casos previstos em lei, o tema do aborto era controverso, e as decisões judiciais muitas vezes eram contrárias aos interesses feministas. Para o movimento, foi outro exemplo de que as conquistas legais nem sempre eram suficientes para alterar uma cultura que fixava às mulheres a determinados papéis sociais.

Os grupos feministas aqui analisados, seus discursos e suas práticas de militância tiveram um papel importante no sentido de protagonizar o enfrentamento e a denúncia a estas concepções misógenas enraizadas na sociedade. Apesar do tamanho relativamente pequeno destes grupos, suas ações alcançaram uma repercussão significativa na imprensa, principalmente no começo dos anos de 1980. Talvez o aspecto polêmico e a novidade que o feminismo representou na sociedade porto-alegrense expliquem a distância que existiu entre o grande efeito dos discursos e práticas do movimento e o número de mulheres que o integravam. Suas organizações não tiveram uma existência longa. Mas os debates feministas continuaram vivos, sob novas formas e conteúdos. E esta talvez seja uma das principais características do feminismo: sua fragmentação e fluidez e até mesmo suas dificuldades de organização o transformam em um movimento em constante gestação.

Considerações Finais:

Este trabalho teve por objetivo analisar os discursos e as práticas militantes do movimento feminista em Porto Alegre, tendo como marco temporal o período que se estende de 1975, momento em que começaram a se organizar os grupos aqui estudados, até 1982, época em que a maioria deles se extinguiu. Busquei compreender como, através dos discursos e das ações, os grupos feministas porto-alegrenses articularam projetos políticos de **transformação social** que tinham em comum o fato de pautar a situação das mulheres na sociedade. Ao mesmo tempo, este discurso contribuiu para elaborar uma identidade feminina enquanto sujeito social, um significado do que representava **ser mulher e ser feminista**. E, provavelmente, uma das questões que mais marcou o movimento feminista dos anos de 1970 e 80 foi a tentativa de demonstrar que a **opressão individual** enfrentada pelas mulheres no seu cotidiano era uma questão **política**, portanto deveria ser objeto de uma ação coletiva que buscasse a transformação das relações sociais entre homens e mulheres.

Neste momento final do trabalho, não pretendo elaborar uma conclusão definitiva sobre os três aspectos aqui elencados que integram o discurso e a prática do movimento feminista. Até porque, meu objetivo não foi esgotar estas temáticas, e sim, estudá-las para compreender um pouco mais as características deste movimento, complexo, heterogêneo, e vivo, pois suas temáticas e propósitos ainda são atuais.

Uma constatação pertinente foi a dificuldade em identificar um projeto político homogêneo. O movimento feminista, pela sua diversidade, possuía diversos projetos de transformação social. Para alguns grupos, esta transformação deveria passar, necessariamente, por um enfrentamento ao sistema capitalista, que era visto como principal opressor. Assim, não haveria liberdade e emancipação para as mulheres enquanto existisse um modelo econômico opressor. Apesar de identificar no capitalismo um inimigo comum, esta tendência do feminismo, chamada anticapitalista, não pretendia diluir a luta das mulheres, destacando sempre que elas sofriam um tipo de opressão específica, oriunda da sua condição enquanto sexo. É possível verificar como pertencente a esta tendência o Movimento de Mulheres pela Libertação (MML).

Para outros grupos, a libertação da mulher estava relacionada a uma transformação cotidiana nas relações sociais. Não bastava acabar com o capitalismo, pois a opressão contra as mulheres era muito anterior a este sistema. Logo não bastaria liquidar com este sistema para pôr fim às discriminações. Esta tendência, identificada como existencialista, acreditava que cabia às feministas lutar pelas questões específicas das mulheres. Para elas, temas como a sexualidade, a busca do prazer e a divisão sexual do trabalho doméstico, eram aspectos tão transformadores da sociedade quanto a luta de classes. Por esta razão, preferiam concentrar seus esforços nas lutas específicas das mulheres. Em Porto Alegre, os grupos Costela de Adão e Ação Mulher eram os mais representativos desta tendência.

Contudo, o debate entre **feminismo e transformação social** esteve intimamente ligado à conjuntura política brasileira. O movimento feminista que surgiu no Brasil a partir da década de 1970 não foi um epifenômeno do feminismo europeu e norte americano, teve suas especificidades, das quais destaco: a tensa relação com os segmentos progressistas que lutavam pela redemocratização do estado brasileiro e a discussão sobre a relação das feministas com a situação da grande maioria das mulheres - não identificadas com estes movimento - que não possuíam acesso aos mínimos serviços públicos.

Estes dois aspectos foram importantes para delimitar algumas características do discurso e das práticas do movimento feminista no Brasil. Constata-se, no período aqui analisado, uma tensão constante para definir qual deveria ser o principal foco de atuação do movimento. Se este deveria concentrar-se nas questões específicas das mulheres ou voltar-se para a luta geral, ou seja, alinhar-se aos segmentos políticos organizados na luta pela anistia de presos e exilados políticos e pelo fim da ditadura militar que durou 25 anos. Esta foi uma das principais pautas do movimento durante o período de 1975 a 1982, e que acabou provocando divisões profundas entre muitos grupos. Cabe destacar que os primeiros grupos feministas surgiram exatamente em um contexto de vácuo político, no início dos anos 1970, quando as organizações políticas de oposição ao estado autoritário encontravam-se enfraquecidas. Estes grupos assumiram uma dupla função. Ao mesmo tempo em que eram um espaço de discussão e reflexão sobre as questões específicas das mulheres também contribuíram para abrir caminhos à participação política efetiva contra o regime militar. Portanto, não existiu um antagonismo entre o feminismo e os movimentos que lutavam pela democracia. O que ocorreu foi uma contrariedade, e porque não dizer, um certo preconceito da esquerda brasileira para com o movimento feminista por considerar suas pautas irrelevantes.

Estes grupos que possuíam um caráter reflexivo, como foi o caso do Costela de Adão em Porto Alegre, foram encontrando um esgotamento frente às necessidades concretas das mulheres. Diferentemente do contexto europeu e norte-americano, onde a grande maioria da população possuía acesso a bens e serviços, no Brasil estas questões não estavam resolvidas. A grande maioria das mulheres militantes, nos anos de 1970 e 1980, estava engajadas em movimentos sociais de caráter popular, lutando por melhorias estruturais para seus bairros, por emprego, por creches. Por estas razões, muitos grupos feministas consideravam que seu papel era organizar as mulheres das camadas populares para lutar pelos seus direitos. Estes grupos assumiam uma postura de vanguarda, acreditavam que o movimento feminista era o segmento mais avançado das mulheres e que a ele cabia lutar pela melhoria das condições de vida de todas elas. Assim, observa-se um discurso pautado pela denúncia, por reivindicações que, mesmo que não provocassem transformações profundas nas relações de gênero, melhorariam a condição de vida das mulheres envolvidas.

A partir dos anos de 1980, observa-se claramente uma tendência do movimento feminista a se concentrar na resolução de problemas concretos, abandonando aquele caráter teórico e reflexivo dos primeiros grupos. Assim, em Porto Alegre, o grupo Liberta e o SOS Mulher foram um exemplo de grupos que procuraram encontrar soluções para questões latentes, como a necessidade de creches, moradia estudantil, combate à violência doméstica, entre outras pautas. Talvez, o esgotamento dos primeiros grupos feministas, mais voltados para o debate teórico, tenha sido fruto deste contexto específico do Brasil, em que as necessidades básicas das mulheres não eram atendidas pelo estado.

Apesar do caráter heterogêneo do movimento feminista, é perceptível que em diversos momentos existiu uma unidade na ação das suas militantes. Em Porto Alegre, diversas manifestações foram organizadas a partir da articulação de grupos feministas que, como já foi observado, possuíam divergências quanto às concepções de transformação social e a relação com as lutas gerais da sociedade. Entretanto, em temas como o combate à violência sexista, foi possível estabelecer ações conjuntas. Igualmente, constata-se, principalmente a partir do início dos anos de 1980, a configuração de uma rede de interlocução e atuação conjunta entre os grupos feministas de todo o país. Por conseguinte, é possível concluir que apesar das fragmentações e heterogeneidades de pensamento, a identificação enquanto feministas era capaz de promover alianças comuns entre os diferentes grupos de todo o país.

Ao mesmo tempo em que existia por boa parte do movimento feminista uma busca em se aproximar da realidade social da maioria da população feminina, constata-se que havia diferenças sociais, culturais e econômicas que dificultaram uma identificação de mulheres de outros segmentos sociais com o feminismo. Nesse sentido, verifica-se que o conceito de gênero - a partir do qual se pode compreender as relações sociais construídas historicamente entre homens e mulheres - é parcial para explicar a composição do movimento feminista. Embora suas militantes mantivessem um discurso que identificava o fato de **ser mulher**, discriminada e oprimida, à necessidade de **ser feminista**, nem todas as mulheres se identificavam com este discurso e com as práticas do movimento. Existiam entre elas diferenças que impediram uma massificação do movimento. Estas diferenças estão relacionadas à dificuldade em identificar o sujeito "ser mulher". Para os grupos feministas, isto significava automaticamente ser oprimida, ser discriminada e lutar para

mudar esta situação, portanto, ser feminista. Mas esta identificação não era automática, porque cada mulher, de acordo com suas condições de existência, sofria opressões de forma diferenciada. Assim, as formas de resistência também eram diferentes. Talvez isto explique as múltiplas e diferenciadas manifestações e organizações de mulheres que existiram no Brasil. Desde aquelas que podem ser identificadas como feministas - porque possuem no centro das suas preocupações a questão da libertação e emancipação da mulher - até aquelas que se organizavam em torno de questões pontuais, como a luta por creches, pela diminuição do custo de vida, pela libertação de presos e exilados políticos. Entretanto, esta separação não pode ser tomada de forma rígida. A existência destas organizações de mulheres que não eram, a um primeiro exame, caracterizadas como feministas, serviram como um elemento catalisador das insatisfações das mulheres com sua situação e muitas passaram a re-discutir seus papéis na sociedade.

Por isso, em que pese a dificuldade de muitas mulheres em identificar-se enquanto feministas, é inegável que uma das repercussões do discurso e da ação deste movimento foi a proliferação de uma consciência coletiva sobre a situação desigual das mulheres na sociedade. Nesse sentido, a constatação de que a **opressão individual é política**, incorporando na pauta política questões específicas das mulheres, foi a grande novidade do feminismo que surgiu na década de 1970 enquanto um novo movimento social.

Sem dúvida, as manifestações feministas anteriores aos anos 70 foram importantes pois contribuíram para fomentar um questionamento à situação das mulheres na sociedade. No entanto, algumas características assumidas pelo movimento feminista a partir dos anos de 1970, fazem com que ele possa ser compreendido como um movimento social do tipo "novo". Em primeiro lugar, o questionamento às organizações políticas tradicionais. As feministas compreendiam que os partidos, sindicatos e outras organizações mistas haviam até então negligenciado a luta pela emancipação das mulheres e que era, portanto, necessário criar organizações nas quais pudessem discutir e atuar pelas suas especificidades. Igualmente, questionavam o caráter hierárquico dessas organizações, propondo que os grupos feministas não fossem constituídos a partir de uma direção; o objetivo era que todas as militantes tivessem iguais responsabilidades e direitos; também, a radicalidade nas ações e no discurso das feministas, reiterava que seria necessária uma inversão de valores culturais, uma transformação profunda nas relações econômicas e

sociais para acabar com todas as formas de opressão. Portanto, o movimento feminista aqui analisado não pretendia, simplesmente, uma inserção na política em igualdade com os homens, mas questionava a própria validade destas organizações como representativas dos interesses das mulheres.

Esta radicalidade diferenciava o movimento feminista dos anos de 1970 em relação às suas antecessoras, pois a maioria das feministas do final do século XIX e primeira metade do século XX possuíam reivindicações de caráter mais pontual, organizando-se pela conquista da igualdade civil. Entretanto, embora não seja adequado estabelecer uma correlação direta entre as primeiras aspirações feministas - século XIX e início do XX - e os movimentos que eclodiram no mundo a partir dos anos de 1960, é fato que a partir destas primeiras manifestações começou a se formar em toda a sociedade um caldo de cultura que ajudou a questionar e desestruturar as relações de gênero vigentes.

Por conseguinte, o caráter radical do movimento feminista que surgiu a partir da década de 1970 estava contido em um discurso que pretendia demonstrar o quanto as relações discriminatórias entre homens e mulheres estavam presentes em todas as esferas da sociedade. Aqui se encontram aglutinadas muitas problemáticas que as mulheres enfrentavam no seu dia a dia, como a dificuldade em discutir sua sexualidade, a busca pelo prazer, o enfrentamento à violência doméstica, discriminação em espaços públicos, entre outras. Em Porto Alegre, diversos grupos feministas, através do seu discurso, denunciavam práticas consideradas machistas, trazendo para suas publicações relatos de mulheres que haviam sido discriminadas com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para as múltiplas formas de violência contra a mulher. Igualmente, o objetivo de divulgar estes relatos era permitir que outras mulheres, igualmente discriminadas, pudessem se identificar com o discurso do movimento e passassem a integrar os grupos feministas. Ao afirmar o caráter revolucionário e transformador deste debate, o movimento feminista queria demonstrar que não havia uma ordem de prioridade entre mudanças estruturais e mudanças ideológicas, portanto a luta das mulheres pelo fim da opressão sexual era fundamental para garantir qualquer projeto de transformação social, independente de qual ele fosse e quais os caminhos que levariam a esta transformação.

Verifica-se, portanto, que os três temas aqui elencados - **feminismo e transformação social, ser mulher e ser feminista, e a opressão individual é política** -

apareciam interligados no discurso feminista. Desta forma, em que pese o caráter fragmentado e heterogêneo do movimento, estas três questões estiveram presentes nas discussões de todos os grupos pesquisados, incorporadas de forma central ao seu discurso. A partir disso, é possível afirmar que apesar das divergências existentes entre os grupos, o movimento feminista que surgiu em Porto Alegre a partir de 1975 era dotado de um caráter transformador, pois no âmago de suas preocupações estava a necessidade de modificar os papéis sociais de homens e mulheres. E esta transformação deveria ocorrer a partir da tomada de consciência das mulheres das diferentes formas de opressão que as atingiam, ou seja, passava por se identificarem enquanto mulheres e feministas.

Todavia, fica a dúvida: a maioria dos grupos feministas de Porto Alegre tiveram uma vida curta, além de serem organizações de pequeno tamanho, que não conseguiram aglutinar em suas fileiras um grande número de mulheres. Sendo assim, qual foi a repercussão social do discurso e das práticas do movimento feminista?

Avaliar os resultados da ação deste movimento é uma tarefa complicada. Primeiramente, porque como já fora observado, os grupos porto-alegrenses tiveram uma existência efêmera e fragmentada, da mesma forma que a memória sobre eles que chegou aos nossos dias. Realizar esta pesquisa foi difícil, pois foi preciso lidar com as lacunas das documentações que muitas vezes não cobriam todo o período que analisado. Muitos materiais se perderam no curto tempo que separa os anos de 1970 e 80 dos dias atuais. Segundo, pelo próprio caráter do discurso e das ações do movimento feminista, que podia voltar-se para problemas concretos, dos quais foi possível acompanhar a repercussão e as possíveis resoluções. Mas o movimento pautava também questões complexas, que diziam respeito a uma mudança profunda da cultura e da estrutura das relações sociais, portanto não poderiam ser resolvidas rapidamente.

Desta forma, algumas ações possuíam um caráter reivindicatório pontual (como a abertura da Casa do Estudante para as mulheres). Mesmo nestes casos, observa-se que as transformações não ocorriam a um curto prazo, pois nem sempre uma conquista legal significava uma aceitação imediata por parte da sociedade. Outras questões levantadas pelo movimento eram ainda mais complexas. A libertação da mulher passava por rediscutir relações sociais enraizadas na sociedade brasileira. O movimento feminista queria revolucionar os papéis femininos aceitos socialmente, rejeitando que o único destino de

uma mulher pudesse ser o de mãe, esposa, cidadã obediente ou trabalhadora dócil. As mulheres queriam mais. Queriam o reconhecimento e a oportunidade de demonstrar que eram tão capazes quanto os homens para exercer qualquer função e qualquer trabalho. Queriam a chance de escolher a melhor forma de viver sua sexualidade e encontrar o prazer, e não ser condenadas por isso. Queriam a liberdade sobre seu corpo, o direito de decidir ter ou não filhos, de escolher se desejavam ou não se casar. Queriam questionar a heterossexualidade monogâmica como única forma possível de relacionamento humano, mostrando que podiam existir outras formas de amar e ser amada. Queriam também, perder o medo da violência que muitas vezes ocorria dentro de suas próprias casas ou nas ruas. E, acima de tudo, queriam poder discutir estas questões sem ser ridicularizadas, rotuladas de "histéricas" ou "mal amadas", portanto, exigiam o reconhecimento do caráter político do movimento feminista. Enfim, elas quiseram muito para uma sociedade que estava, há 25 anos, vivendo sob um regime autoritário que impunha a toda a população a lei do medo e do silêncio.

Todavia, mesmo diante da dificuldade em avaliar a ressonância do discurso e das práticas do movimento feminista porto-alegrense nas décadas de 1970 e 1980, é possível constatar que este movimento contribuiu para uma profunda mudança cultural ao colocar em xeque valores, comportamentos e saberes que perpetuavam a inferioridade feminina como uma verdade inquestionável. Esta mudança ainda está em curso. O movimento feminista também. E enquanto persistirem desigualdades entre homens e mulheres sempre haverá feministas e feminismos, frutos do seu próprio tempo.

ANEXO

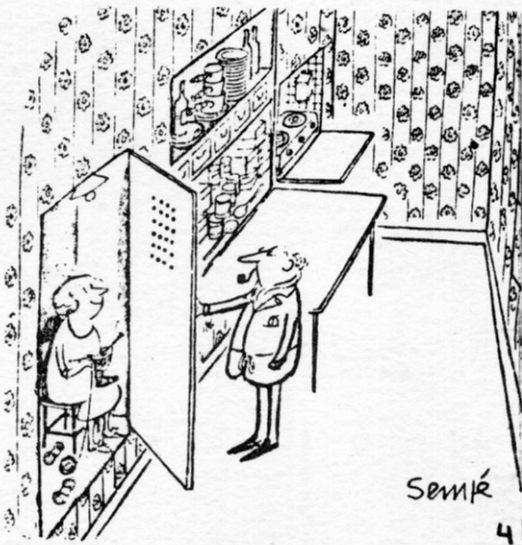
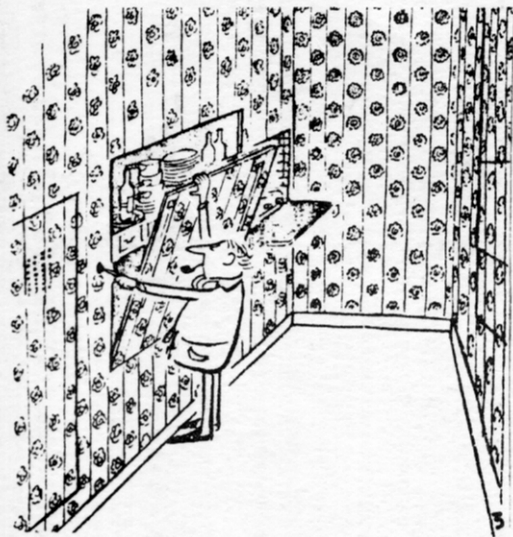
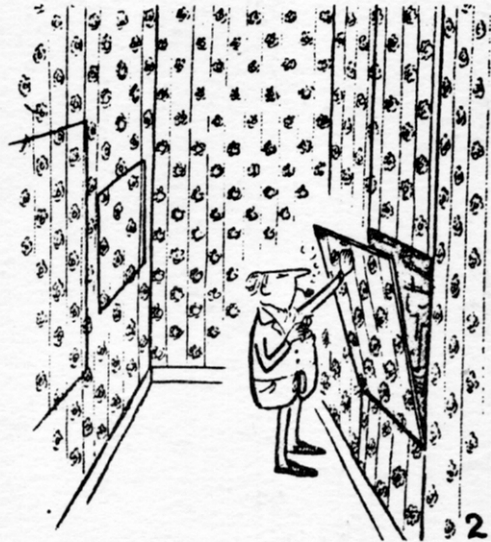
Parte da documentação em anexo foi discutida no decorrer desta dissertação. A seguir, apresento alguns exemplos que visam ilustrar melhor o tipo de fonte utilizada nesta pesquisa. Tratam-se de charges e ilustrações utilizadas em materiais do movimento feminista. Também incluí algumas reportagens e fotos para exemplificar o tipo de cobertura que os jornais da cidade fizeram de fatos e acontecimentos que envolveram o movimento feminista porto-alegrense.



A charge publicada nos *Escritos Sobre Feminismo nº 1* do Grupo Costela de Adão, retrata a discordância do Movimento Feminista com as políticas governamentais de controle de natalidade.



A charge publicada nos *Escritos Sobre Feminismo n°1* também versava sobre a opressão masculina, principalmente aquela que ocorria dentro do próprio lar. A recorrência deste tema nas publicações feministas demonstram a preocupação do movimento em denunciar que a opressão individual vivenciada no cotidiano era uma questão política.



A charge publicada nos *Escritos Sobre Feminismo n°1* mostrava a dona de casa como mais um utensílio da vida doméstica a disposição do marido. Mais uma vez, verifica-se que o tema da opressão masculina era constante nos materiais feministas.



A charge publicada nos *Escritos Sobre Feminismo n°1* retratava a insatisfação conjugal de uma mulher em relação ao seu marido. Dentro desta publicação havia um texto intitulado “Sobre o individual, o político e a monogamia” que denunciava o caráter opressor e culturalmente construído do casamento monogâmico.



A ilustração publicada no Jornal Liberta nº 5 retratava a mulher como prisioneira dos filhos, mostrando que a luta por creches era uma questão de liberdade e emancipação feminina.



A charge publicada no Jornal Liberta nº 5 retratava uma mãe em busca de vagas para seus filhos na creche. Mais uma vez, observa-se a preocupação do Movimento Feminista com a situação daquelas mulheres que não tinham um lugar adequado para deixar seus filhos.



A montagem de fotografias sobre manifestações feministas, acompanhada da frase “Ser Feminista é se Assumir Mulher” era um apelo do Grupo Liberta para a necessidade de conscientização sobre a situação de opressão vivida pelas mulheres. O editorial era do Jornal Liberta nº 5.



A capa do Jornal Liberta nº 6 mostrava a opressão masculina contra as mulheres.



A charge da Mafalda publicada no Jornal do Grupo Feminista Germinal, de Santa Maria/RS também apresentava a vida da dona de casa como inútil e fútil.



A charge da Mafalda publicada nos *Escritos Sobre Feminismo nº1* retratava a dona de casa como uma pessoa fracassada e infeliz. Ao mesmo tempo mostrava a preocupação da personagem Mafalda em seguir outro caminho diferente do da sua mãe.

Feministas na rua contra a violência sobre as mulheres

SOS Mulher, um pronto socorro psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência abre no dia 19

Grupos feministas lançaram ontem no centro de Porto Alegre, em manifestações na Rua dos Andradas para marcar o Dia Nacional de Luta Contra a Violência Sobre a Mulher, o SOS Mulher, que começará a funcionar efetivamente no dia 19 de outubro na Igreja Santa Cecília, rua do mesmo nome, número 1.495. O objetivo do SOS Mulher, segundo Dóris Breitman uma de suas organizadoras, "é prestar socorro jurídico, apoio e reflexão sobre o fenômeno da violência sobre a mulher".

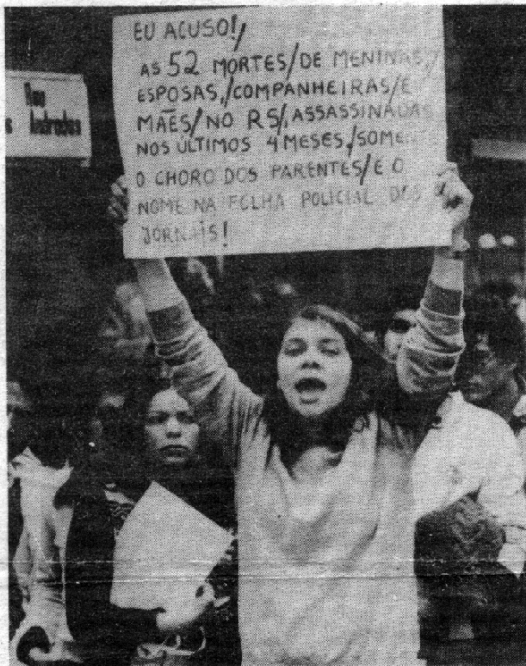
Segundo ela, será prestado "atendimento jurídico por advogados, gratuitamente, também com relação a qualquer outro tipo de violência como a discriminação trabalhista em função de ser mulher".

Durante as manifestações de ontem, eram cantadas músicas sobre o tema, com acompanhamento de violão. Ao mesmo tempo, eram divulgadas informações estatísticas que atestam a gravidade do problema: 52 mortes de mulheres nos últimos quatro meses no

Rio Grande do Sul e 171 estupros em cinco meses no Rio de Janeiro.

As manifestantes também denunciaram a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho; a educação tradicional "que força a menina a ser dependente"; e, entre outras denúncias, criticaram a justiça brasileira, "que inocenta homens que assassinam mulheres".

Durante as manifestações, foram distribuídos folhetos que pretendem ensinar a mulher a se defender em caso de agressão sexual.



Na Rua da Praia, as feministas chamaram a atenção para situação da mulher

Manifestação organizada por diversos grupos feministas de Porto Alegre para lembrar o Dia Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher. A matéria foi publicada no jornal Zero Hora de 11.10.1981.

FEMINISMO, TOLICE FEMININA

Rogério Mendelski

Acaba de ser fundado em Porto Alegre, o Movimento da Mulher pela Libertação — MOMULI. O tal MOMULI congrega no seu seio (?) psicólogas, sociólogas, médicas, professoras, atrizes e secundaristas. São mais ou menos umas 30 mulheres que resolveram partir para denúncias públicas de todos os problemas relacionados com elas. De agora em diante, portanto, cuidem-se os porcos chauvinistas porque o MOMULI estará patrulhando qualquer atentado à dignidade da mulher gaúcha.

Não sei, sinceramente, o que o MOMULI está querendo neste momento difícil da vida nacional, mas nem por isso bancarei o futurólogo prenunciando a vida efêmera dessa estranha organização que passará a nos marcar de cima.

Confesso que tenho pouquíssimos preconceitos e em análises que faço de minha vida quando perco o sono, me convenço que sou um liberal que acredita no cavalheirismo dos meus semelhantes. No entanto, sou forçado a admitir, que tais organizações do tipo Woman's Lib são ridículas e quase sempre são lideradas por mulheres que estão de mal com o mundo.

A submissão da mulher é histórica e não serão movimentos do tipo MOMULI que darão qualquer substância à libertação feminina. E a submissão da mulher ainda existe porque é mais cômodo para ela. Falando francamente: qual a mulher que não gosta de encontrar um cavalheiro pela frente? Alguém que lhe mande flores (do campo, de preferência). Alguém que abra a porta do carro, que lhe puxe a cadeira no restaurante e que pague a conta?

Na verdade, o homem conquistou a sua independência à medida em que a mulher foi se submetendo aos seus galanteios e caprichos. Mais ou menos como a mordomia governamental. Um carro chapa-branca aqui, um chá com bolachinhas às 17 horas, uma diária polpuda acolá, um

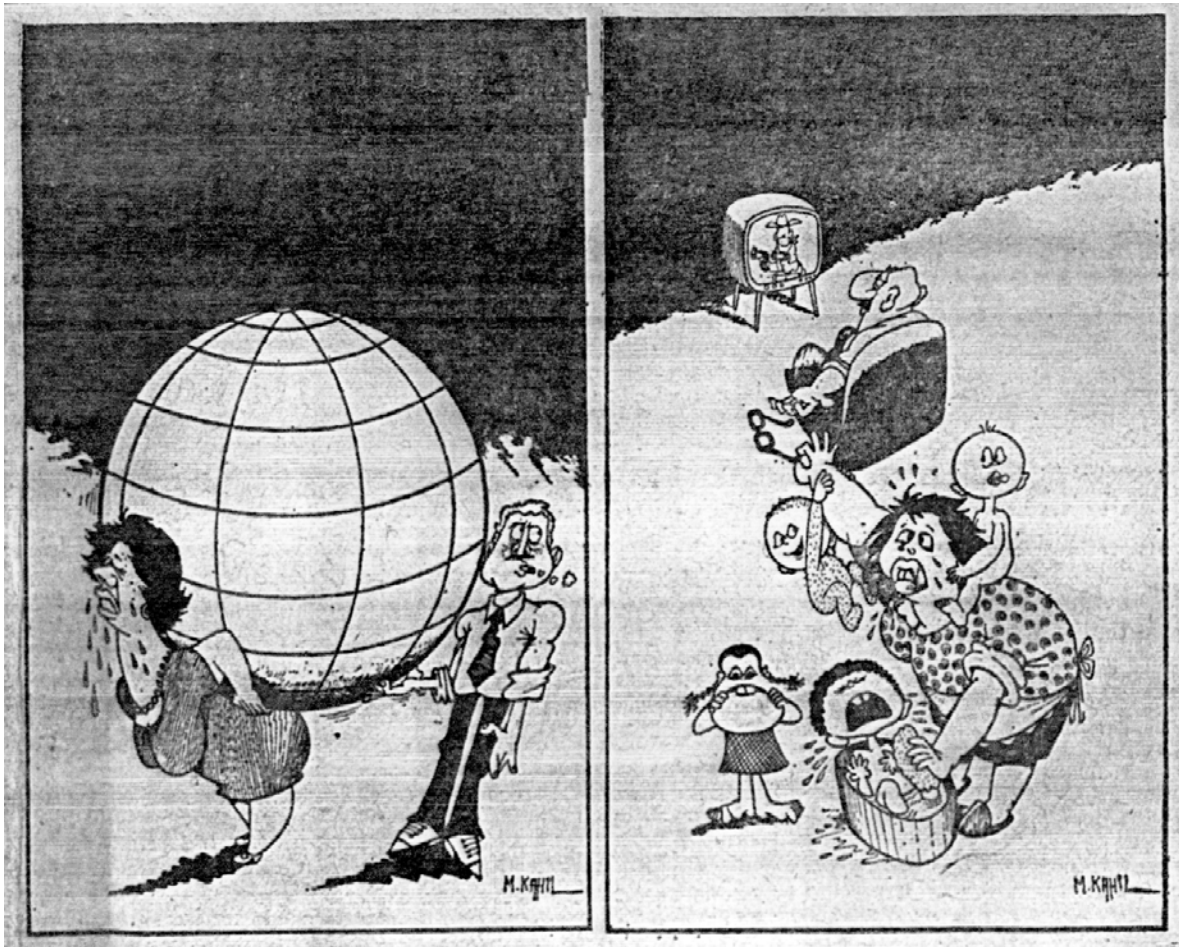
cartão de crédito para despesas operacionais e lá se foi a independência do homem público.

O que a mulher não consegue ainda é conciliar o cavalheirismo com sua independência, pois sua independência está ligada diretamente a sua condição cultural e econômica. Enquanto milhares de mulheres sonham com um lar, com filhos, com produtos biodegradáveis para não estragar as unhas e com casamento na capelinha da Vila Assunção, nós homens sonhamos com bibliotecárias, com jornalistas, com relações públicas, que trabalhem dois turnos, que paguem as suas contas, que tenham personalidade própria e que também gostem de flores do campo e cavalheirismo. Não, a mulher ideal não precisa ter cabelos mechados. Precisa ter, isso sim, uma cabecinha no lugar, que discuta sem gritar histericamente e que tenha capacidade de responder os desmandos masculinos com a elegância e categoria que muitos homens não têm quando respondem os desmandos femininos.

E digo mais: mulher só é objeto de prazer masculino quando ela mesmo se deixa transformar no tal objeto. E aí, dona Arlinda, a coisa fica prá lá de objeto. Fica abjeta (cuidado revisão, plis).

Portanto, prezadas feministas do MOMULI, devagar com o andor que o santo é de barro. Esse negócio de ficar malhando os homens, culpando-os com a responsabilidade da submissão feminina, não é bem assim. Quem fica nesse papo merece o castigo de uma cozinha engordurada, filhos ranhentos, cacetadas semanais do marido alcoólatra e prestação da Louro no cartório. Mulher inteligente não curte papo feminista. Mulher inteligente tem até marido submisso. Que cozinha para ela, faz chazinho todas as manhãs cuidando do regime dela e vive repetindo: sou o marido mais feliz do mundo. Acreditem dondocas.

O artigo do jornalista Rogério Mendelski publicado no jornal Folha da Manhã de 09.08.1979, inaugurou um debate polêmico em Porto Alegre sobre a relevância social e o caráter do Movimento Feminista.



A charge publicada no Correio do Povo em 27.07.1980 retratava a mulher carregando, literalmente, o peso do mundo e da família nas suas costas. É uma demonstração de que parte da imprensa via com simpatia as reivindicações por igualdade do Movimento Feminista.



Foto publicada no Jornal Zero Hora em 12.03.1982 sobre a simulação de um júri para debater um caso verídico em que o marido havia assassinado sua esposa. A atividade, promovida pelo Grupo Liberta, mereceu uma cobertura de duas páginas neste jornal e obteve uma repercussão significativa na sociedade porto-alegrense.



ESPANCAMENTO
ESTUPRO
ASSASSINATO.
AS MULHERES
DIZEM BASTA!

SOS MULHER
♀

Cartilha do SOS Mulher de Porto Alegre, fundado em outubro de 1981

Relação de Fontes

- Documentação do Movimento Feminista

Jornal Liberta, n° 3, junho de 1981

Jornal Liberta, n° 5, fevereiro de 1982

Jornal Liberta, n° 6, agosto de 1982

Escritos Sobre Feminismo, n° 1, junho de 1980

Cartilha do SOS Mulher, outubro de 1981

Encontro de Grupos Feministas, julho de 1981

Caderno da Associação das Mulheres, n° 3, agosto de 1979

Jornal Mulherio, n° 1, março-abril de 1981

Mulher e Política, Mulher e Movimento pela Anistia no Brasil (texto apresentado por Mary Castro no Encontro Nacional de Mulheres, Rio de Janeiro, 09 de março de 1979)

Jornal do Grupo Feminista Germinal, de setembro de 1982

- Periódicos

Jornal Zero Hora, edições de 17.12.1977; 12.08.1979; 16.03.1980; 09.08.1981; 11.10.1981; 15.11.1981; 08.03.1981; 12.03.1982; 26.03.1982; 27.03.1982; 04.04.1982; 05.04.1982.

Jornal Correio do Povo, edições de 27.07.1980; 17.08.1980; 09.08.1981.

Jornal Folha da Tarde, edições de 09.08.1979; 11.08.1979; 13.08.1979; 11.06.1982

Jornal Coojornal, sem datação exata, 1982.

Jornal em Tempo, edições de setembro de 1981, janeiro de 1982 e outra edição sem datação exata de 1982.

Jornal Debate, sem datação exata, de 1981.

Jornal Folha de São Paulo, edições de 01.03.1981; 08.03.1981

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo e feminismo: tensões e encontros de utopias atuais. **Revista Presença da Mulher**, ano XIII, nº 37, dezembro de 2000.
- ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia. In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Vol. 2.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. In: **Revista Educação e Realidade**, v. 20, nº 2. Gênero e Educação, Julho/Dezembro, 1995.
- CALDERÓN, Fernando. JELIN, Elizabeth. **Clases y Movimientos Sociales en América Latina: perspectivas y realidades**. Centro de Estudios de Estado y Sociedad. Buenos Aires, 1987.
- CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: **À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude**, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DECAUX, Alain. **Historie des français**. Paris, 1972. v. 2.
- DEL PRIORE, Mary. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX(1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. O Presente como História. IN: **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARANJEIRA, Sônia. **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira**. RJ: Dois Pontos, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In: **Cadernos Pagu**, Trajetórias do gênero, masculinidades, Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP, Campinas, São Paulo, n° 11, 1998.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro - O movimento feminista no Rio de Janeiro: becos e saídas. In: **Mulheres, da domesticidade à cidadania**. Estudos Sobre Movimentos Sociais e democratização. XI Reunião da ANPOCS, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

MORAES, Maria Lygia Quartim. **Mulheres em Movimento**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

MORAES, Maria Lygia . Usos e limites da categoria gênero; **Cadernos Pagu**, Trajetórias do gênero, masculinidades, Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP, Campinas, São Paulo, n° 11, 1998.

PEREIRA, Otaviano. **Sobre a Mulher – Marx, Engels e Lenin**. São Paulo: Global, 1979.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, n° 18, São Paulo: Marco Zero, 1989

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Carlos Chagas, Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, Jussara Reis; BRITO, Maria Noemi. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987. Cadernos de Estudos Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, n° 14, 1988.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Trajetórias do gênero, masculinidades, Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP, Campinas, São Paulo, n° 11, 1998.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Portugal: Rés Editora, 1986.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. (Texto apresentado no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Chicago, setembro de 1998).

SCHUMAHER, Schuma. BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Julho/Dezembro/1995.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Joan. Desconstruir igualdad versus diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. **Revista Feminaria**, Ano VII, n° 13, Buenos Aires, 1994.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.

SEGATTO, José Antônio (coord.). **A participação da Mulher na Sociedade Brasileira**. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher**. Mestrado em História. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1974.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n° 15, Editora Autores Associados, 2000.

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: ReleumeDumará, 2001.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e Participação Política da Mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VARIKAS, Eleni. Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, Vol. 4 n° 1/96.

VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.